

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025

Porto Alegre – RS

Aditivo – dezembro de 2023 – v.3

Aprovado pelo Conselho Superior em 20 de dezembro de 2023.

APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, transcorridos 05 anos do Plano de Desenvolvimento Institucional anterior, retoma seu planejamento para apresentar objetivos e metas, para os anos vindouros, que sustentem a qualidade que vem destacando a Faculdade no cenário da educação superior.

Importante observar que o Plano de Desenvolvimento Institucional, apresentado por ocasião do último credenciamento institucional (2019), apresentava metas e estratégias que foram, em sua grande maioria, realizadas. Aos ajustes do PDI anterior foram acrescentadas novas estratégias que serão implantadas no decorrer deste novo período.

Este PDI pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido até este momento, criando condições para que os dois grandes eixos estratégicos apontados no PDI anterior permaneçam iluminando as realizações da Faculdade. São estes: 1 - Alcançar patamar de excelência em educação jurídica continuada, investindo na preparação profissional, ética e humanista, capaz de viabilizar a resolução de problemas sociais; 2 - Colaborar, de forma teórica e prática, na melhoria dos indicadores sociais, buscando a efetivação de direitos fundamentais e propondo alternativas em nível de políticas públicas.

O PDI 2021-2025 foi elaborado tendo por base o PDI anterior e de acordo com as diretrizes do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004), o Decreto 9235 de 2017, a Portaria Normativa 20 de 2017 e com os instrumentos e formulários processuais vigentes do Ministério da Educação.

Uma vez que cumpre um papel fundamental na gestão acadêmica e administrativa da instituição, o PDI da FMP será acompanhado anualmente pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, conforme projeto de Avaliação Institucional que periodicamente avaliará a adequação do plano com as atividades realizadas na escola e apontará para a gestão superior, a necessidade de alterações com vistas à melhoria contínua.

Mauro Luis Silva de Souza

Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	8
1.1 IDENTIFICAÇÃO	9
1.2 BREVE HISTÓRICO	10
1.3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	11
1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	12
1.5 IDENTIDADE ESTRATÉGICA	13
1.5.1 PROPÓSITO	13
1.5.2 MISSÃO	13
1.5.3 VISÃO	13
1.6 VALORES INSTITUCIONAIS	13
1.7 OBJETIVOS E METAS.....	14
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI	20
2.1 INSERÇÃO REGIONAL	20
2.1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL	23
2.1.2 MICRORREGIÃO – INDICADORES PRINCIPAIS	32
2.1.3 MESORREGIÃO – INDICADORES PRINCIPAIS.....	33
2.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	35
2.2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS	35
2.2.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS.....	35
2.3 PERFIL DO EGRESSO INSTITUCIONAL	36
2.4 POLÍTICA DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM.....	37
2.5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	38
2.5.1 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS	39
2.5.2 RECURSOS DE TI E COMUNICAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM.....	39
2.5.3 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS	41
2.5.4 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO	41
2.5.5 ATIVIDADES PRÁTICAS E DE ESTÁGIO	42
2.5.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
2.5.7 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	47
2.5.8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	48
2.6 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD).....	48
2.6.1 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR - NEAD	48
2.6.2 PROPOSTA EDUCATIVA do EAD FMP	49
2.6.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
2.6.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO EAD FMP.....	54
2.6.5 FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	55
2.6.6 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	56
2.6.7 ESTRUTURA DOS CURSOS EAD NA FMP	57
2.6.8 ATORES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES NO EAD FMP	59
2.7 POLÍTICAS DE ENSINO	60
2.8 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	63
2.9 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	65
2.10 POLÍTICAS GERAIS DE EAD.....	67
2.11 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	68
2.11.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	69
2.11.2 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	71
2.11.3 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	71

2.12	POLÍTICAS DE PESQUISA E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	72
2.12.1	OBJETIVOS.....	73
2.12.2	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA	73
2.12.3	GESTÃO DA PESQUISA	74
2.12.4	GRUPOS PESQUISA.....	74
2.12.5	INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA.....	74
2.12.6	PESQUISA INSTITUCIONAL	76
2.12.7	BOLSAS E OUTROS INCENTIVOS À PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	76
2.12.8	EVENTOS E INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO.....	77
2.12.9	PUBLICAÇÕES E INCENTIVO	80
2.12.10	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	80
2.13	POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	81
2.13.1	ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO EXTERNA	81
2.13.2	ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA.....	81
2.13.3	OUIDORIA	83
2.14	POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	85
2.15	POLÍTICA DE RELAÇÕES CORPORATIVAS	86
3	PLANO DE OFERTA DE CURSOS	87
3.1	GRADUAÇÃO PRESENCIAL	87
3.2	PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL LATO SENSU	87
3.3	PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL STRICTO SENSU	87
3.4	GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD	88
3.5	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD	88
3.6	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD.....	88
4	GESTÃO DO CORPO DOCENTE.....	90
4.1	O CORPO DOCENTE DA FMP	90
4.2	COMPOSIÇÃO E EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE	91
4.3	GESTÃO DO CORPO DOCENTE.....	92
4.3.1	POLÍTICAS DE CONTRATAÇÃO DOCENTE	92
4.3.2	PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE	92
4.3.3	PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO / QUALIFICAÇÃO DOCENTE	92
4.4	PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOCENTE	94
5	GESTÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E TUTORES EM EAD	96
5.1	O CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	96
5.2	COMPOSIÇÃO E EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	96
5.3	GESTÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	97
6	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES	104
6.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	104
6.2	ORGANOGRAMA FMP.....	105
6.3	RELAÇÕES DE PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS	106
6.4	REGISTRO ACADÊMICO, ACERVO VIRTUAL E LGPD	106
6.4.1	REGISTRO ACADÊMICO E ACERVO DIGITAL	106
6.4.2	LGPD e a FMP.....	109
7	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	110
7.1	PROGRAMA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO.....	110
7.2	PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO.....	111
7.3	PROGRAMA DE NIVELAMENTO.....	112
7.4	PROGRAMA DE MONITORIA	113
7.5	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	113

7.6 CURSO PREPARATÓRIO PARA O EXAME DE ORDEM	115
7.7 APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E À PRODUÇÃO CIENTÍFICA	115
7.8 MOBILIDADE ACADÊMICA	115
7.9 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	116
7.10 ATENDIMENTO E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCD).....	116
8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	118
8.1 SINAES E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	119
8.2 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	121
8.3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	124
8.4 RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	124
8.4.1 APURAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	124
8.4.2 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	124
8.4.3 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.....	125
8.5 ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	125
8.6 MONITORAMENTO E REVISÃO DO PDI	126
9 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	127
9.1 INFRAESTRUTURA FMP	127
9.2 BIBLIOTECA	132
9.2.1 ACERVO	133
9.2.2 ESPAÇO FÍSICO	133
9.2.3 POLÍTICAS DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO	133
9.2.4 FUNCIONAMENTO E SERVIÇOS PRESTADOS	134
9.2.5 INFORMATIZAÇÃO	135
9.2.6 ACESSOS.....	135
9.2.7 SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO E CONSULTA	136
9.3 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA FMP.....	137
9.4 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE	138
9.5 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	138
9.6 INFRAESTRUTURA DE REDE / LINKS DE DADOS	139
9.7 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	140
9.8 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	140
9.9 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	140
10 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	146
10.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL E ECONÔMICA FINANCEIRA	146
10.2 POLÍTICAS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E PLANOS DE INVESTIMENTO	146
10.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI	146
ANEXO.....	148

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Planejamento Estratégico 2021-2025	15
Figura 02	Ranking de Competitividade entre Estados BR	21
Figura 03	Ranking de Competitividade - Notas do RS nos principais pilares	22
Figura 04	Ranking de Competitividade - Inovação no RS	23
Figura 05	Ranking de Competitividade - Educação no RS	24
Figura 06	Quantidade de Alunos matriculados do Ensino Médio – Estado RS / Cidade de Porto Alegre.....	25
Figura 07	Quantidade de Alunos concluintes do Ensino Médio – Estado RS / Cidade de Porto Alegre.....	25
Figura 08	Quantidade de Candidatos inscritos no Ensino Superior – Estado RS / Cidade de Porto Alegre.....	26
Figura 09	Quantidade de Candidatos inscritos para o curso de Bacharelado em Direito – Estado RS / Cidade de Porto Alegre.....	27
Figura 10	Quantidade de IES Privadas – Estado RS / Cidade de Porto Alegre	28
Figura 11	Quantidade de IES Privadas que ofertam curso de Direito – Estado RS / Cidade de Porto Alegre.....	29
Figura 12	Quantidade de alunos matriculados no curso de Direito – Estado RS / Cidade de Porto.....	30
Figura 13	Marketing Share FMP (Curso Direito) / Cidade de Porto Alegre.....	31
Figura 14	Sale Share FMP (Curso Direito) / Cidade de Porto Alegre.....	32
Figura 15	Organograma FMP.....	105
Figura 16	Fluxo dos Registros Acadêmicos.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Ações Estratégicas 2021-2025.....	15
Quadro 02	Novos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.....	88
Quadro 03	Novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu.....	88
Quadro 04	Novo curso de Graduação EaD.....	89
Quadro 05	Novos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu EaD.....	89
Quadro 06	Novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu EaD.....	89
Quadro 07	Titulação do Corpo Docente.....	90
Quadro 08	Regime de Trabalho do Corpo Docente.....	91
Quadro 09	Composição Corpo Técnico Administrativo.....	96
Quadro 10	Tutores x Titulação.....	98
Quadro 11	Instalações Administrativas.....	129
Quadro 12	Salas de aula.....	130
Quadro 13	Auditório.....	131
Quadro 14	Sala de Professores.....	131
Quadro 15	Espaços para trabalho do Professor TI.....	132
Quadro 16	Espaço para atendimento aos alunos.....	132
Quadro 17	Infraestrutura para CPA e NDE.....	132
Quadro 18	Espaço para Núcleo de Educação à Distância.....	132
Quadro 19	Instalações sanitárias.....	133
Quadro 20	Instalações de segurança pessoal.....	133
Quadro 21	Espaços de convivência e de alimentação.....	133
Quadro 22	Acervo Periódicos.....	132
Quadro 23	Projeção das demonstrações de resultado para os exercícios.....	149
Quadro 24	Atos regulatórios.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Conceitos Avaliativos da Graduação – Curso Bacharelado em Direito.....	11
Tabela 02	Provas OAB Brasil / RS.....	11
Tabela 03	Avaliação dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da FMP.....	11
Tabela 04	Conceitos Avaliativos da FMP.....	11
Tabela 05	IDH na cidade de Porto Alegre – RS.....	33
Tabela 06	Trabalho e Rendimento na cidade de Porto Alegre – RS.....	33
Tabela 07	Análise de Indicadores da cidade de Porto Alegre e entorno – RS	33

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 MANTENEDORA: FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Natureza: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e devidamente constituída pela escritura pública lavrada no 1º Tabelionato de Porto Alegre – RS, sob nº. 098/22299, em data de 30 de novembro de 1983.

CNPJ: 90.090.762.0001-19

Inscrição Estadual:

Endereço: R Coronel Genuíno nº 421 - 5º, 6º, 7º, 9º, 10º, 11º e 12º andares - Centro, Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3027.6565

Site: <https://www.fmp.edu.br/>

1.1.2 IES MANTIDA

Nome: Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

Ato legal: Recredenciada pela Portaria MEC nº 2132, de 11/12/2019 - D.O.U. de 12/12/2019

Ato legal EaD: Credenciada para oferta de graduação e pós-graduação na modalidade à distância. Portaria Nº 918 de 15/8/2017 publicada no DOU em 16/8/2017

Diretor Geral: Mauro Luis Silva de Souza

Fone: (51) 3027.6542

E-mail: diretor@fmp.com.br

Equipe de elaboração do PDI 2021-2025

Coordenação: Direção, Coordenadores de Área, Procuradora Institucional e NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Participação: CPA – Comissão Própria de Avaliação, Diretoria Executiva e Gestores da FMP

1.2 BREVE HISTÓRICO

A Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP), mantenedora da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP foi instituída em 1983 pela Associação do Ministério Público do RS, uma associação privada sem fins lucrativos. Pereniza-se nesta condição.

A FMP iniciou suas atividades no ensino com o oferecimento de cursos de preparação à carreira no Ministério Público, aperfeiçoando profissionais para atuação nas carreiras públicas, obtendo através destes o reconhecimento como instituição qualificada para o desenvolvimento de cursos na área do Direito.

A partir dessa constatação, a FMP buscou seu credenciamento junto ao Ministério da Educação para o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, que passaram a ser oferecidos com validade acadêmica nacional dos seus certificados.

Essa caminhada oportunizou um amadurecimento institucional aproximando a FMP das finalidades do ensino superior, motivo pelo qual buscou, em 2003, o credenciamento como instituição de ensino superior, passando a oferecer, a partir de 2006, o curso de graduação em Direito. Inicialmente foi credenciada como Escola Superior do Ministério Público – ESMP e, em 2010, solicitou a alteração de sua denominação, aprovada pela Portaria SESU/MEC nº 738, de 17 de junho de 2010, passando a denominar-se Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

A Faculdade submeteu, em 2015, o projeto para oferta do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado em Direito. Seu foco se volta aos Direitos de Cidadania. Obteve aprovação na 161ª Reunião CTC-ES, que ocorreu entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2015 e o seu reconhecimento ocorreu em através da Portaria MEC n.º 256, de 15 de fevereiro de 2017 – DOU de 16/02/2017.

Em 2015 foi estruturado o NEAD (Núcleo de Educação à Distância), que tem como objetivo a coordenação das atividades, processos e competências referentes à modalidade EaD. Com a experiência adquirida nos cursos de extensão, a FMP desenvolveu uma cultura interna no desenvolvimento de cursos na modalidade EaD, e as consequentes diferenciações na estruturação de cursos, no design instrucional e capacitação da sua equipe, propiciando o credenciamento da Faculdade para oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade à Distância. O credenciamento da FMP foi concedido em 2017 sob a Portaria nº. 191 de 3 fevereiro de 2017 – D.O.U. de 6/2/2017. Na sequência orgânica do processo de virtualização do ensino, o credenciamento para graduação pela Portaria n.º 918, de 15/08/2017 – DOU de 16/08/2017.

Em 2019 a FMP passou pelo processo de credenciamento institucional, consolidando o projeto educacional da instituição com nota máxima junto ao MEC e expresso pela Portaria n.º 2132, de 11/12/2019 – DOU de 12/12/2019.

1.3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Desde as primeiras turmas dos cursos de graduação da Faculdade de Direito, a FMP evidenciou seu compromisso com a qualidade da formação de seus egressos, expresso pelos resultados obtidos dos exames nacionais ENADE realizados assim como resultados obtidos junto à prova nacional da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

Tabela 01 - Conceitos Avaliativos da Graduação – Curso Bacharelado em Direito

Ano/Ciclo	Nota ENADE	Conceito/MEC - CPC	Conceito/MEC - CC
2012	3,7318 / 4	3,6126 / 4	5
2015	3,3817 / 4	3,0663 / 4	5
2018	3,6099 / 4	3,7373 / 4	5

Fonte: MEC/INEP, 2018

Tabela 02 – Provas OAB Brasil / RS

Ano	Exame	Posição Brasil	Posição RS
2015	XVI	97º	9º
2019	XXIX	77º	4º
2023	XXXVI	148º	11º

Fonte: OAB, 2023

Tabela 03 - Avaliação dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da FMP

Curso	Quadriênio 2017-2020
Mestrado Acadêmico em Direito	4

Fonte: MEC/CAPES, 2022

Os excelentes conceitos já referenciados de graduação e pós-graduação trazem relevante impacto aos conceitos institucionais da FMP, contribuindo para o cumprimento de seu objetivo em ser referência no ensino jurídico.

Tabela 04 - Conceitos Avaliativos da FMP

Ano	IGC	IGC Contínuo	CI
2017	4	3,1360	5
2018	4	3,7553	5
2019	4	3,7507	5
2021	4	3,749	5
2022	5	4,1207	5

Fonte: MEC/INEP, 2023

1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A FMP atua nos 3 níveis do ensino superior (*Graduação, Lato Sensu e Stricto Sensu*) bem como por meio da pesquisa e extensão. Atendendo aos dispositivos legais e às demandas sociais, são ofertados cursos nos seguintes níveis de formação:

- a) graduação, abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído curso de ensino médio ou equivalente;
- b) pós-graduação *lato sensu*, abertos à matrícula de candidatos com diploma de curso superior;
- c) pós-graduação *stricto sensu*, abertos à matrícula de candidatos com diploma de curso superior.

Atua ainda a FMP com cursos de extensão e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos das comunidades interna e externa da IES.

O portfólio atual de cursos da FMP é composto por:

Graduação

Bacharelado em Direito

Pós-graduação *Lato Sensu*

Modalidade Presencial

Especialização em Direito Civil e Processo Civil
Especialização em Direito de Família e Sucessões

Modalidade à Distância

Especialização em Advocacia Cível
Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública
Especialização em Direito Agrário e do Agronegócio
Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico
Especialização em Direito Civil e Processo Civil
Especialização em Direito da Criança e do adolescente
Especialização em Direito de Família e Sucessões
Especialização em Direito Penal e Processo Penal
L.L.M. em Advocacia 4.0: *Lawtech, Legaltech, Inovação e Startup*
L.L.M. em Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil
L.L.M. em Advocacia Corporativa: Prática Empresarial
L.L.M. em Direito Bancário: Bancos, *Fintech, Open Banking* e o Direito do Consumidor
L.L.M. em Direito dos Seguros e Previdência Privada
L.L.M. em Direito e Negócios Imobiliários
L.L.M. em Direito e Prática Constitucional
L.L.M. em Direito e Prática Previdenciária
L.L.M. em Direito e Processo Tributário
L.L.M. em Direito Médico e da Saúde
L.L.M. em Proteção de Dados: LGPD & GDPR

Modalidade Presencial fora de sede

Especialização em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Seguridade Social
 Especialização em Direito Sindical
 Especialização em Direito Processual Civil – Teoria e Prática do CPC
 Especialização em Direito do Agronegócio
 Especialização em Direito Penal e Processual Penal
 Especialização em Direito Administrativo e Tributário

Pós-graduação *Stricto Sensu*

Mestrado Acadêmico

- Área de concentração as Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis

A informação completa sobre os atos regulatórios da instituição e dos cursos podem ser encontradas no Quadro 24 disponível nos Anexos a este PDI.

1.5 IDENTIDADE ESTRATÉGICA

1.5.1 PROPÓSITO

“Educar quem vai melhorar o mundo”

1.5.2 MISSÃO

"Promover, por meio da educação, o desenvolvimento humano e profissional de quem vai melhorar o mundo."

1.5.3 VISÃO

"Estar entre as 10 melhores Instituições de ensino jurídico do país até 2025"

1.6 VALORES INSTITUCIONAIS

Os valores da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, assim entendidos como o conjunto de ideias, crenças, sentimentos e atitudes que orientam a sua essência, remetem à:

- **Transparência:** quando agimos com transparência promovemos o engajamento, a confiança e a motivação de todos os envolvidos na vida da FMP.
- **Ética:** estabelecemos relacionamentos baseados em integridade, confiança e transparência.
- **Democracia:** defendemos os valores democráticos como alicerce da sociedade justa e próspera.
- **Foco no Ser Humano:** somos pessoas que formam pessoas, com respeito às diferenças e alegria em conviver.
- **Excelência no Conhecimento:** buscamos sempre ser melhores do que no dia anterior e compartilhamos conhecimento que transforma realidades e torna o mundo melhor.

- **Compromisso Social:** acreditamos que nossas ações e resultados somente fazem sentido quando proporcionarem o bem maior para a Sociedade.

1.7 OBJETIVOS E METAS

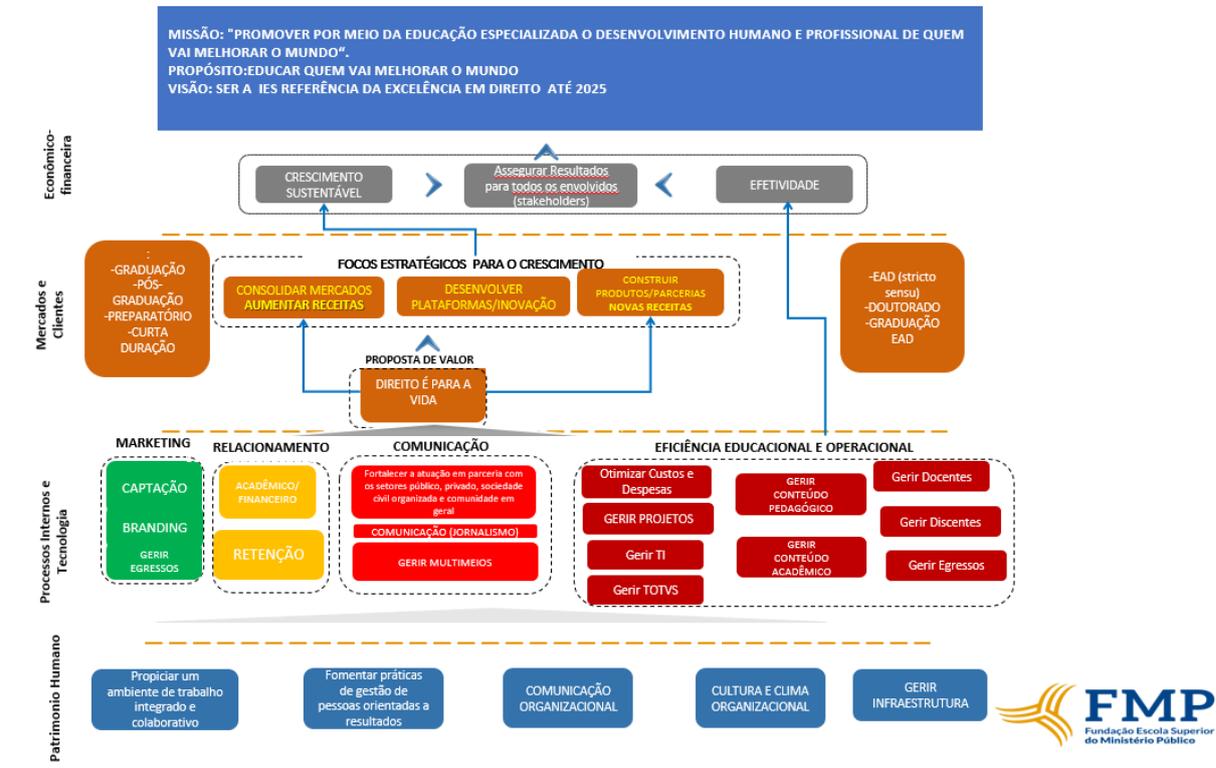
A FMP tem estabelecido oito macro objetivos/finalidades, a saber:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar profissionais de nível superior na área das Ciências Jurídicas, em diferentes níveis, por meio de ensino de qualidade, para atuarem de forma diferenciada no mercado de trabalho participando do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento das Ciências Jurídicas e a criação e difusão da cultura e, desse modo, promover o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação do conhecimento jurídico socializando o saber por meio do ensino, das publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Promover a extensão como forma de estabelecer vínculo entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.
- VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos adquiridos em uma estrutura sistematizadora do conhecimento;
- VII. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VIII. Propiciar condições para aperfeiçoamento e qualificação de seu próprio pessoal.

A fim de atender aos seus objetivos e finalidades, via Planejamento Estratégico, são construídas metas para cada área de atuação da FMP. A partir destas, os setores deverão elaborar os seus próprios Planos de Desenvolvimento.

As metas são compostas de indicadores, cujos valores são estabelecidos a cada ano, consolidando no quinquênio deste PDI (2021 – 2025). É função das metas e de seus indicadores serem indutores de comportamentos que promovam a transformação.

Para efeitos de visualização geral do PE – Planejamento Estratégico, a figura a seguir traz de forma consolidada a atuação sistêmica de todos os setores a partir da identidade estratégica já apresentada neste PDI, expressos logo a seguir, em um quadro de ações estratégicas ano a ano durante a vigência deste PDI para acompanhamento da CPA e de toda comunidade acadêmica.



Fonte: Gestão Executiva FMP, 2022

Quadro 01 - Ações Estratégicas 2021-2025

Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
1. Aperfeiçoamento da Gestão Institucional	1.1. Criação de relatórios anuais da Direção, com ênfase nas ações futuras a partir do realizado no ano.	X	X	X	X	X
	1.2. Implementar sistema novo CRM (Totvs)	X				
	1.3. Instituição de reuniões específicas para apreciação de relatórios anuais, relações com MEC (para graduação e pós-graduação), convênios, etc	X	X	X	X	X
	1.4. Implementação, acompanhamento e avaliação da realização das estratégias do PDI;	X	X	X	X	X
	1.5. Criação de espaço para informações e estudos sobre os egressos da Faculdade, da Graduação e da Pós-Graduação	X	X	X	X	X
	1.6. Criação de relatórios anuais da Direção, com ênfase nas ações futuras a partir do realizado no ano	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
2. Gerir Acadêmico	2.1. Estudo de viabilidade de Projeto Pedagógico Curso de Direito na modalidade EAD	X	X			
	2.2. Tramitação do processo de autorização do MEC para o curso de Direito na modalidade EAD	X	X	X		
	2.3. Nova matriz curricular da Graduação em Direito - híbrida	X	X			
	2.4. Assegurar resultados no Exame da Ordem dos Advogados, ENADE e CPC	X	X	X	X	X
	2.5 Finalizar implantação do Arquivo Digital	X	X			

Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
	2.6. Buscar, junto ao MEC, autorização para Registro de Diplomas da Graduação	X	X			
	2.7. Implantação do Diploma Digital da Graduação	X	X			
	2.8. Implantação do Diploma Digital da Pós Graduação Stricto Sensu	X	X			
	2.9. Implantação do Certificado Digital da Pós Graduação Lato Sensu	X	X			
	2.10. Fortalecimento da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da graduação e pós-graduação	X	X	X	X	X
	2.11. Estudo e solicitação de APCN para Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Direito na modalidade EAD	X	X	X		
	2.12. Estudo e solicitação de APCN para Pós-graduação Stricto Sensu – Doutorado em Direito	X	X	X	X	
	2.13. Estudo e solicitação de APCN para Pós-graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Direito	X	X			
	2.14. Implantação de sistema de controle acadêmico para os cursos, disciplinas e eventos realizados em EaD, no Registro Acadêmico	X	X	X		
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
3. Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Infraestrutura	3.1. Atualização de softwares para a qualificação institucional	X	X	X	X	X
	3.2. Qualificação do acervo da biblioteca para atendimento aos cursos de graduação e pós-graduação em todos os níveis e modalidades em títulos e periódicos	X	X	X	X	X
	3.3. Atualização de softwares para atendimento de pessoas deficientes	X	X	X	X	X
	3.4. Ampliar bases de dados nacionais e internacionais	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
4. Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Ensino	4.1. Estímulo à participação dos alunos da graduação em eventos da pós-graduação	X	X	X	X	X
	4.2. Atualizar as ementas e a bibliografia das disciplinas da estrutura curricular da Graduação e Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i>	X	X	X	X	X
	4.3. Qualificação docente para a apropriação do PPC e do PPI	X	X	X	X	X
	4.4. Incentivo para o uso orientado de inovações pedagógicas	X	X	X	X	X
	4.5. Incrementar a visibilidade dos objetivos e missão do Programa de Pós Graduação, nas mídias sociais	X	X	X	X	X
	4.6. Desenvolver a Inserção Nacional e Internacional dos docentes	X	X	X	X	X
	4.7. Buscar financiamento para atividades de pesquisa e capacitação dos professores em órgãos de fomento	X	X	X	X	X
	4.8. Execução do Planejamento Estratégico da Pós-graduação Stricto Sensu	X	X	X	X	X
	4.9. Articular o Planejamento Estratégico do Programa de Pós-Graduação com o Planejamento Estratégico da Instituição	X	X	X	X	X
	4.10. Revisar planejamento estratégico anualmente	X	X	X	X	X

Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
	4.11. Incentivar o envolvimento dos docentes, discentes e egressos nos eventos nacionais e internacionais	X	X	X	X	X
	4.12. Estimular o envolvimento dos docentes, discentes e egressos em ações de responsabilidade social	X	X	X	X	X
	4.13. Estimular a participação dos egressos do mestrado nas atividades acadêmicas, de pesquisa e na atividade de docência	X	X	X	X	X
	4.14. Estimular a contribuição profissional e pessoal dos egressos dos cursos da FMP, em relação à pesquisa desenvolvida.	X	X	X	X	X
	4.15. Acompanhar egressos	X	X	X	X	X
	4.16. Disponibilizar participação dos docentes e criar ações para participação dos discentes e egressos em cursos de capacitação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Sul	X	X	X	X	X
	4.17. Fomentar a internacionalização	X	X	X	X	X
	4.18. Fortalecer o vínculo entre a Graduação e os cursos de Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i>	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
5 . Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Extensão	5.1. Articulação da extensão com a graduação e a pós-graduação, que possibilite o oferecimento de eventos, atividades à comunidade com a participação de professores e pesquisadores.	X	X	X	X	X
	5.2. Criação de eventos para a comunidade em geral sobre etnia, diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural sob o viés jurídico.	X	X	X	X	X
	5.3. Estabelecer ações para participação docente, discente e dos egressos nos projetos de prática jurídica e de extensão do curso de graduação da FMP.	X	X	X	X	X
	5.4. Intensificação das ações voltadas à extensão comunitária.	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
6. Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Pesquisa	6.1. Qualificação da revista institucional no Qualis-CAPES	X	X	X	X	X
	6.2. Divulgação da produção docente e discente através de publicações, exposições, oficinas, seminários, palestras com livre acesso da comunidade	X	X	X	X	X
	6.3. Estímulo à produção docente e discente em revistas com classificação no Qualis-CAPES	X	X	X	X	X
	6.4. Estímulo à produção científica da Faculdade em revistas indexadas internacionalmente	X	X	X	X	X
	6.5. Intermediação institucional para captação de recursos junto às agências financiadoras, aos órgãos públicos, ONGs, empresas privadas, etc	X	X	X	X	X
	6.6. Fomentar instrumentos para avaliação da pesquisa na Autoavaliação Institucional	X	X	X	X	X
	6.7. Estímulo à Pesquisas que contemplem a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural	X	X	X	X	X

Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
	6.8. Estimular produção intelectual e técnica útil à solução de conflitos sociais, que envolvam tutelas de direitos transindividuais.	X	X	X	X	X
	6.9. Estimular a produção intelectual e técnica capaz de impactar na prática jurídica	X	X	X	X	X
	6.10. Ampliar a Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa de mestrado e à produção intelectual	X	X	X	X	X
	6.11. Estimular a produção de discentes e egressos dos cursos da FMP	X	X	X	X	X
	6.12. Incentivar a participação dos docentes, discentes e egressos em atividades científicas realizadas em outras instituições	X	X	X	X	X
	6.13. Promover a autoavaliação do programa de mestrado, com foco na formação discente e produção do conhecimento	X	X	X	X	X
	6.14. Fomentar projetos de pesquisa alinhados à área de concentração e linhas de pesquisa	X	X	X	X	X
	6.15. Articulação e intercâmbio com instituições estrangeiras para eventos comuns que possibilitem ao professor apresentar trabalhos com alcance internacional, bem como de docentes estrangeiros apresentem seu trabalho junto à nossa comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
7. Qualificação de docentes e tutores	7.1. Qualificação de Professores para EAD	X	X	X	X	X
	7.2. Qualificação de Tutores para EAD	X	X	X	X	X
	7.3. Capacitação dos docentes e técnicos administrativos para o uso de novas tecnologias	X	X	X	X	X
	7.4. Promoção do conhecimento do Plano de Carreira	X	X	X	X	X
	7.5. Implementação de projeto de sensibilização e qualificação de docentes para atendimento de pessoas com necessidades especiais e na perspectiva plural;	X	X	X	X	X
	7.6. Formação continuada dos professores novos: acolhimento e acompanhamento	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
8. Qualificação do corpo técnico	8.1. Qualificação de profissionais de apoio técnicos para o EaD	X	X	X	X	X
	8.2. Qualificação de profissional para captação de recursos externos	X	X	X	X	X
	8.3. Capacitação e qualificação de profissional para apoio no uso de novas tecnologias, integrando-o aos docentes que atuarão no uso de novas tecnologias	X	X	X	X	X
	8.4. Implementação de projeto de sensibilização e qualificação dos técnico-administrativos para atendimento de pessoas com necessidades especiais e na perspectiva plural;	X	X	X	X	X

Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
--------------------	--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

9. Comunicação e Relação com a Comunidade/Sociedade	9.1. Articulação dos programas institucionais de relacionamento com o público externo e interno	X	X	X	X	X
	9.2. Divulgação de projetos, ações e resultados para a comunidade interna e externa	X	X	X	X	X
	9.3. Fortalecimento e aperfeiçoamento dos meios de comunicação institucionais para ampliação da interlocução com a comunidade interna e externa	X	X	X	X	X
	9.4. Incentivo à divulgação das pesquisas da Faculdade com ênfase na produção científica própria	X	X	X	X	X
	9.5. Produção de vídeos institucionais, instrucionais e publicitários com linguagem apropriada ao público destinatário	X	X	X	X	X
	9.6. Desenvolvimento de eventos para atendimento de necessidades regionais/nacionais	X	X	X	X	X
	9.7. Integração com os veículos de comunicação, através de convites dirigidos de acordo com os eventos oferecidos pela Faculdade	X	X	X	X	X
Estratégias	Desdobramento de Ações Estratégicas	2021	2022	2023	2024	2025
10. Acessibilidade	10.1. Qualificação do quadro funcional para atendimento das pessoas deficientes	X	X	X	X	X
	10.2. Acompanhamento para a permanência da pessoa com necessidades especiais	X	X	X	X	X
	10.3. Manutenção de espaço permanente para atendimento de alunos em suas reivindicações	X	X	X	X	X
	10.4. Políticas institucionais para o apoio às pessoas com necessidades especiais	X	X	X	X	X

Fonte: Gestão Executiva FMP, 2022

O Plano de Desenvolvimento de cada setor especificamente, pode ser encontrado nos anexos a este documento. Tendo caráter estratégico, é um documento de acesso interno, não sendo disponibilizado à toda comunidade acadêmica.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

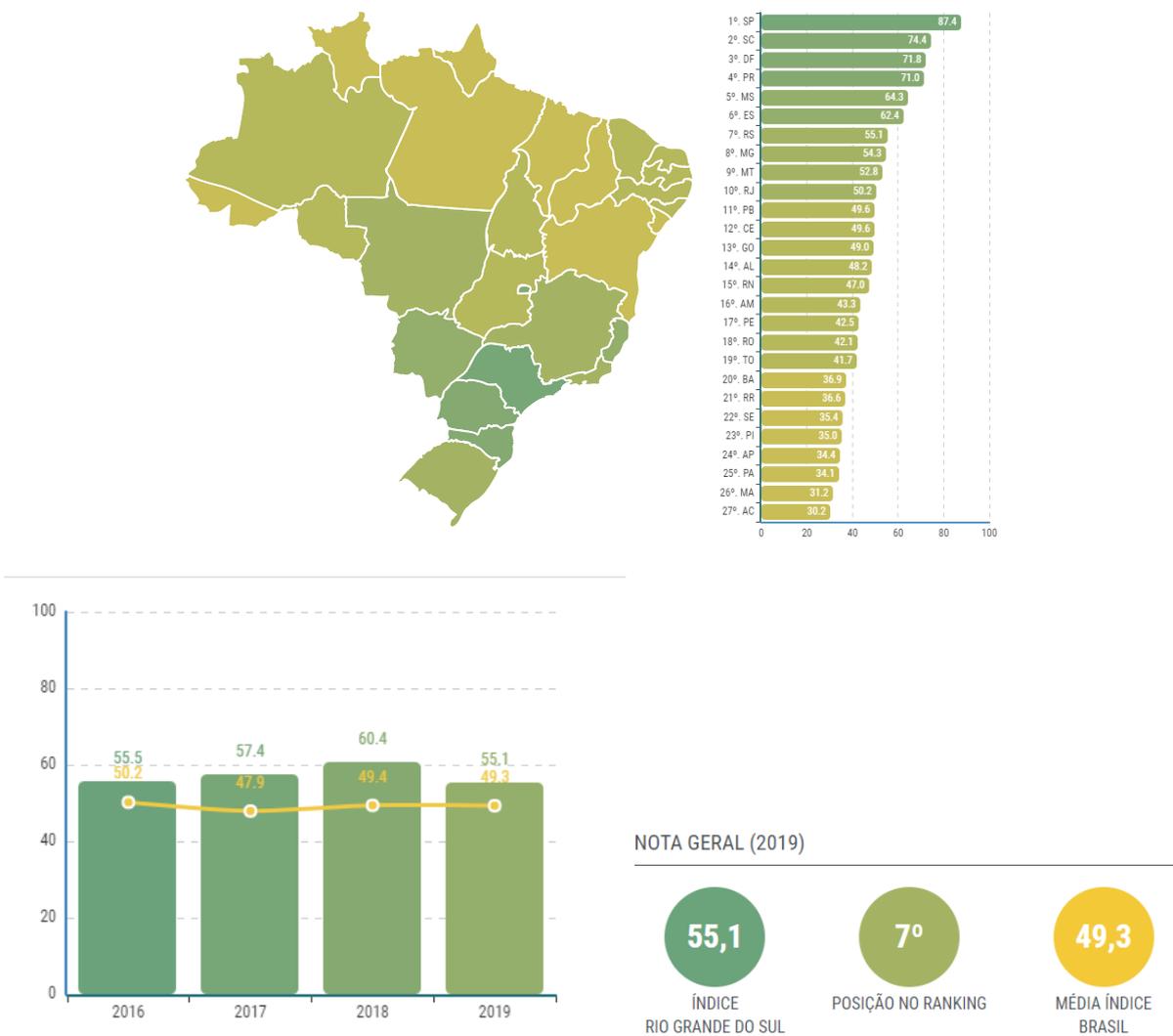
2.1 INSERÇÃO REGIONAL

O projeto institucional da FMP está consubstanciado não apenas na necessidade social, que é demonstrada pelos critérios estatísticos do Município de Porto Alegre e Região Metropolitana (incremento nos níveis de ensino fundamental e médio e crescimento econômico), mas também pela importância cultural que a área do Direito possui para toda a região na qual se encontra Porto Alegre.

O Estado do Rio Grande do Sul está inserido num contexto de profundas modificações sofridas pelo planeta no último século. Nos umbrais do século XXI, assistimos a um conjunto de profundas rupturas colocadas dentro dos processos de globalização. São rupturas de várias ordens, devido aos aspectos positivos e negativos do desenvolvimento tecnológico. Assim, o mundo torna-se cada vez mais global. Da globalização econômica muitos partem para a crítica à ordem neoliberal, entendendo que nesta não fica clara uma sintonia entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Da globalização cultural tenta-se extrair também a possibilidade de socialização de uma cultura crítica, face à dissolução da cultura erudita e da própria capacidade de pensar criticamente.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Tal processo social tem implicado a integração de amplos setores urbanos, visando à melhoria das condições de vida para setores rurais integrados ao sistema industrial. Todavia, os efeitos danosos ganham corpo, mormente no Brasil, que padece de abismal concentração de renda e vivência do verdadeiro apartheid social, com amplos setores da população urbana confinados a áreas degradadas, sequer convivendo no mesmo espaço físico.

Segundo o Ranking da Competitividade dos estados brasileiros em 2019, o Estado do RS mantém-se como um destaque em nosso país (7º lugar), acima da média Brasil historicamente, enquanto espaço de produção, desenvolvimento e inovação.

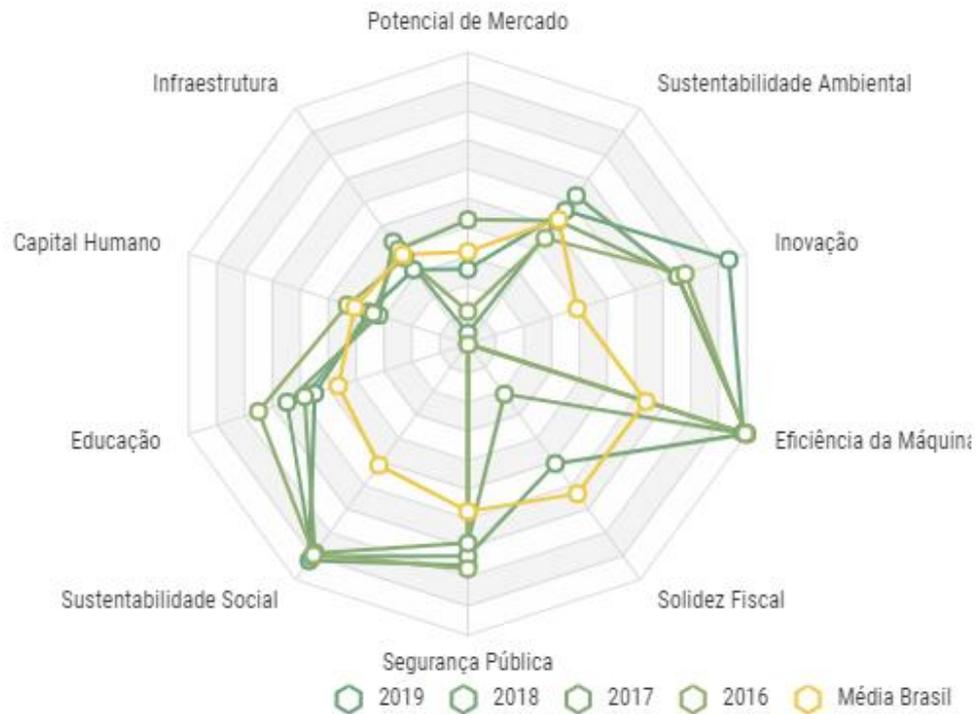


Fonte: <http://www rankingdecompetitividade.org.br/ranking/2019/geral>

O mesmo ranking atribui notas em diferentes pilares como potencial de mercado, educação e inovação e o Estado do RS, em todos os indicadores, aparece em destaque especialmente por sua alta capacidade de atrair talentos e investimentos.

Figura 3 - Ranking de Competitividade - Notas do RS nos principais pilares

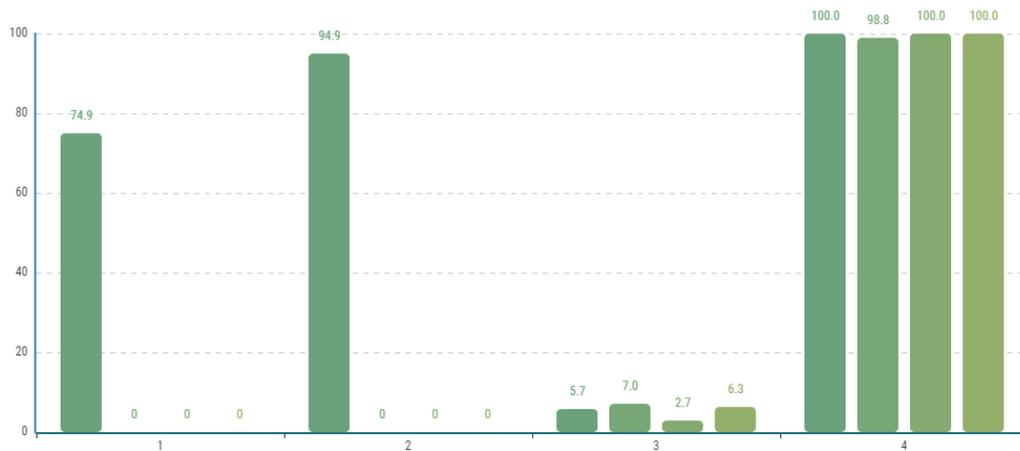
NOTAS POR PILARES:



Fonte: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/perfil>

Vale ainda destacar, do mesmo estudo, o posicionamento do estado de SP no ranking Inovação, ressaltando indicadores como investimentos em P&D, Patentes, Empreendimentos inovadores e Produção Acadêmica, estando bem ranqueados estados da federação.

Figura 4 - Ranking de Competitividade - Inovação no RS



Indicador	2019		2018		2017		2016	
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	74,9	5°	0	0	0	0	0	0
2. Empreendimentos Inovadores	94,9	2°	0	0	0	0	0	0
3. Investimentos em P&D	5,7	20°	7,0	17°	2,7	23°	6,3	21°
4. Patentes	100,0	1°	98,8	2°	100,0	1°	100,0	1°

NOTA GERAL NO PILAR (2019)



MELHORES ESTADOS NO PILAR (2019)

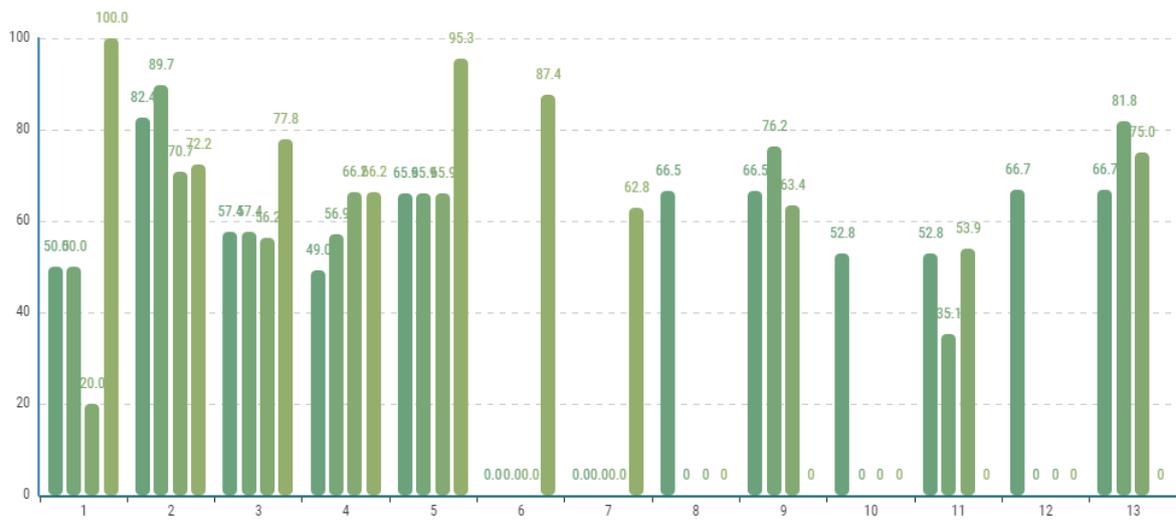


Fonte: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/indicador/inovacao/rs>

2.1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

Analisando os dados educacionais do ranking de competitividade dos estados brasileiros, percebe-se que o estado do RS já figurou entre os principais protagonistas, no entanto, nos últimos 4 anos vem caindo paulatinamente seus resultados, o que traz uma responsabilidade ainda maior às instituições promotoras da educação no Estado. Ainda assim, os resultados educacionais, em sua maioria, permanecem bem acima da média nacional. Acompanhem os dados.

Figura 5 - Ranking de Competitividade - Educação no RS



Indicador	2019		2018		2017		2016	
1. Avaliação da Educação	50,0	15°	50,0	15°	20,0	17°	100,0	1°
2. ENEM	82,4	7°	89,7	5°	70,7	7°	72,2	7°
3. IDEB	57,4	14°	57,4	14°	56,2	11°	77,8	7°
4. Índice de Oportunidade da Educação	49,0	14°	56,9	10°	66,2	9°	66,2	9°
5. PISA	65,9	7°	65,9	7°	65,9	7°	95,3	3°
6. Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	0,0	0°	0,0	0°	0,0	0°	87,4	4°
7. Taxa de Abandono do Ensino Médio	0,0	0°	0,0	0°	0,0	0°	62,8	11°
8. Taxa de atendimento do ensino infantil	66,5	12°	0	0	0	0	0	0
9. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil (incluído no Ranking a partir de 2017)	66,5	12°	76,2	5°	63,4	9°	0	0
10. Taxa de frequência líquida do ensino médio	52,8	13°	0	0	0	0	0	0
11. Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (substituiu Taxa de Abandono do EM)	52,8	13°	35,1	15°	53,9	12°	0	0
12. Taxa de frequência líquida do ensino fundamental	66,7	10°	0	0	0	0	0	0
13. Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (substituiu Taxa de Abandono do EF)	66,7	10°	81,8	7°	75,0	15°	0	0

NOTA GERAL NO PILAR (2019)



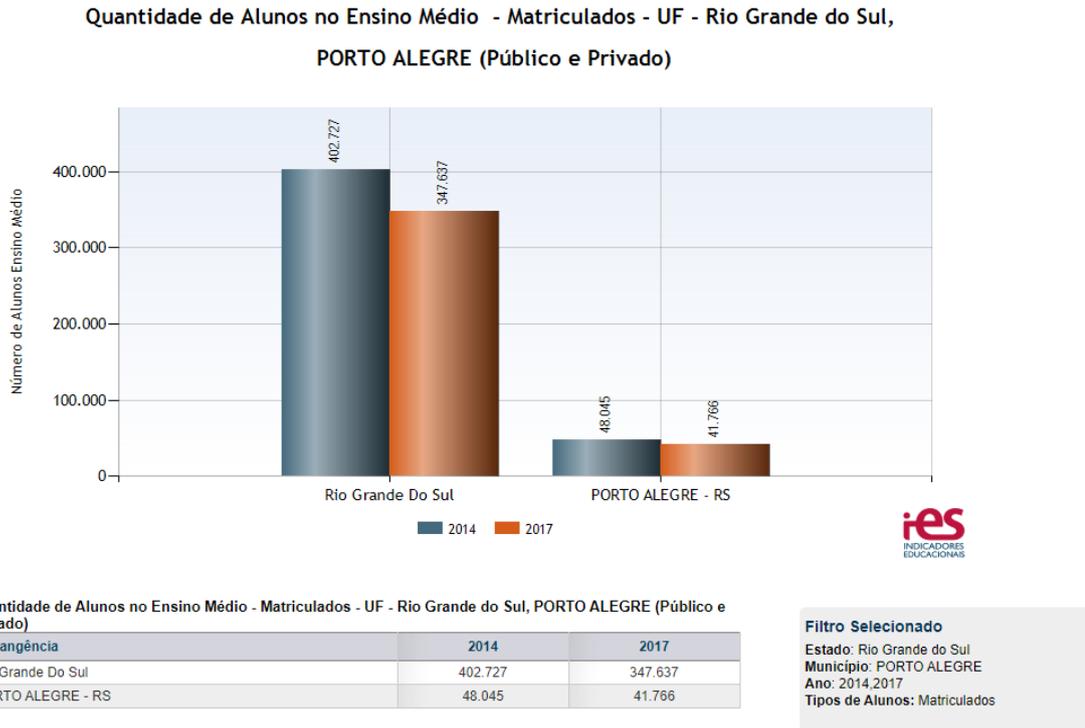
MELHORES ESTADOS NO PILAR (2019)



Fonte: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/indicador/educacao/rs>

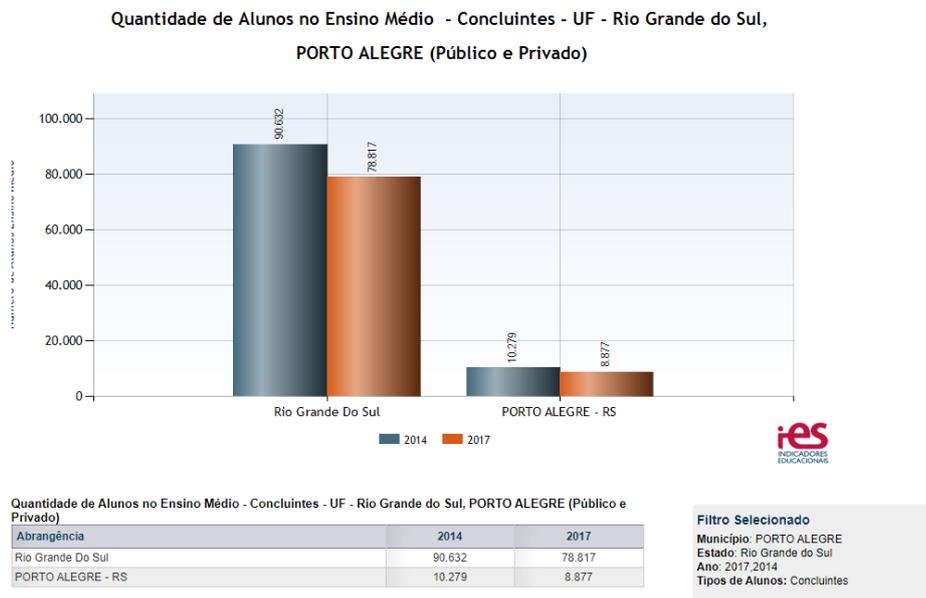
Por se encontrar em um grande centro, na grande Porto Alegre (capital), o número de jovens matriculados no Ensino Médio é grande e representa sem dúvida, o maior contingente disponível do Estado do RS. No entanto, estes números apresentam razoável queda e, por conseguinte, queda também para os concluintes (Target do Ensino Superior). A FMP tem procurado desenvolver estratégias voltadas para incentivar a formação acadêmica de nível superior como instrumento gerador de mudança social voltada para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Figura 6 - Quantidade de Alunos matriculados do Ensino Médio - Estado RS / cidade de Porto Alegre



Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Figura 7 - Quantidade de Alunos concluintes do Ensino Médio – Estado RS / Cidade de Porto Alegre

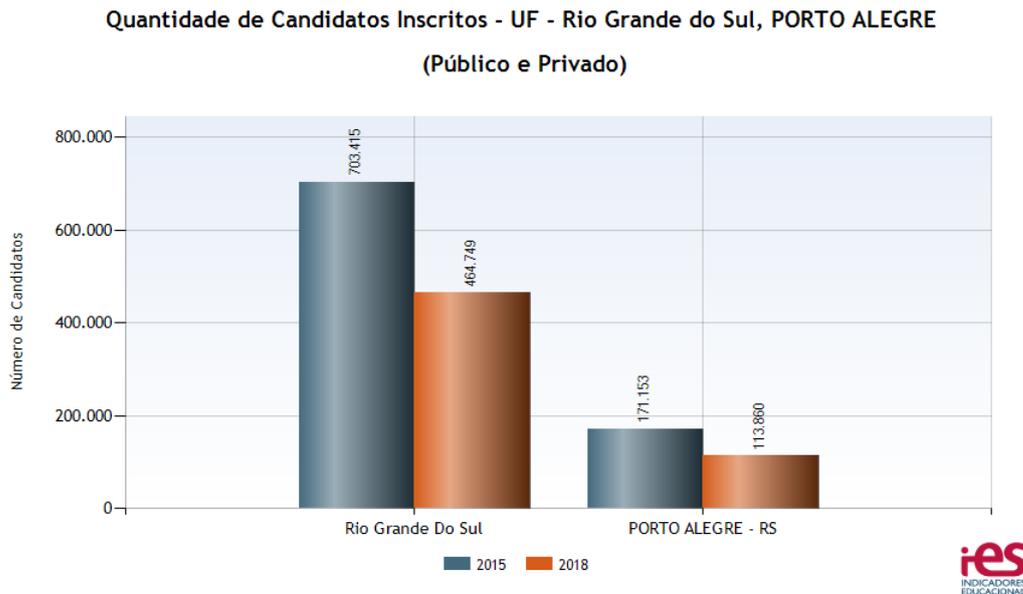


Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Este universo de alunos concluintes do Ensino Médio a cada ano no estado do RS e especialmente na cidade de Porto Alegre (vide figura 7), somados a outros alunos concluintes de anos anteriores (estoque de capital humano), compõem a cada ano, o principal bojo de possíveis novos alunos para um novo ciclo de formação FMP. Por se tratar de uma IES de nicho, voltado ao Ensino Jurídico, nossas análises também abordarão dados referentes ao curso de bacharelado em Direito.

O primeiro gráfico a seguir, traz o percentual de candidatos inscritos ao Ensino Superior, comparando 2015 a 2018, tanto no Estado do RS, quanto na cidade de Porto Alegre. O alarme que se anuncia neste contexto e na presente análise dos dados é o fato de termos uma queda de alunos no Ensino Médio em torno de 14% mas 34% de queda no total de inscritos ao Ensino Superior no último triênio. Aparentemente, temos uma queda bastante expressiva na atratividade a realizar uma faculdade no Estado do RS.

Figura 8 - Quantidade de Candidatos inscritos no Ensino Superior – Estado RS / Cidade de Porto Alegre



Quantidade de Candidatos Inscritos - UF - Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE (Público e Privado)

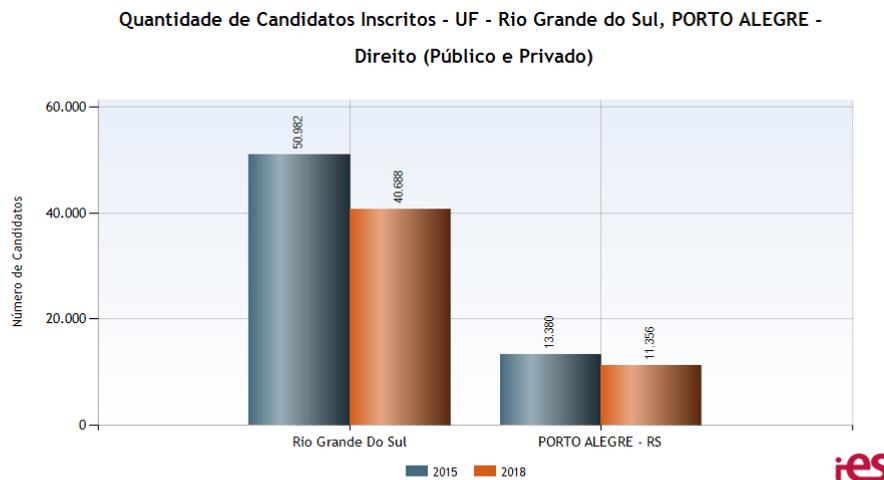
Abrangência	2015	2018
Rio Grande Do Sul	703.415	464.749
PORTO ALEGRE - RS	171.153	113.860

Filtro Selecionado
Município: PORTO ALEGRE
Estado: Rio Grande do Sul
Ano: 2015,2018

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Por outro lado, quando analisamos somente o curso do Direito, esta queda é bem menos acentuada, ficando em torno de 20% no Estado do RS e 14% na cidade de Porto Alegre. A atratividade do bacharelado em Direito mantém uma linha muito próxima da queda do montante total de alunos de Ensino Médio.

Figura 9 - Quantidade de Candidatos inscritos para o curso de Bacharelado em Direito – Estado RS / Cidade de Porto Alegre

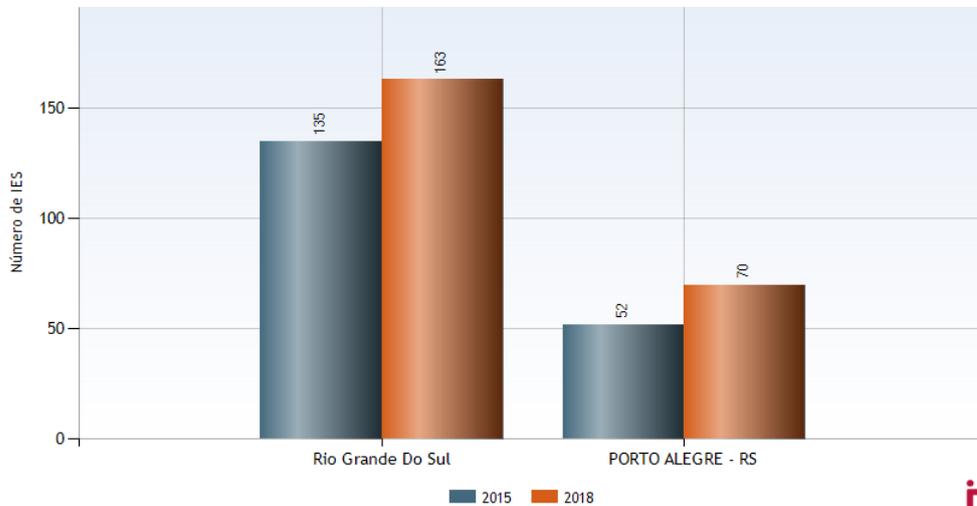


Quantidade de Candidatos Inscritos - UF - Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE - Direito (Público e Privado)		
Abrangência	2015	2018
Rio Grande Do Sul	50.982	40.688
PORTO ALEGRE - RS	13.380	11.356

Filtro Selecionado
 Estado: Rio Grande do Sul
 Município: PORTO ALEGRE
 Ano: 2018,2015
 Curso: Direito

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Se por um lado temos a queda relevante no total de alunos concluintes de Ensino Médio assim como de candidatos inscritos ao Ensino Superior no Estado do RS, temos um avanço acima de 20% do número de IES privadas no Estado que conta em 2018 com 163 IES privadas sendo 70 delas (mais de 50%) somente na cidade de Porto Alegre, dentre estas a FMP.

Figura 10 – Quantidade de IES Privadas – Estado RS / Cidade de Porto Alegre**Quantidade de IES - UF - Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE (Privado)****Quantidade de IES - UF - Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE (Privado)**

Abrangência	2015	2018
Rio Grande Do Sul	135	163
PORTO ALEGRE - RS	52	70

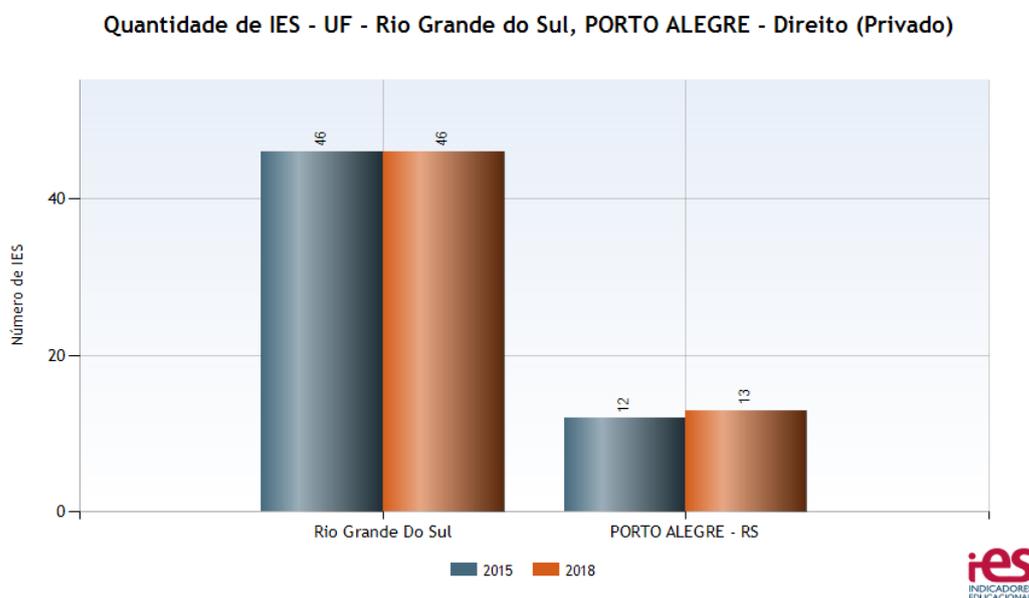
Filtro Selecionado

Município: PORTO ALEGRE
 Estado: Rio Grande do Sul
 Rede: Privado
 Ano: 2018,2015

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Se olharmos somente para as IES privadas que ofertam o curso de Direito no Estado do RS e na cidade de Porto Alegre, esse acréscimo não se configura, tendo um movimento bem mais conservador, talvez explicado pela complexa regulação para aprovação de novos cursos de Direito até 2018. Este cenário muda bastante a partir de 2019 e os novos processos da parte do MEC – Ministério da Educação.

Figura 11 – Quantidade de IES Privadas que ofertam curso de Direito – Estado RS / Cidade de Porto Alegre



Quantidade de IES - UF - Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE - Direito (Privado)

Abrangência	2015	2018
Rio Grande Do Sul	46	46
PORTO ALEGRE - RS	12	13

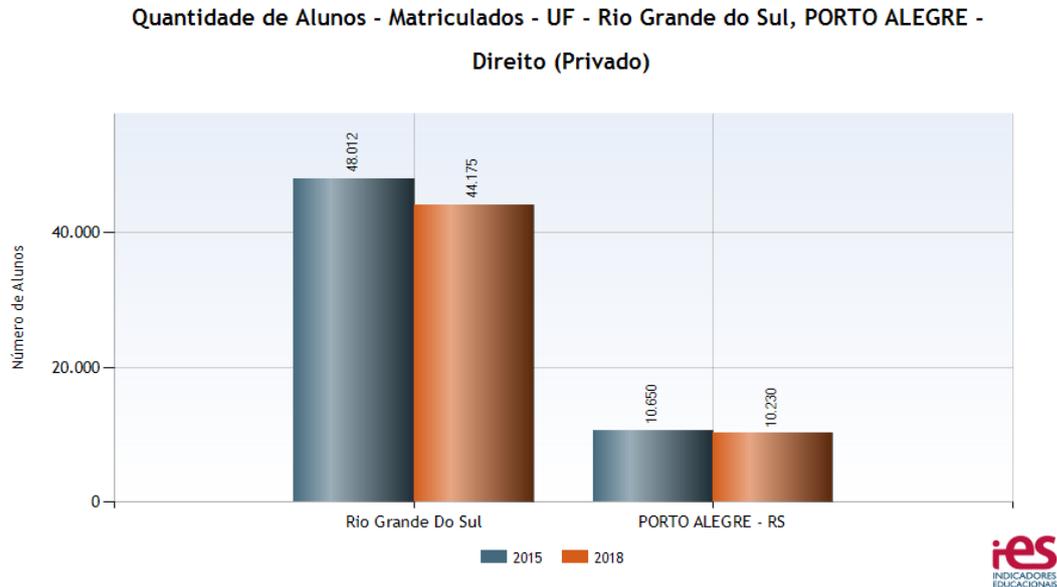
Filtro Selecionado

Estado: Rio Grande do Sul
 Município: PORTO ALEGRE
 Ano: 2015,2018
 Rede: Privado
 Curso: Direito

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Este segmento mais “comportado” em termos de mercado até 2018, também se configurou no total de alunos matriculados nos cursos de Direito ao longo do último triênio, especialmente na cidade de Porto Alegre, lócus da FMP.

Figura 12 – Quantidade de alunos matriculados no curso de Direito – Estado RS / Cidade de Porto Alegre



Quantidade de Alunos - Matriculados - UF - Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE - Direito (Privado)

Abrangência	2015	2018
Rio Grande Do Sul	48.012	44.175
PORTO ALEGRE - RS	10.650	10.230

Filtro Selecionado

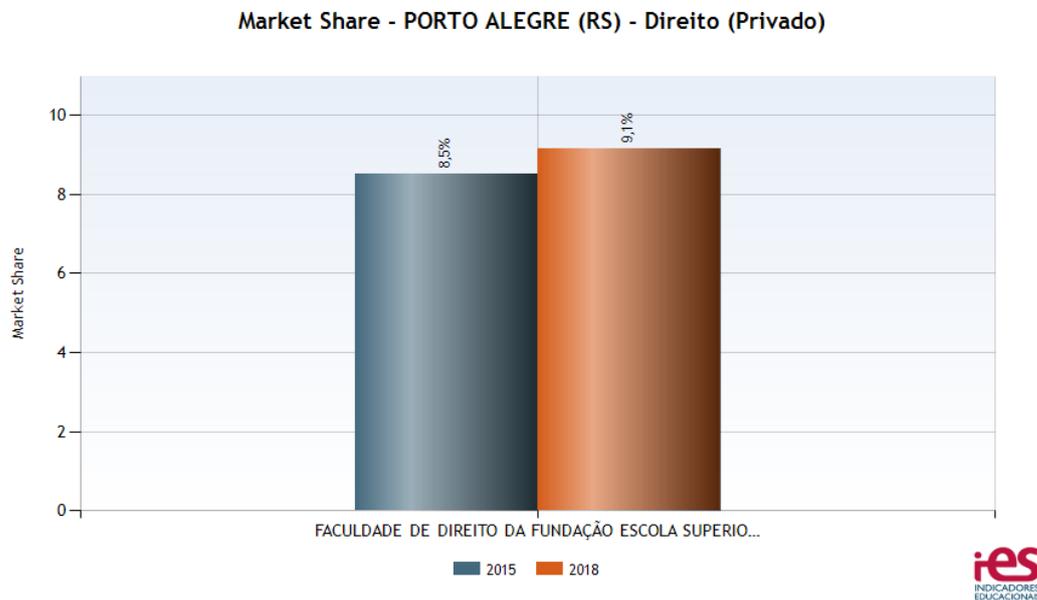
Município: PORTO ALEGRE
Estado: Rio Grande do Sul
Rede: Privado
Ano: 2018,2015
Curso: Direito
Tipos de Alunos: Matriculados

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Muito embora os números são expressivos em termos de montante total da possível demanda de alunos, a FMP tem se pautado por uma seleção primorosa em relação aos ingressantes a cada ano, preocupado muito mais em responder ao mercado a médio e longo prazo no que tange às entregas correlacionadas à qualidade de seu concluinte (perfil do egresso), em detrimento a respostas imediatas quantitativas em relação aos seus ingressantes.

O gráfico a seguir demonstra a referida constância na gestão do seu corpo discente utilizando-se dos indicadores de *Marketing Share* (total de matriculados) e *Sale Share* (ingressantes) ao longo do último triênio.

Figura 13 – Marketing Share FMP (Curso Direito) / Cidade de Porto Alegre



Market Share - PORTO ALEGRE (RS) - Direito (Privado)

IES	2015	2018
FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	905	935
TOTAL ABSOLUTO (MATRICULADOS)	905	935
TOTAL RELATIVO	8,50%	9,14%
TOTAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA	10.650	10.230

Filtro Selecionado

IES: FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
 Rede: Privado
 Ano: 2018,2015
 Curso: Direito

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Figura 14 – Sale Share FMP (Curso Direito) / Cidade de Porto Alegre**Sale Share - PORTO ALEGRE (RS) - Direito (Privado)**

IES	2015	2018
FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	196	179
TOTAL ABSOLUTO (INGRESSANTES)	196	179
TOTAL RELATIVO	9,80%	7,97%
TOTAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA	2.001	2.245

Filtro Selecionado

IES: FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
 Rede: Privado
 Ano: 2015,2018
 Curso: Direito

Fonte: <http://www.indicadoreseducacionais.com.br/>

Os estudos apresentados acerca do contexto educacional ratificam o posicionamento de mercado da FMP assim como, sua Missão, Visão e comprometimento com/para uma Educação de qualidade com propósitos diferenciados em sua execução.

2.1.2 MICRORREGIÃO – INDICADORES PRINCIPAIS

Considerando que os principais indicadores são extraídos do CENSO e, o último ocorrido foi em 2010, os dados permanecem os mesmos utilizados na última atualização do PDI

Caracterização do território

Município sede: Porto Alegre

IDHM 2010: 0,805

Faixa de IDHM: Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1)

População (IBGE Estimativa 2020): 1.488.252 hab.

Densidade demográfica (2010): 2.837,53 hab/km²

PIB per capita (2017): R\$ 49.740,90

Tabela 05 – IDH na cidade de Porto Alegre - RS

Desenvolvimento Humano	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,494	0,612	0,702
IDHM Longevidade	0,748	0,811	0,857
IDHM Renda	0,779	0,830	0,867
IDMH	0,660	0,744	0,805

Fonte: PNUD, Ipea e FJP - 2013

Tabela 06 – Trabalho e Rendimento na cidade de Porto Alegre - RS

Renda, Pobreza e Desigualdade – Porto Alegre			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	1.021,93	1.399,50	1.758,27
% de extremamente pobres	2,37	2,37	0,92
% de pobres	9,78	8,49	3,82
Índice de Gini ¹	0,57	0,60	0,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – 2013

2.1.3 MESORREGIÃO – INDICADORES PRINCIPAIS

A região de abrangência da IES conta com a participação do município de município e outros municípios ao redor sendo mais expressivos os que se seguem:

Tabela 07 – Análise de Indicadores da cidade de Porto Alegre e entorno - RS

Censo	Sede		Região polarizada			
	Porto Alegre	Canoas	Guaíba	Viamão	Gravataí	Cachoeirinha
População estimada (2017)	1.484.941	343.853	99.334	253.717	275.146	127.318
Área (km ²)	496,682	131,096	376,947	1.497,09	463,499	44,018
Densidade demográfica (2010) (hab/km ²)	2.837,53	2.470,15	252,57	159,91	551,59	2.687,04

¹ O que é Índice de Gini?

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010	0,805	0,75	0,73	0,717	0,736	0,757
Estabelecimentos de Saúde SUS (2010)	201	42	6	34	42	32
Matrículas Ensino Médio (2015)	47.255	12.365	3.601	8.321	9.025	5.188
Matrículas Ensino Fundamental (2015)	159.162	46.022	12.651	35.944	36.221	16.883
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes (mil reais) (2013)	6.539.035,53	1.499.492,30	420.125,63	898.709,59	1.096.162	558.077
Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (mil reais) (2013)	23.477,09	5.861,91	51.159,01	128.352,28	13.354	886
Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (mil reais) (2013)	6.669.846,88	5.487.395,08	1.181.321,50	466.748,37	3.532.773	1.047.008,32
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social (mil reais) (2013)	45.009.063,71	7.130.077,23	1.953.015,69	1.451.447,25	3.106.587,58	2.291.203,22
PIB, per capita (reais)	46.122,79	47.588,56	53.974,61	12.853,56	35.740,51	47.494,00
Salário Médio (salário mínimo)	4,20	3,30	3,60	2,30	3,1	2,5

Fonte: IBGE

É nesse contexto que a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, insere seus cursos de graduação e pós-graduação em Direito, proporcionando, assim, condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, pela oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e do incremento de todas as potencialidades do Município-Capital e região sob sua influência.

2.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Toda ação acadêmica/pedagógica traz em si uma ou mais intencionalidade, declarada ou não. Para a FMP, estas intencionalidades estão permeadas por seus princípios filosóficos e metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição devidamente expressos neste PDI.

2.2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

Os cursos e atividades pedagógicas desenvolvidos na instituição devem contribuir para a construção e produção de saberes significativos na área das Ciências Jurídicas e para a consolidação do desenvolvimento humano, econômico e social através da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A FMP observará os seguintes princípios filosóficos e teórico-metodológicos na organização das suas práticas acadêmicas:

- Respeito à pluralidade de ideias.
- Desenvolvimento contínuo da Responsabilidade Social.
- Diálogo permanente com as partes interessadas.
- Estímulo à articulação entre produção do conhecimento e sociedade.
- Fomento à cooperação institucional.
- Estímulo à inovação pedagógica e tecnológica.
- Estímulo à pesquisa interdisciplinar.
- Estímulo à qualificação do corpo docente.
- Estímulo à qualificação do corpo técnico-administrativo.
- Gestão Institucional apoiada na ética e na transparência.
- Qualidade na Infraestrutura e prestação de serviços.
- Gerenciamento autossustentável, com autonomia administrativo-financeira.
- Compromisso com os ideais do Ministério Público.

2.2.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Os princípios metodológicos que estão presentes no fazer institucional são:

- Respeito à pluralidade, alteridade e flexibilização de ideias na construção da relação ensino aprendizagem e compreensão que as relações institucionais são construídas a partir de sujeitos históricos e portadores de valores e da dignidade humana.
- Estímulo para que a Metodologia de Ensino se dê a partir da articulação entre a produção do conhecimento e a sociedade, a inovação pedagógica e tecnológica e a produção científica, pois se entende indissociável o Ensino, a Pesquisa e a Extensão para a emancipação integral do sujeito.
- Estímulo ao diálogo permanente com todos os interessados fomentando a qualificação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, pois compreende que a educação superior envolve a comunidade acadêmica e se constrói a partir de uma postura de abertura, realização e entendimento.

- Desenvolvimento contínuo da Responsabilidade Social fomentando a cooperação institucional a compreensão e a construção do conhecimento, como auxílio na edificação de alternativas para a solução de problemas sociais cruciais na atualidade.
- Primazia pela qualidade na Infraestrutura e na prestação de serviços buscando uma Gestão Institucional apoiada na ética, na transparência e no gerenciamento autossustentável, com autonomia administrativo-financeira.

2.3 PERFIL DO EGRESSO INSTITUCIONAL

O egresso da FMP deverá apresentar autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, sólida base científica, humanística e cultural, atuação crítica e ética sintonizada com as necessidades do país e da região.

Para a consecução do perfil desejado devem ser desenvolvidas as seguintes habilidades e competências gerais que habilitem o egresso a interpretar e propor a melhor solução para os casos reais na vida profissional:

- Conhecimento da realidade social e dos problemas jurídicos da Região de atuação;
- Capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos;
- Correta utilização da linguagem usando-a com clareza, precisão e propriedade apresentando fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação, de análise crítica de dados e informações e compreensão das dimensões sociocultural, humanística e crítica do Direito;
- Habilidade de entender o alcance das normas jurídicas e sua aplicabilidade, visando dotar o futuro profissional do Direito de condições suficientes para equacionar problemas e levar harmonia às exigências sociais regionais e nacionais;
- Capacidade de compreender o Direito dentro de uma visão crítica e aplicá-lo na solução dos conflitos de interesses;
- Desenvolvimento do senso ético-profissional, associado à responsabilidade em relação ao papel social do acadêmico e do profissional do Direito;
- Capacidade para compreender e desenvolver métodos extrajudiciais de prevenção e soluções de conflitos individuais e coletivos;
- Conhecimento interdisciplinar do Direito que contribua para a solução mais viável para o caso apresentado, com base nos valores sociais estampados na Constituição Federal;
- Capacidade de análise crítica acerca do sistema jurídico e entendimento das dimensões da legalidade e da constitucionalidade das normas jurídicas;
- Domínio na mediação e de aproximação de pessoas;
- Capacidade de pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para a aplicação e produção criativa do Direito;

- Percepção clara, pelo egresso, de seu papel de agente jurídico comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- Capacidade de compreender a necessidade de contínuo processo de aperfeiçoamento.

2.4 POLÍTICA DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

O processo de ensino e aprendizagem proposta pela FMP considera o conhecimento como um processo construído, que parte do conhecimento prévio dos estudantes.

Considera ainda o professor como mediador na aprendizagem, planejando como apoiará esse processo, e tem a aprendizagem como um processo planejado, que pretende desenhar a evolução do aprendizado em uma escala de complexidade. Deve, portanto, fornecer aos estudantes os conteúdos e habilidades necessárias, desenvolvidos a partir de experiências de aprendizagem que exponham o aluno a situações em que esses conteúdos e habilidades sejam articulados e exigidos, em níveis de complexidade progressivos.

Para organizar institucionalmente o processo de aprendizagem, a FMP propõe as seguintes premissas a fim de garantir os melhores resultados no aprendizado dos estudantes:

- O trabalho pedagógico, desenvolvido pela FMP busca permanentemente a interação do discente com o conhecimento, o diálogo com o contexto social e cultural, a busca da autonomia intelectual, o desafio à solução de problemas da realidade vivenciada e o incentivo à criatividade e à responsabilidade. O planejamento do processo ensino-aprendizagem prioriza o estímulo à (re)elaboração contínua de conhecimentos assimilados, de modo a adequá-los à realidade em constante mutação tecnológica, social, econômica e política.
- Afeito a uma concepção dialógica e interativa de aprendizagem, a FMP tem discutido e promovido a utilização de estratégias que priorizem espaços de inovação, investigação e troca de saberes, dentro e além da sala de aula.
- A metodologia didática é orientada no sentido de proporcionar ao discente o desenvolvimento de competências para intervir no contexto em que vive; o que exige diálogo constante e troca de experiências entre os atores do processo (professores e alunos). Constituem estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico: os Projetos de Iniciação Científica e de Extensão, os Grupos de Estudo e de Pesquisa, Seminários e Jornadas Interdisciplinares. Acrescente-se, ainda, o caráter indispensável do aprendizado em serviço, vivenciado nos estágios internos e externos a Instituição, que promovem a estreita vinculação entre teoria e prática e provocam questionamentos e reflexões nos percursos curriculares.
- A metodologia proposta na FMP acompanha a concepção de aprendizagem centrada na relação docente/orientador e aluno/orientando numa relação dialógica e contínua focada no protagonismo do estudante. Suas características deverão atender às previstas por MASETO para o professor universitário:

Um professor que, com seus alunos, forme um grupo de trabalho com objetivos comuns, que incentive a aprendizagem de uns com os outros, estimule o trabalho em equipe, a busca de solução para problemas em parceria, que seja um motivador para o aluno

realizar suas pesquisas e seus relatórios, que crie condições contínuas de ‘feedback’ entre aluno e professor. (MASETO, 1998).

- A relação ensino-aprendizagem proposta é mediada por recursos tecnológicos e estratégias diferenciadas que favoreçam a autonomia discente efetiva, sendo o professor o orientador e mediador do processo.
- A Educação centrada na autoaprendizagem faz com que as funções docentes se voltem para a diversificação e a complementaridade, derivadas das novas situações propostas e atividades que surgirão ao longo do processo. Estas irão exigir do professor pesquisa, formação continuada, criatividade e adaptabilidade maiores do que as requeridas por sua atuação na aula tradicional e trazem à tona a necessidade de atuação coletiva e integradora dos docentes.

2.5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica dos cursos da FMP deve abranger, obedecendo às legislações pertinentes e vigentes: o regime de oferta, os componentes curriculares, o estágio supervisionado, as atividades complementares, o trabalho de conclusão de curso, o sistema de avaliação da aprendizagem, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o pedagógico da graduação e da pós-graduação, que por sua vez, abrangerá, sem prejuízo de outros os seguintes elementos estruturais:

- Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica, ambiental e social.
- Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso.
- Formas de realização da interdisciplinaridade.
- Modos de integração entre teoria e prática.
- Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem.
- Modos da integração entre graduação e pós-graduação.
- Políticas de integração entre a extensão, pesquisa e iniciação científica.
- Atividades que permitam a flexibilidade curricular.
- Metodologias inovadoras.

Com base numa visão da graduação que enfatiza o desenvolvimento da autonomia, por meio de um currículo amplo e flexível que proporcione uma formação científica sólida e um desenvolvimento humanístico, os PPCs de cada curso ofertado pela FMP, para atender à concepção filosófica da organização didático-pedagógica, deve apresentar:

- Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão;
- Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares;
- Estímulo a metodologias ativas de aprendizagem;
- Inserção de tecnologias da informação na relação ensino-aprendizagem;

- Priorização do desenvolvimento de competências e habilidades;
- Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional;
- Estímulo à educação continuada considerando a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento.
- Estreitamento do relacionamento com os egressos a fim de obtenção de melhoria de qualidade no ensino.

2.5.1 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS

Os cursos propostos e oferecidos pela FMP, em seu Projeto Pedagógico, apresentarão conteúdo específicos dos eixos curriculares de formação do aluno, de acordo com a legislação em vigor e as diretrizes curriculares. A seleção de conteúdos deverá considerar o seu significado para o professor e para o aluno no contexto curricular institucional em que se insere.

De um modo geral serão enfocados:

- **Conteúdos de Formação Básica** que terão, por objetivo, integrar os conteúdos específicos a outras áreas do saber.
- **Conteúdos de Formação Profissional** que envolverão o conhecimento específico da área de formação e a sua aplicação.
- **Conteúdos de Formação Prática** que objetivarão a integração da teoria com a prática.

A seleção de conteúdo será realizada em conjunto por docentes da área, sob a supervisão de um Coordenador de Curso e do NDE, e em consonância com o conteúdo dos demais componentes curriculares que comporão a matriz curricular e com o perfil do egresso. A seleção dos conteúdos deverá requerer significação dos mesmos dentro do enfoque do curso e do componente curricular.

A seleção e compatibilização de conteúdo será realizada no período de planejamento do período letivo. O curso, de acordo com suas peculiaridades, dará aos conteúdos enfoques específicos, quer quanto à direção teórico-quantitativa, quer histórica, dogmática, tecnológica, ou social.

2.5.2 RECURSOS DE TI E COMUNICAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A sociedade e o universo acadêmico têm crescentemente usufruído das inovações tecnológicas. O uso dessas novas tecnologias se tornou uma realidade em sala de aula permitindo ser apoio à realização de um projeto educacional onde a FMP lança desafios, propõe objetivos para qualificar a estrutura curricular e enriquecer a formação do seu acadêmico.

Em função da crescente integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos processos de comunicação e educação, torna-se necessária a concepção de novas formas de organização e oferta do ensino. A adoção destas novas tecnologias tem se caracterizado por vários fatores, tais como: facilidade de acesso às informações, flexibilidade de como apresentá-las, suporte teórico armazenado e à disposição, entre outras. O uso dessas novas tecnologias se tornou uma

realidade em sala de aula permitindo ser apoio à realização de um projeto educacional onde a FMP lança desafios, propõe objetivos para qualificar a estrutura curricular e enriquecer a formação do seu acadêmico.

A Faculdade oferece atualização permanente dos professores para a incorporação das novas tecnologias e para a disponibilização de material de apoio (indicação de leitura digital, comunicação com os alunos, etc.).

Importante ressaltar que há monitores para apoiar os professores na criação de Banco de Dados e a inclusão da tecnologia móvel em atividades específicas do programa de ensino.

Esta tecnologia deu início ao Programa da Inovação Tecnológica, que discute a socialização das informações e a construção do conhecimento a partir das inovações tecnológicas. A Faculdade, semestralmente, disponibiliza e atualiza os arquivos e programas de uso dos estudantes e dos professores através de recursos tecnológicos oferecidos.

Foram desenvolvidos pela Instituição os Programas:

- *FMP DOBLE*: destinados aos acadêmicos do 1º e 2º semestre, que proporciona a visualização, via EAD, de um conjunto de aulas, que são gravadas ao longo do semestre. As aulas consideradas fundamentais ficam disponíveis aos acadêmicos. Com isso, os ingressantes têm a oportunidade de rever as principais aulas de seus semestres, gratuitamente, por meio da tecnologia da informação, solidificando seu conhecimento e o apreço pelo curso;
- *FMP GOLD*: destinado a todos os alunos da instituição, proporciona a visualização, via EaD, das atividades de extensão ocorridas, tais como: Palestras, Cursos, Simpósios, etc. Estas atividades são gravadas e disponibilizadas gratuitamente durante todo o curso, para acesso ilimitado pelos acadêmicos em horários extraclasse;
- *FMP PLUS*: destinado aos acadêmicos do 3º ao 10º semestre, proporciona aos alunos a visualização de 42 aulas, a sua escolha, via EAD, dos Cursos Preparatórios às Carreiras Jurídicas, oferecidos pela FMP. Trata-se de relevante instrumento de reforço e nivelamento aos acadêmicos, que podem rever conteúdos, elidir dúvidas, fixar e revisar conhecimentos.

A FMP utiliza o *Moodle* e o *Canvas*, como Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) que além de propiciar hospedagem e fácil compartilhamento de praticamente todos os tipos predominantes de mídias, proporcionam também ferramentas digitais e de criação de conteúdo que professores e alunos precisam para criar uma experiência de aprendizado mais intuitiva e conectada. Possuem elementos facilitadores de atividades síncronas e assíncronas, incluindo-se espaços para *chat* e fórum, *wikis*, calendários personalizáveis, exercícios de autocorreção, espaços para atividades escritas, criação de blogs e diários de bordo diversos, bem como de controle de atividades realizadas no ambiente e de entregas de trabalhos.

Acompanhando os significativos avanços das tecnologias da informação e a nova geração de alunos, a FMP adquiriu para todas as salas de aula, lousas interativas *touch screen* proporcionando a criação de um ambiente de aprendizagem motivador, instigando maior interesse nos alunos e um grande dinamismo durante as aulas. Os acadêmicos se sentem mais à vontade no ambiente educacional onde a tecnologia está presente, pois conseguem mais interatividade com os colegas e professores em aulas mais interessantes e mais dinâmicas.

2.5.3 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS

O processo didático pedagógico orientado/liderado pelo corpo docente é fundamental para a formação integral do aluno, propiciando técnicas de ensino e aprendizagem, painéis e fóruns, projetos de pesquisas, seminários, visitas técnicas em locais de atividades profissionais, acompanhamento de estágios curriculares e extracurriculares, estudo do meio, estudo de caso entre outros.

Com objetivo de aprimorar a capacitação docente e desenvolvimento de material didático-pedagógico, a FMP criou o NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico que atua por meio de atividades de educação permanente e educação continuada, com o objetivo de elaborar conjuntamente com o corpo docente, instrumentos pedagógicos e de reflexão por parte dos docentes das suas práticas e concepções, visando à fundamentação do seu trabalho e a criação e implementação de novas práticas pedagógicas que assegurem o desempenho adequado do processo ensino-aprendizado.

Em regime de *co-working*, são desenvolvidos os mais diversos tipos de materiais de apoio pedagógico como, por exemplo: tutoriais/manuais e regulamentos de apoio ao trabalho pedagógico, programas de formação, textos de apoio, os quais são disponibilizados a toda comunidade acadêmica através de seus canais de comunicação.

2.5.4 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO

A flexibilização dos currículos procura trazer às matrizes curriculares uma menor rigidez mediante a redução parcial de pré-requisitos, a oferta de disciplinas eletivas via mobilidade acadêmica nacional e/ou internacional entre outras ações, trazendo oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos e possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória acadêmica autônoma.

Como oportunidade diferenciada de integralização e enriquecimento do currículo dos cursos da IES, destaca-se a possibilidade de os alunos realizarem disciplinas eletivas, atividades complementares, intercâmbio/mobilidade acadêmica, ações de extensão, iniciação científica, atividades de ensino semipresencial (*Blended Learning*) e estágios extracurriculares.

As **disciplinas eletivas** buscam complementar e enriquecer a formação do aluno da FMP. Por meio delas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da matriz curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e atuais que não fazem parte do núcleo específico de formação oferecido pelos cursos.

As **atividades complementares** são incrementadas durante todo o Curso de Graduação, criando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante em atividades extraclasse e que compõem o currículo de todos os cursos oferecidos pela IES, com carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de cada curso.

A **mobilidade acadêmica** permite aos alunos a oportunidade de cursar disciplinas em outras instituições de ensino nacionais ou internacionais, com as quais a FMP mantém convênio. Por meio do intercâmbio internacional, os alunos não somente têm acesso a conteúdos diversos, muitas vezes não

oferecidos na FMP, mas também têm a oportunidade de desenvolver outras competências de relacionamento multicultural.

A FMP entende que as ações de **extensão** compreendem iniciativas de educação continuada, prestação de serviços, ação social e comunitária e fortalecimento da profissionalização, proporcionando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A **iniciação científica** é um instrumento que permite colocar o aluno em contato com a atividade científica e engajá-lo desde cedo na pesquisa e atuar como diferencial na formação acadêmica.

Os **estágios extracurriculares** poderão ser realizados em instituições conveniadas com a IES sob supervisão dos orientadores de estágio e com apoio da Central de Estágios e Carreiras da FMP.

2.5.5 ATIVIDADES PRÁTICAS E DE ESTÁGIO

A relação teoria-prática na FMP é entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo, mediante projetos e atividades práticas incluídas na carga horária dos diferentes componentes curriculares que compõem a matriz de cada curso. Trata-se, portanto, de um espaço de integração teoria-prática curricular, sendo um instrumento de aproximação do aluno à realidade social e ao mundo do trabalho.

O desenvolvimento de atividades práticas profissionais como componente curricular preconizado pela FMP, ocorrerá de forma processual ao longo do curso, ajustando-se à progressividade do currículo e estará embasado nas seguintes diretrizes:

- Formação do profissional que não seja um mero reproduzidor de informação, mas com capacidade para participar da tomada de decisões sobre seu trabalho e de produzir conhecimento;
- Domínio dos conteúdos da área específica e das respectivas metodologias, com vistas a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem e de ensino adequadas à disseminação do saber específico em sua área, em diferentes instâncias sociais;
- Realização do trabalho pedagógico de maneira coletiva, interdisciplinar e investigativa, desenvolvendo com outros docentes e com os estudantes saberes educacionais, a partir de questões vivenciadas na prática educativa;
- Desenvolvimento da prática profissional por meio de projetos propostos pelos diferentes componentes curriculares. Tais projetos constituem-se em espaços de integração teórico-prática do currículo, e em instrumentos de aproximação gradativa do estudante à realidade social, econômica e profissional.

Sendo a FMP uma instituição eminentemente de Ensino jurídico, suas práticas estão diretamente vinculadas ao NPJ – Núcleo de Prática Jurídica conforme Resolução nº. 5 de 2018 do Ministério da Educação/CNE/CES que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, onde se estabelece a implantação e a estrutura do NPJ como componente curricular, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do acadêmico, devendo a

instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

O NPJ da FMP é, portanto, o responsável pelas atividades de prática jurídica que podem ser realizadas na própria IES e/ou em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais, em escritórios de advocacia e de consultorias jurídicas, com atividades simuladas e reais, estágios supervisionados, práticas de resolução consensual de conflitos, práticas de tutela coletiva e em especial, a prática do processo judicial eletrônico, adaptando-se às novas formas de atuação na prática jurídica.

2.5.5.1 Núcleo de Prática Jurídica

O Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, vinculado ao curso de Direito, é o órgão responsável pela formulação, implantação e gestão da política acadêmica no que tange às atividades de prática jurídica, estágios obrigatórios e não obrigatórios, disciplinas curriculares, projetos e atividades de ambientação profissional, em espaço acadêmico devidamente estruturado, que permita ao aluno integrar de forma mais efetiva a teoria com a prática profissional e a consolidação das competências previstas no perfil do egresso apresentado no projeto pedagógico do curso de Direito.

O NPJ da FMP visa promover, para o acadêmico do curso de Direito, a compreensão da realidade e da perspectiva da concretude do direito, pensando-o para além dos códigos, pois não são suficientes o reconhecimento teórico dos direitos fundamentais, sem que este tenha como base o conhecimento da realidade social sociedade e do ser humano. O núcleo garante ao acadêmico o contato com áreas jurídicas, capacitando o seu conhecimento para sua futura escolha profissional e seu ingresso no mercado de trabalho.

O Núcleo de Prática Jurídica da FMP é responsável pela organização, pelo planejamento e auxílio nas atividades previstas nas práticas jurídicas obrigatórias e não obrigatórias. O efetivo acompanhamento das atividades, a apreciação das demandas dos acadêmicos, a comunicação entre os docentes envolvidos com as atividades referentes às práticas jurídicas e as avaliações buscam o aprimoramento constante, promovendo a integração entre teoria e prática, especificando as metodologias ativas em diferentes formas e condições de realização.

As atividades de prática jurídicas visam sedimentar conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos ao longo do Curso, oportunizando a atuação como efetivo agente de transformação social, bem como interagir nas relações sociais com formação interdisciplinar, ética e humanista, relevantes competências para o ingresso no mercado de trabalho. Uma finalidade do NPJ é integrar as diretrizes do Núcleo de Responsabilidade Social da FMP, pois para este núcleo é importante a formação dos alunos, para que tenham uma visão de mundo que propicie a superação das desigualdades, que promovam a preservação e proteção do meio ambiente, a proteção do direito à cidade e a cidadania e que fomentem a constante busca pela democracia pautada nos direitos humanos e na pacificação social.

2.5.5.2 Estágios não obrigatórios

A realização de estágio não obrigatório pelos acadêmicos constitui o principal instrumento de integração entre teoria e prática de aperfeiçoamento técnico cultural-científico que o acadêmico pode realizar ao longo de todo curso de Direito, na busca do enriquecimento da formação acadêmica, ampliando as oportunidades para as escolhas da futura área profissional.

As atividades de práticas jurídicas não obrigatórias são destinadas aos acadêmicos regularmente matriculados na FMP, devendo ser realizadas por meio de estágios conveniados. O NPJ é responsável pelo planejamento, execução, supervisão, controle, avaliação e registro dos estágios não obrigatórios e obrigatórios com o auxílio da Central de Estágios e Carreiras** e do setor jurídico da FMP. É indispensável elaborar instrumento jurídico efetivando convênio de cooperação com as instituições que promovem os estágios, assim como os termos individuais com os acadêmicos, em respeito à Lei do Estágio, nº 11.788/08.

**As atividades desenvolvidas na Central de Estágios e Carreiras têm como objetivo proporcionar aos estudantes da FMP a aproximação das oportunidades de estágio não obrigatório, propiciando o enriquecimento da formação acadêmica e contribuindo para futuras escolhas profissionais.

2.5.5.3 Práticas Jurídicas Obrigatórias

As disciplinas de prática jurídica, de caráter obrigatório, compõem o currículo do curso de Direito reguladas pelas normativas do NPJ e pelo plano pedagógico da FMP.

As disciplinas de prática jurídica têm os seguintes objetivos específicos:

- Capacitar o acadêmico à prática profissional jurídica e extrajudicial de modo a consolidar o desempenho profissional e oportunizar a inserção do acadêmico com a realidade social e profissional;
- Estimular realização de prática jurídica pela adoção de uma metodologia interdisciplinar interligando o direito e sua evolução com as diversas áreas do conhecimento, numa concepção culturalista e crítica em relação a realidade jurídico e social brasileira;
- Estimular a leitura, a compreensão e a elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, de acordo com consistentes modelos dogmáticos fornecidos pelas diversas fontes do direito, com o domínio de tecnologias e métodos apropriados para a permanente compreensão e aplicação do direito. E capacitar o acadêmico a adequada atuação técnico jurídica nas diferentes instâncias: administrativa, judicial ou extrajudicial e seus correspondentes atos;
- Exercitar a correta utilização da terminologia jurídica bem como a utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de negociação, de mediação, de persuasão e de reflexão crítica.

A aprendizagem e a avaliação das disciplinas de prática jurídica diferem das demais disciplinas curriculares por seu caráter contínuo e de supervisão na produção de peças jurídicas judiciais e extrajudiciais, nas visitas técnicas, na assistência de audiências de julgamento, no comprometimento, na dedicação, na assiduidade nas atividades propostas, na apresentação de relatórios, conforme a particularidade das disciplinas e devidamente apresentados no plano de ensino de cada disciplina.

Os estágios obrigatórios, portanto, oportunizam aos acadêmicos os mais diversos cenários de práticas nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, Instituições Públicas ou escritório de advocacia conveniado com a FMP.

Importante destaque/referência deve ser dado às práticas jurídicas vinculadas a projetos realizados pela FMP com entidades conveniadas que ressaltam o caráter da Responsabilidade Social da IES, como exemplo:

- a. Assessoria jurídica e representação processual: FMP e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre;
- b. Assessoria jurídica e representação processual: cooperação FMP - Fundação O pão dos pobres de Santo Antonio/ Pão dos Pobres;

Assessoria jurídica e representação processual: colaboradores e acadêmicos da FMP;

- c. Protocolo de intenções Balcão do Consumidor e Projeto Câmara de Mediação FMP-PROCON/RS;
- d. Núcleo de Mediação de Conflito: FMP – Polícia Civil/RS.
- e. E não menos importante, o **Escritório Modelo FMP**.

Os termos e o ato normativo estabelecidos com a Santa Casa, Pão dos Pobres e Comunidade FMP viabilizam o préstimo, pelo Escritório Jurídico da FMP, de assessoria e representação processual, que consistem no ajuizamento de ações, oferecimento de defesa e de acompanhamento de processos judiciais, sem a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, a partir dos critérios para a concessão de Assistência Judiciária Gratuita. As atividades consistem na elaboração de peças processuais, participação em audiências e acompanhamento do trâmite processual. Serão atendidos pelo Escritório Modelo aqueles que possuírem renda familiar de até 3 (três) salários mínimos e com demandas nas áreas de Direito de Família e Contratos. As atividades do Escritório Modelo serão realizadas por alunos da FMP supervisionados pelos advogados do NPJ. O aluno executará as demandas de seus respectivos clientes devendo comprometer-se a encaminhar e cuidar de todos os movimentos processuais necessários para o andamento da representação judicial.

O NPJ deve manter o constante aperfeiçoamento de suas finalidades e de suas competências, atento as novas temáticas do direito voltadas a construção de uma adequada atuação técnico-jurídica, observando as mudanças da realidade social e as demandas por acesso à justiça. E deve promover um diálogo democrático visando novos projetos conveniados, com responsabilidade social, almejando um horizonte de excelência na construção dos futuros profissionais do direito, preparados para o mercado de trabalho e para as demandas da vida profissional, com responsabilidade ética e humanista.

2.5.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades Complementares são atividades curriculares de livre escolha dos acadêmicos exigíveis para a conclusão de curso (art. 8º do Regulamento das Atividades Complementares). Tais atividades devem ser cumpridas atendendo os requisitos expressos no Regulamento institucional bem como no Projeto Pedagógico do Curso.

Na FMP as atividades complementares têm por finalidade:

- I. **Aprimorar** o processo ensino-aprendizagem;
- II. **Complementar e harmonizar** a proposta do Curso de Graduação às realidades emergentes;
- III. **Ampliar** os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática para além da sala de aula;
- IV. **Aplicar** perspectivas nos contextos socioeconômico, técnico e cultural da área profissional escolhida;
- V. **Ampliar e articular**, essencialmente, o conhecimento teórico/prático do acadêmico;
- VI. **Favorecer** o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais;
- VII. **Favorecer e valorizar** a iniciativa dos acadêmicos na construção de suas competências;
- VIII. **Incentivar** a iniciativa e o espírito empreendedor dos acadêmicos;
- IX. **Favorecer** o desenvolvimento da competência de crítica e de iniciação à pesquisa;
- X. **Ter** uma ampla Formação Geral;
- XI. **Estimular** a prática de estudos independentes de atualização profissional;
- XII. **Favorecer a articulação** entre a Pesquisa Básica e a Pesquisa Aplicada;
- XIII. **Promover** o maior relacionamento do acadêmico da Graduação com os da Pós-graduação, a partir da interação com atividades conjuntas que enfocam as realidades sociais, econômicas, legais e culturais distintas.

A fim de promover as finalidades perseguidas, as atividades complementares do curso são concebidas de modo a permitir que o acadêmico construa sua trajetória, de um lado, com liberdade e, de outro lado, com multiplicidade de abordagens.

A liberdade permite que o acadêmico opte por atividades potencializadoras de formação, geral e/ou específica, que melhor atendam aos seus anseios na sua formação profissional e pessoal. Essa liberdade é viabilizada pela ampla gama de oferta de atividades pela própria IES, bem como o reconhecimento de atividades complementares realizadas por outras IES. Saliente-se que o Regulamento das Atividades Complementares da FMP define os requisitos e parâmetros para o reconhecimento das atividades complementares.

No que tange à promoção da multiplicidade de abordagens, as atividades complementares o estudante deve realizar atividades em três áreas: pesquisa, ensino e extensão. Essa opção tem por objetivo, para além de concretizar a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, permitir que o acadêmico desenvolva habilidades distintas e busquem experiências distintas em sua formação. Desse modo, cada uma das áreas (ensino, pesquisa e extensão) representa uma modalidade distinta de atividade complementar (art. 3º do Regulamento das Atividades Complementares). As especificações atinentes às modalidades de ensino, pesquisa e extensão estão previstas, respectivamente, nos artigos 5º, 6º e 7º do Regulamento.

Assim, na operacionalização da sua proposta pedagógica, a FMP oferece ao estudante, como forma de incentivo à realização das atividades complementares a realização de atividades internas (tais como: Cursos de Extensão; Grupos de Estudo e Pesquisa; Projetos de Extensão; Projetos de Iniciação Científica; Oficinas; Jornadas Jurídicas), a participação por intermédio de parcerias em atividades externas de forma gratuita, bem como mediante valorização e consideração do tempo ocupado, sempre que, com prévia e expressa aprovação da Coordenação do Curso de Graduação em Direito, o acadêmico for participar, a suas expensas, de atividades possíveis de classificação como de ensino, pesquisa ou extensão.

2.5.7 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, na condição de componente curricular de caráter teórico e prático, consiste na realização de trabalho escrito orientado por métodos e técnicas de investigação adequadas à pesquisa científica e do que deve resultar a produção de texto que observe os aspectos formais e contenha o registro e a análise do objeto pesquisado e os resultados encontrados.

O Trabalho de Conclusão, sempre será de natureza individual, orientado por um professor vinculado ao corpo docente da Faculdade de Direito, escrito a partir de projeto de pesquisa previamente submetido à aprovação e com temática obrigatoriamente vinculada ao conteúdo programático do curso respectivo em diálogo com a visão, a missão, os valores, as diretrizes institucionais da Faculdade de Direito e com as especificidades programáticas do projeto pedagógico do respectivo Curso.

As produções acadêmicas resultantes dos trabalhos de conclusão de curso que estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas próprias da Graduação e da Pós-Graduação serão, com a expressa concordância do respectivo acadêmico, disponibilizados em repositório próprio vinculado à Biblioteca para fins de publicação, inclusive para acesso ao público externo da Faculdade de Direito da FMP, mediante autorização expressa dos autores (Orientador/Orientando).

A FMP tem como diretrizes da política de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso:

- Acompanhar o acadêmico, orientando-o no planejamento e na elaboração do trabalho para o fim de garantir a abordagem acadêmico-científica;
- Indicar ao acadêmico as referências bibliográficas fundamentais ao desenvolvimento da temática a ser pesquisada e os procedimentos da investigação;
- Auxiliar o acadêmico para que o Trabalho de Conclusão esteja de acordo com o conteúdo programático e as normas específicas do respectivo curso e leve em consideração a visão, a missão, os valores e as diretrizes institucionais da Faculdade de Direito.

No **Curso de Graduação**, o planejamento, a elaboração e a defesa do Trabalho de Conclusão serão atividades de natureza obrigatória, desenvolvidas em dois semestres, sendo o primeiro destinado à elaboração do Projeto de Pesquisa (TC-1) e, o segundo, à redação do Trabalho propriamente dito e a sua defesa perante Banca Examinadora. O planejamento, a elaboração e a defesa do Trabalho de Conclusão serão regulamentados no Manual de Orientação, documento destinado aos acadêmicos, aos professores orientadores e aos professores das disciplinas de Trabalho de Conclusão I e Trabalho de Conclusão II, documento em que estarão definidas as orientações específicas para a elaboração do Projeto de Pesquisa e do Trabalho de Conclusão em espécie, tais como objetivos, as atribuições do professor orientador e do acadêmico orientando, além das normas sobre os requisitos mínimos para o trabalho ser encaminhado à avaliação da Banca Examinadora e também sobre os critérios de avaliação.

Nos **Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu**, a elaboração do Trabalho de Conclusão será de natureza opcional e seguirá as normas de regulamento específico e de acordo com as orientações do Coordenador Geral dos Cursos de Pós-Graduação e do Coordenador de cada curso de Especialização.

2.5.8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A Instituição adota formas específicas e alternativas de avaliação, internas, externas, sistemáticas, envolvendo diferentes atores do processo de curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando. Todos os processos de acompanhamento e avaliação docente, previstos no PCD – Plano de Carreira Docente, estão detalhados no capítulo relativo ao corpo docente.

2.6 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD)

A sociedade atual vive na era da informação, o que implica transformações nas formas de subjetivação humana. A velocidade das informações produz subjetividades que demandam diferenciadas formas de educação e inclusão de novas práticas pedagógicas suscitadas pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs. Os conceitos, os pressupostos, as práticas educativas que guiaram muitas das concepções sobre o intrigante processo de construção de conhecimentos pelos sujeitos ficaram, no novo suporte de armazenamento e transmissão da informação, submetidos a uma nova interpelação: relações à distância. Com isso se instala, para o ensino presencial e para o ensino a distância, a necessidade de ações interativas que visem à iniciativa, à flexibilidade e à autonomia no processo de formação, dimensões estas que expressam rupturas de cunho epistemológico e pedagógico aos modelos de ensino centrados no professor e na transmissão de conteúdo.

A FMP, desde 2017, quando foi autorizada pela Portaria n.º 191, de 03/02/2017, publicada no DOU de 06/02/2017, vem investindo na constituição do espaço educativo de EAD. Desde então, vem oferecendo cursos de Pós-Graduação lato sensu em diferentes áreas do Direito. Atualmente (2020) são 13 cursos, com cerca de 2500 alunos.

2.6.1 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR - NEAD

Para criar e implantar o projeto de EAD, na FMP, foi constituído um Núcleo de Educação à Distância, composto por uma equipe multidisciplinar que tem profissionais de diferentes áreas, a saber: Educação, Design, Informática e Direito. Essa equipe é responsável pela criação, monitoramento, avaliação e atualização das propostas pedagógicas dos cursos. O NEAD tem como finalidade a democratização do acesso ao conhecimento de qualidade nas diversas áreas do Direito, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de ensino da Instituição.

Cabe ao NEAD propor normas de organização, planejamento, gestão e avaliação de EAD na Faculdade; estimular o uso de recursos tecnológicos apropriados à educação à distância, conforme as características da atividade a ser executada e de seu público alvo; capacitar docentes, tutores e técnicos administrativos para atuarem em EAD; fomentar a produção intelectual, científica e cultural em temas ligados à EAD, bem como buscar e manter parcerias entre a Faculdade e instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais, relacionadas à EAD.

Para além dos requisitos legais, cabe explicitar o modo de gestão dessa equipe. O espaço EAD mediado por tecnologias digitais é relativamente novo e, portanto, um espaço em que a criatividade e a capacidade de inovação encontram terreno fértil. Não se sabe, muitas vezes, de antemão todos os desafios que se apresentarão, por isso, torna-se necessária a criação de um ambiente de trabalho que estimule a participação e a intervenção, fomente a colaboração, o pensar, com a instauração permanente de questões, sempre levando em conta que não se pode descurar da segmentaridade dura que requer rigorismo em processos, planejamento antecipado, respostas em tempo real.

Uma vez criada a equipe, estabeleceu-se uma proposta educativa que configura a concepção da FMP para EAD.

2.6.2 PROPOSTA EDUCATIVA do EAD FMP

Os fios condutores da proposta educativa dos cursos da FMP estão voltados para uma formação fundamentada na **ética** aliada à **problematização** como posicionamento filosófico/pedagógico, enfatizando a criação de comunidades de aprendizagem mediante **interatividade e cooperação**. Almeja-se e incita-se o desenvolvimento da **autonomia** intelectual e procedural. O cenário em que se atua é de natureza **hipertextual**. Esses, os fios condutores, são o amálgama das relações entre professores, equipe pedagógica, corpo técnico e alunos.

Na sequência, explicitamos cada um desses conceitos.

Um dos sentidos atribuídos à **ética** diz respeito a nossa experiência cotidiana, que nos remete a uma reflexão sobre os valores que adotamos e que também nos produzem, sobre os sentidos dos atos que praticamos e a maneira pela qual tomamos decisões e assumimos responsabilidades em nossas vidas. O posicionamento ético implica a responsabilização com diferentes modos de existir, o que requer o acionamento das potências de cada um e de todos. Uma ação formativa dessa natureza se pauta pelo acolhimento, cuidado de si e do outro, promoção de bons encontros em todas as relações que se estabelecem nas ações, sejam elas administrativas ou pedagógicas, compreendendo-se que essas ocorrem em um *processo* aberto que está em constante reavaliação.

Entendemos o ser humano como um ser incompleto, em permanente formação, que vivencia as mudanças históricas, culturais, sociais e políticas, podendo produzir, através do processo formativo, modos de ser e de agir solidários e interativos que lhe possibilitam alcançar o estatuto de cidadania. Por mais simples que seja nossa atividade, nosso fazer está sempre produzindo desdobramentos que reverberam na construção das subjetividades que nos rodeiam. Mesmo nos ambientes virtuais manifestam-se múltiplos modos de ser, pensar e habitar os ambientes, com posições e ações também múltiplas, que demandam constantes reflexões do ponto de vista ético e pedagógico. Por essa razão, a promoção dos bons encontros e o cuidado mútuo, devem estar fortemente associados aos universos discursivos de cada curso, num movimento onde se tenha clareza do que ensinar, do como ensinar, do que não ensinar, do que não se pode deixar de ensinar.

Aliado ao princípio ético é fundamental imprimir um modo de pensar que provoque rupturas às soluções unitárias no que tange aos problemas que emergem no mundo da vida, no sentido habermasiano do termo. Assim sendo, para que se produzam significados e se construa conhecimento faz-se necessário compor a **problematização da realidade** como um **modo de operação cognitiva e**

afetiva constante, o que requer o enfrentamento do desconhecido na busca da solução ao que nos faz pensar. É necessário que as situações da realidade possam desassossegar/afetar o sujeito e arremessá-lo em um movimento de pensamento. A partir deste incômodo inicial há o desencadeamento cognitivo que, muitas vezes, acompanhado de outro (professor, orientador, colega) e possibilita o desdobramento de possíveis soluções e aprendizagens.

Problematizar, em definições de dicionário significa tornar problemático; dar forma de problema. A palavra problema se refere a questão que se propõe para ser resolvida; coisa difícil de explicar; dúvida; questão; mistério; enigma. No vocabulário filosófico, a palavra 'problema' refere-se a uma situação que não tem significado único ou que inclui alternativas de qualquer espécie. Filosoficamente o exercício de perguntar corresponde a um processo de abertura de horizontes de sentido, no qual a procura pela pergunta mais apropriada é mais importante que o próprio ato de responder adequadamente. A pergunta coloca em movimento novas possibilidades interpretativas, que desnaturalizam certezas e respostas prontas. Em conformidade com Foucault (1994) é preciso perguntar-se **por que dessa maneira e não de outra que tais acontecimentos e verdades se instituem?** O ato de problematizar não acontece separado do modo como nos constituímos no âmbito da cultura, naquilo que nos perturba e provoca em nós o desassossego, mas, deflagrando processos reflexivos que nos fazem pensar alternativas àquilo que nos inquieta.

A aprendizagem não é solitária e, como se aprende com Deleuze quando afirma que “...nada aprendemos com aquele que nos diz: faça como eu. Nossos únicos mestres são aqueles que nos dizem ‘faça comigo’ e que, em vez de nos propor gestos a serem reproduzidos, sabem emitir signos a serem desenvolvidos no heterogêneo.” (1988, p. 54).

O conceito de aprendizagem é tributário da atividade do pensamento. Pensamento esse que se faz pela força violenta de signos que exigem sua atividade de decifração, de entendimento. O signo é compreendido como aquilo que força o pensar do sujeito. Entendido como atividade, o pensamento não mais é concebido como representação de algo que lhe é exterior, mas como atividade que organiza de forma diferente o que lhe chega com os signos. O signo, então, tem o “poder” de provocar novos rearranjos, *promovendo efeitos*, gerando invenção a partir da multiplicidade.

No ambiente de EAD, as potencialidades para encontros se multiplicam. O professor como disparador de signos (produtores de efeitos) aciona zonas de afetação que promovem pensamento. Essas zonas, ao povoar o ambiente virtual, incitam expressões dos demais atores sociais (alunos, tutores, professores) que reverberam e explodem em outras tantas zonas de impacto para produção do conhecimento. Ao professor cabe viabilizar encontros com algo (filme, obra de arte, música, texto, autor, situações do contexto presente, literatura), alguém, que incitem a pensar, a entender, a elaborar, e que podem mobilizar o pensamento.

Na construção dos planos das unidades de estudos, os professores propõem atividades provocadoras, disparadoras, capazes de mobilizar formas de pensar que incitem a problematização da realidade. O professor, nesse caso, pensa constantemente espaços para a promoção de encontros em um ambiente virtual e produz com os acadêmicos um conjunto de possibilidades para responder aos problemas suscitados. Disso decorre que as possíveis soluções desencadeiam-se nos *encontros e vizinhanças* (DELEUZE, 1988) ou em *redes de conversações*, que segundo Maturana (1993), atuam como transformações em um meio particular de interações recorrentes, nas quais o outro se institui como um legítimo outro na convivência e na aprendizagem. Para que se desenvolvam aprendizagens neste

processo é necessário que na ancoragem da operação pedagógica no EAD se promova a autonomia, a interatividade e a cooperação.

A **interatividade** é uma dimensão que se potencializa pelas vias de comunicação, e está na disposição ou predisposição para interação, participação e intervenção dos atores. A interatividade, desejada em qualquer processo educativo, requer movimento dos atores, pois no momento em que eles se dispõem a se expor no grupo, seja propondo uma questão, um problema, uma ideia, abre-se uma variedade de zonas de acionamento de novas questões inusitadas aos demais atores. Esse acionamento pode ser gerador de outras aprendizagens não previstas e variadas. Ainda que o movimento que a impulse possa não ser cooperativo, a ação advinda dele pode ser. Ou seja, instaurar interatividade implica tensionamento propício à **cooperação**, entendida como esforço empreendido por um agrupamento de pessoas tendo em vista a alcançar objetivos relacionados a um propósito em comum.

Os ambientes de aprendizagem que favorecem a criação de situações problema/desafio ampliam a zona de desenvolvimento proximal, num sentido vygotskyano, através das propostas de experimentação, simulação e criação, e se viabilizam pelo suporte tecnológico nas suas potencialidades de acionamento da imaginação, percepção, raciocínio e memória. Pode-se pensar também nas dimensões de colaboração e interatividade que atravessam a lógica de construção de ambientes de aprendizagem, como móveis e múltiplos, com capacidade de produzir reações nos alunos e serem afetados pelo uso por eles acionado.

Assim, criam-se redes de comunicação que são estabelecidas a partir do desejo, que pressupõem afetar-se e afetar, em função de que se cria a vontade de agir em comum e cooperar, reunindo pessoas em grupos, segundo objetivos, interesses, projetos e propósitos também comuns. Nos grupos e através deles, as pessoas praticam ações compartilhadas em clima de cumplicidade, com incentivo a refletir sobre vivências e possibilidades de modificar pensamentos e ações, com disposição de dialogar visando obter a coesão a partir de consensos ou composições, que se criam e fortificam pela aceitação e o enfrentamento da divergência, da diferença, desde que argumentativamente instauradas (PERNIGOTTI, 2004). Formam-se o que Maturana (1997) chama redes de conversação, que são, segundo ele, imprescindíveis para que se realizem aprendizagens, uma vez que produzem interações recorrentes, nas quais o outro se institui como um legítimo outro na convivência e na aprendizagem.

A aprendizagem é aqui entendida como processo que envolve, mais do que conceitos, perceptos e afetos e, nesse sentido, também a autonomia, a cooperação e a interatividade são requisitos que se aliam à sua produção. Entende-se que a aprendizagem não ocorre de forma linear de A para B, mas na ação entre A e B e na ação de A com B. No “entre” e “com” temos as relações afetivas, conceituais e perceptivas apontando para as subjetividades singulares e múltiplas que atuam e que se produzem nas aprendizagens.

A exploração das potenciais dimensões propiciadas no suporte computacional não se constitui apenas em um problema tecnológico, mas assume consistência ontológica geradora de potências que afetam as aprendizagens.

Reitera-se que é fundamental aos partícipes do processo pedagógico o exercício da **autonomia**, implicação, responsabilidade com o outro e, conseqüentemente, com o que se produz por meio do ensino e das aprendizagens. Nesta proposta de EAD busca-se desenvolver o espírito

crítico para que, por intermédio de uma postura problematizadora, o aluno possa tornar-se sujeito de sua aprendizagem, desenvolvendo, assim, sua autonomia.

Autonomia, por sua vez, significa ser autor da própria fala e do próprio agir, assumindo-se como protagonista na integração do conhecimento com a ação. De tal modo, o processo de formação proposto busca a abertura para debates, diálogos, encontros e experimentações de novos modos de estar no mundo, promovendo resistências aos modos de ser que impedem a potência do pensamento e da vida.

Para tanto, é preciso buscar a formação que conecte forças heterogêneas e múltiplas, o que significa romper com modos de ensino fundamentados em verdades absolutas e imutáveis, previsibilidade das subjetividades e transmissão de conteúdos desvinculados do mundo da vida. Ao contrário, pautando-se pelo entendimento de que o ensino ocorre em um campo aberto de possibilidades para construções, desconstruções, criações e riscos como experiências para a constituição da autonomia e da criação de conhecimento, é que se organiza a educação a distância da FMP.

Por tudo isso, para que ocorra efetiva interação professor-aluno, aluno-tutoria, aluno-aluno, enfim, entre os atores do processo de construção coletiva do conhecimento, é necessário promover a interatividade e a cooperação para o desenvolvimento de aprendizagens.

No que se refere aos modos de conhecer e, por consequência, de promover aprendizagens, a FMP visa romper com formas lineares e segmentadas de organização e trabalho com os conteúdos e, por conseguinte, de construção de conhecimento.

De acordo com isso, é importante ressaltar que a estrutura do conhecimento historicamente construído se fundamentou numa interpretação da realidade que considera ser possível alcançar a “verdade” da mesma. Disso decorre uma concepção de conhecimento que se representa pela metáfora arbórea, “*árvore do conhecimento*”... em que há uma hierarquização de todo conteúdo acumulado, que se origina a partir de um **único e robusto tronco**, de forma a revelar a grande árvore do conhecimento. ” (EL KOURI, 2009, p. 2) A partir deste entendimento, a construção do conhecimento está vinculada ao uno, pois o saber deriva de um único e robusto tronco fundamental, sendo que as diferentes áreas do saber se expressam em vários galhos derivados deste tronco.

Em contrapartida, a metáfora do rizoma, um tipo de caule que cresce horizontalmente com pequenas raízes entrelaçadas, proposta por Deleuze; Guattari (1980) remete à construção do saber ao campo do múltiplo, uma vez que as pequenas raízes mostram-se emaranhadas, com linhas que se entrelaçam, permitindo pensar os saberes como um conjunto complexo, entrecruzado em múltiplas formas e relações. Os princípios básicos do rizoma constituem-se em:

- conexão e heterogeneidade, que dizem das conexões dos pontos do rizoma com outros pontos, promovendo a heterogeneidade e referindo-se a complexidade e amplitude do conhecimento.
- multiplicidade, que diz respeito à inclusão de diversos pontos de partida, incluindo os diferentes pontos de vista, contrapondo-se à verdade única, contrapondo-se a metáfora arborescente.
- cartografia e decalcomania, que se refere ao entendimento de que os rizomas são sempre esboços incompletos. Trata-se de pensar em mapas que indicam caminhos, mas que requerem

novos traços. Os mapas expressam algo por vir, e necessitam ser repensados, ressignificados.

- ruptura assignificante, que se refere ao entendimento de que os processos de significação não são rígidos, os conceitos são flexíveis e podem ser rompidos e ressignificados.

Quando tais princípios são pensados no campo da educação, há que se compreender que existem várias formas de conhecimento que dialogam ente si e inseridas em diferentes contextos histórico-sociais, rompendo-se com a rigidez e linearidade no trato com os saberes e conteúdo, uma vez que neste entendimento, os conteúdos criam ligações, conexões com diferentes áreas do saber.

Na busca pelo trato dos conteúdos de forma não linear e fixa, a FMP pauta-se em princípios do processo epistemológico rizomático, sendo estes expressos na construção de matrizes curriculares com percursos que permitem mobilidade na organização e promoção de intersecções entre seus elementos gerando interdisciplinaridade e transversalidade dos saberes. No que se refere ao hipertexto, este permite conexões dentro do texto e dele com elementos externos.

2.6.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A palavra método, de origem grega, significa, literalmente, "caminho para chegar a um fim". Os caminhos vão se construindo nas próprias caminhadas. A cada percurso, o inesperado, novas indagações vão produzindo alterações na forma como percebemos e sentimos e descortinam outras possibilidades de rotas. Isso se percebe nas próprias aulas que se mostram de diferentes formas quando se modificam os públicos, os horários, as circunstâncias. Profissionais de diferentes áreas desenham modos de compreender o mundo, atrelados aos recortes que cada uma dessas áreas faz para compreender e agir no mundo. Até mesmo em uma mesma área de formação como é o caso de Direito, temos observado perfis, estilos cognitivos e motivações diferentes, como é o caso dos públicos dos cursos de Pós-graduação que ofertamos. Um aluno do curso de Pós-graduação em Família e Sucessões tem perfil muito diferente do aluno de cursos como Penal ou Digital, por exemplo.

Nos processos de construção de conhecimento há noções que são exatas, quantitativas, equacionais e que não têm sentido senão por sua exatidão, mas há também noções fundamentalmente inexatas, e absolutamente rigorosas que pertencem aos cientistas, filósofos e artistas e que são acionadas para entender e agir no mundo. Na área do Direito isso aparece claramente, aquilo é da norma, da lei e como essa lei se opera no mundo da vida. Nesse sentido, a previsibilidade de roteiros para abordar essa complexidade que é a vida, muitas vezes, aprisiona o sujeito na lógica da repetição.

Nossa escolha por definir uma base epistemológica e filosófica que concebe o conhecimento como múltiplo na sua origem permite a utilização de múltiplas estratégias didático-pedagógicas a serem empreendidas pelos professores. No caso, a formação em foco é o horizonte que baliza a caminhada de cada curso. As estratégias didático-pedagógicas, nomeadas de várias formas, podem ser muito variadas, *cases*, aprendizagem baseada em problemas, estudo de caso, estudo por projetos, e até situações que se embasem na simples transmissão da informação, desde que em aliança com o propósito e com o público alvo.

Essas estratégias são discutidas no âmbito dos cursos e de suas singularidades, sem descurar dos pressupostos que na ação educativa em EAD atravessam todas as proposições e expressam uma posição epistemológica. Por muito tempo estivemos preocupados exclusivamente com a apreensão dos conceitos, porque nossa visão de conhecer fundava-se na ideia de que conhecer é acumular

conceitos e ser inteligente implicava em articular grandes ideias, em estar informado. Esse tipo de propostas continua tendo seu lugar, mas é preciso avançar e dominar conhecimentos procedimentais, aqueles da ordem do saber fazer. A questão é usar as informações na solução de problemas novos, daqueles que não foram aprendidos no ambiente das salas de aula e que precisam não só das informações, mas de ferramentas cognitivas que as articulem.

Além dos conteúdos, é necessário que as informações produzam sentido e constituam-se em saberes capazes de enfrentar os desafios do viver profissional e pessoal. Isso significa desenvolver a capacidade de processamento cognitivo, de articulação das informações produzindo operações mentais que permitam a resolução de problemas novos, favorecendo a criação de estratégias a partir da organização e reorganização do que já existe. Esse olhar pressupõe o trabalho com habilidades e competências, as quais são ferramentas cognitivas que movimentam os sujeitos na direção de uma aprendizagem que desenvolve o pensamento e, portanto, as condições para situar-se no mundo.

As habilidades são ligadas ao saber fazer, aquilo que conseguimos executar. Elas são desenvolvidas ao longo da vida e supõem níveis cada vez mais aprofundados e ampliados, sendo fundamentais à execução de tarefas, propostas em diferentes contextos, incluindo aqueles vinculados a vida profissional e pessoal e, especialmente, para enfrentar e solucionar os desafios da complexidade social contemporânea. Desenvolver habilidades significa oportunizar situações para aquisição de instrumentais que ajudem no saber fazer cotidiano. São exemplos de habilidades, entre outros: atenção deliberada, observação, consciência reflexiva, síntese, memória lógica, relação, compreensão, aplicação, abstração, análise, representação, capacidade de comparar e de diferenciar.

Já as competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências.

Habilidades e competências são faces de uma mesma moeda. Ambas são flexíveis porque se transformam, na medida em que as necessidades dos contextos assim o exigem. Elas são processo, movimento, devir. Isso significa que aquilo que é habilidade em uma circunstância pode tornar-se competência se o contexto for outro.

Os procedimentos metodológicos da EAD da FMP têm como plano de fundo a preocupação com o desenvolvimento de habilidades e competências, as quais são suficientemente flexíveis para dar conta da natureza do conhecimento a ser construído e as características da população a que se destinam.

2.6.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO EAD FMP

Um olhar pedagógico sobre a avaliação indica a necessidade de coerência entre o projeto pedagógico e o perfil dos egressos. Por meio da avaliação podemos alcançar elementos significativos para orientar os rumos da operação pedagógica. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio está em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação destes com o perfil do egresso, identificando aproximações e distanciamentos. As metodologias a serem adotadas valer-se-ão de uma diversidade de instrumentos e procedimentos em consonância político-pedagógica com os projetos de cada curso.

Na modelagem dos cursos de Pós-graduação são utilizados instrumentos que medem elementos relativos à interatividade, conforme um dos focos dos projetos pedagógicos que é a construção de comunidades de aprendentes, e elementos relativos a capacidade de expressão das aprendizagens, de acordo com as características e natureza dos módulos. Em consonância com o Regulamento da FMP, a nota de aprovação é sete (7). São oferecidas 3 oportunidades para que o aluno obtenha a aprovação em cada módulo do curso, são elas: avaliação regular do módulo, recuperação de nota mediante uma avaliação especial e repetição do módulo, ao final do tempo regular do curso.

No que tange a curso de graduação, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do processo ensino-aprendizagem, e envolve procedimentos sistemáticos e cumulativos de apuração do desempenho apresentado pelo acadêmico em relação às competências previstas no perfil do egresso, este proposto no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

A avaliação do desempenho acadêmico tem por finalidade acompanhar o progresso dos acadêmicos no domínio das competências expressas pelo domínio dos saberes da área jurídica, habilidades e atitudes do egresso do curso, proposto no respectivo Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista a adequada formação técnico-científica e profissional, a promoção por semestre ou módulo e a integralização curricular, compreendendo a verificação da aprendizagem. Além disso, essa avaliação serve de balizadora de possíveis alterações na operação pedagógica.

A verificação da aprendizagem do acadêmico será de responsabilidade do professor da disciplina/módulo, e incidirá sobre todas as atividades curriculares previstas e realizadas. A avaliação do desempenho acadêmico deve ser um processo contínuo e cumulativo dos resultados por ele obtidos nas provas parciais de avaliação do conhecimento e de competências outras nos exercícios e atividades acadêmicas, indicados no Plano de Aprendizagem da disciplina.

Em cada período letivo será atribuída ao acadêmico, em cada disciplina regularmente cursada, uma nota que deve representar a média das notas obtidas em instrumentos de avaliação utilizados. O aproveitamento acadêmico será expresso por meio de graus numéricos, em valores de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, sem arredondamento.

2.6.5 FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

A oferta de EAD pela FMP utiliza as mais modernas tecnologias digitais visando, com isso, atender às necessidades de acesso de seus alunos. Utilizamos dois ambientes virtuais de aprendizagem: o CANVAS e o Moodle. O primeiro, destinado à Pós-Graduação e Mestrado e o segundo à graduação.

O LMS CANVAS, desenvolvido pela empresa *Instructure*, fundamenta-se em três pilares: tem arquitetura em *cloud* (nativo em nuvem); é *opensource* (código aberto); e prima pela usabilidade. É nativo em nuvem, desenvolvido especialmente pela Amazon Web Services, com atualizações a cada 3 semanas. Tem código aberto, o que permite inclusão de funcionalidades de forma independente. Tem interface amigável, é responsivo, acessível em dispositivos móveis (com funcionalidades próprias para estudantes e professores). Suas principais vantagens estão na facilidade de uso, interoperabilidade de

ferramentas para criação e o compartilhamento de conteúdo dentro da plataforma, integração com ferramentas de busca externa. Possui, também, um sistema integrado de vídeo, o Arc, que permite a professores e alunos gravar vídeos e áudios diretamente na plataforma, bem como interação com vídeos e relatórios avançados. Além disso, o sistema possui a ferramenta para produzir legendas automáticas.

Com relação ao *Moodle* que, além de propiciar hospedagem e fácil compartilhamento de praticamente todos os tipos predominantes de mídias, proporciona também elementos facilitadores de atividades síncronas e assíncronas, incluindo-se espaços para chat e fórum, wikis, calendários personalizáveis, exercícios de autocorreção, espaços para atividades escritas, criação de blogs e diários de bordo diversos, bem como de controle de atividades realizadas no ambiente e de entregas de trabalhos.

Além disso, contamos com o serviço de conferência remota "Zoom" que combina videoconferência, reuniões online, bate-papo e colaboração móvel. São 45 licenças que atendem às necessidades institucionais.

2.6.6 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A orientação pedagógica da produção de materiais é fundamentada no deslocamento direcional Ensinante-Aprendente para o ensino participativo/colaborativo/interativo, que incite a autonomia do educando, que o afete e mobilize a cognição, de modo que, aprender a aprender efetivamente se corporifique no seu pertencimento ao curso.

Para tanto, as estratégias acionadas são:

- Mídias integradas oferecendo meios complementares para estudo independente;
- Eixos temáticos estruturantes objetivando a articulação dos conteúdos vertical e horizontalmente, bem como a interdisciplinaridade, operados em ações integradoras para compor transversalmente a estrutura curricular, de forma a aproximar o aluno das situações que irá vivenciar;
- Interrelação permanente entre teoria e prática, entendendo-as como um contínuo sinérgico;
- Diferentes contextos como disparadores de problemáticas que evidenciadas fazem com que se busque alternativas para transformá-los;
- Problematizações como a abertura de pensamento diante de acontecimentos para que instrumentais cognitivos sejam acionados no entendimento de uma dada situação.

O dimensionamento dos ambientes de aprendizagem contempla a hipertextualidade permitida e incitada pela mediação, já que as vias informacionais e comunicacionais estão voltadas para a construção de ambientes diferenciados em acordo com as características e demandas dos cursos.

A produção dos materiais didáticos da FMP é feita na própria instituição, que conta com instalações para produção de videoaulas, bem como equipe de designers educacionais que guiam a modelagem do material didático, cujo trabalho se dá em 3 etapas: pré-produção, produção e pós-produção.

A primeira delas, pré-produção, diz respeito ao processo de seleção de docentes conteudistas, a qual é feita pela coordenação dos cursos. Após, é realizada a capacitação dos mesmos para a produção na modelagem proposta e envio dos materiais solicitados, que uma vez revisados são encaminhados à produção. Nesta segunda etapa (produção) são feitas as gravações de videoaulas e o tratamento do material didático pelos designers educacionais.

Uma vez produzidos, os materiais são encaminhados para a revisão final, tanto no que diz respeito à correção linguística como de conteúdo. De forma a atender às necessidades da comunidade acadêmica, busca-se desenvolver materiais que possam ser acessados em navegadores e dispositivos diversos, bem como a disponibilização digital de todos os seus materiais no AVA. Além disso, é feita a adaptação dos materiais de forma a serem acessíveis para diferentes necessidades identificadas no público alvo.

Os atores sociais envolvidos no processo são os seguintes:

- a) **Professor conteudista:** apresenta formação aderente ao conteúdo a ser produzido, sendo o responsável pela seleção dos materiais didáticos e das videoaulas e pela proposição de questões e atividades de avaliação.
- b) **Coordenadores de curso:** são responsáveis pela revisão de toda produção dos conteudistas, analisando-a em relação à coerência e adequabilidade à proposta pedagógica.
- c) **Cinegrafistas e editores de vídeo:** responsáveis pela captura e edição das videoaulas.
- d) **Designers educacionais:** respondem pela adequação dos materiais didáticos após a análise do suporte para divulgação do conteúdo (seleção do tipo de objeto de aprendizagem a ser adotado: vídeo, áudio, animação, infográficos, ilustrações, textos em PDF, atendendo aos princípios de usabilidade e acessibilidade, atentando à necessária coerência entre forma e conteúdo).
- e) **Coordenação Geral e Equipe multidisciplinar:** são responsáveis pela revisão técnica e pedagógica dos materiais didáticos. Oferecem apoio técnico e pedagógico aos coordenadores e professores conteudistas.

2.6.7 ESTRUTURA DOS CURSOS EAD NA FMP

Ao propor uma modelagem para um curso realizado à distância é necessário problematizar a própria noção de distância, pois estar distante em um processo educativo não depende de posição espacial. Podemos estar distantes em uma sala de aula presencial, mesmo quando estamos de corpo presente, compartilhando um mesmo espaço físico. Afinal, não será a distância de um operador sempre presente nos processos educacionais, nas relações humanas, como algo a eles imanente?

Assim, o pertencimento de um aluno a uma proposta educativa depende do grau de afetação que tal proposta pode nele produzir. A noção de distância é um operador que se constitui e está

instituída em qualquer relação, geralmente assumida em uma dimensão topológica, de espaço, geográfica, enfim. Acreditamos trabalhar uma relação que não é só de espaço, mas que envolve o tempo e, nesse sentido, trabalhamos o tempo como um exercício de proximidade, como a busca de condições nas quais o operador à distância é torcido e tensionado.

Nas relações mediadas pelas tecnologias digitais, o domínio dos códigos que constituem esse ambiente é pré-requisito. Partindo desse pressuposto, em nossas propostas de cursos, sempre criamos um espaço introdutório de familiarização com os meios e modos de operar dos cursos para que esses não venham a se constituir num empecilho para o pertencimento dos alunos.

As modelagens de cursos da FMP Virtual estão configuradas de modo distinto em função dos públicos alvo. Até o momento, a oferta é de cursos de Pós-graduação lato sensu, organizados por módulos. Cada curso de Pós-graduação é composto por 6 módulos de 60 horas cada, compreendendo, cada um deles, 6 unidades de estudo, equivalentes a 10h/aula cada. Cada módulo tem a duração de 8 semanas, sendo 6 delas destinadas a conteúdo e 2 aos processos de avaliação.

A proposta para o curso de graduação em Direito da FMP, na modalidade EaD, é organizado em forma de matriz integrativa, que tem como princípios fundamentais a flexibilidade dos componentes curriculares, a interdisciplinaridade, a articulação e a contextualização teórico-prática dos conteúdos. Tal proposta pedagógica oportuniza a formação profissional e cidadã, como forma de proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e assim atender suas expectativas, induzindo a autoconstrução do perfil do egresso preconizado e possibilitando-lhes a inserção no mundo de trabalho.

A estrutura curricular também leva em conta: o perfil do ingressante (perfil este consolidado a partir da coleta de dados quando das realizações do processo seletivo); a evolução do desempenho dos acadêmicos ao longo dos módulos; o desempenho das unidades curriculares vistas sob a ótica da gestão acadêmica da Faculdade, ou seja, dos resultados técnicos e financeiros identificados a partir dos índices de evasão, de retenção, de cancelamentos ou trancamentos de disciplinas; as contribuições dos próprios acadêmicos e docentes quando da resposta aos questionários de avaliação institucional.

Paralelamente, o processo decisório, em nível de docentes, corpo técnico e gerencial, sustentar-se-á nas necessidades e proposições de melhorias a serem implementadas, a cada módulo, a partir das informações e ponderações expressas nos relatórios da avaliação institucional, resultantes das atividades da Comissão Própria de Avaliação.

A estrutura curricular proposta para o curso de Direito, na modalidade EaD, foi construída de modo a promover a interação e a interatividade entre os atores do processo educacional para a formação do profissional e da pessoa humana, trabalhando saberes, competências, habilidades, valores e atitudes focados na articulação da teoria com a prática.

A flexibilização curricular e a interdisciplinaridade se caracterizam, principalmente, pela oferta de Atividades Complementares (AC), bem como por atividades interdisciplinares, presentes em todos os fluxos das matrizes curriculares do curso, com o objetivo de aplicar em situações da prática profissional os conhecimentos de formação geral e específica, construídos nas diferentes unidades curriculares, por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Estes projetos/atividades consolidam a construção de um portfólio individualizado, concebido como um conjunto de trabalhos acadêmicos, desenvolvidos pelos alunos sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, que objetivam aplicar os conhecimentos construídos no desenvolvimento das competências pessoais e

profissionais expressas no perfil do egresso, ou seja, visam consolidar as competências para a trabalhabilidade, estando regulamentadas institucionalmente e definidas no PPC.

A acessibilidade metodológica é caracterizada pela eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de aprendizagem e de estudos à distância e presenciais, nas atividades de aplicação no campo profissional, além das ações comunitárias e de responsabilidade social. As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os professores são capacitados para a interação e a mediação do conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos, a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência. Para o acompanhamento dessas demandas são disponibilizados o suporte técnico e pedagógico, a Trilha de Nivelamento e o Apoio Psicopedagógico, por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) e da Comissão de Acessibilidade da FMP. Dentro da Trilha de Nivelamento, é ofertado para todos os ingressantes um módulo *online* denominado “Ambientação” para familiarização com a modalidade. Há a previsão de um encontro presencial para esclarecimento da metodologia, do sistema de avaliação e das ferramentas comunicacionais e do AVA.

Além das atividades obrigatórias para a integralização curricular, o PPC estabelece e orienta a oferta de unidades curriculares eletivas e/ou optativas, como possibilidade de construção de trilhas de aprendizagem para contemplar interesses específicos. No rol de disciplinas optativas do Curso, encontra-se a disciplina de Libras em atendimento ao Decreto Federal nº 5.626/2005.

Como a finalidade de formar profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho contemporâneo, o PPC é construído de forma colaborativa pelo NDE e é sistematicamente avaliado por seu corpo docente que congrega profissionais atuantes no mundo do trabalho com alta qualificação acadêmica, além dos pesquisadores que integram o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da FMP.

2.6.8 ATORES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES NO EAD FMP

2.6.8.1 Coordenações de Cursos

As Coordenações dos Cursos têm como compromisso a melhoria contínua da qualidade dos mesmos, tanto no que diz respeito às proposições didáticas como as administrativas, pedagógicas e políticas. As coordenações dos cursos de Pós-graduação são exercidas por professores de reconhecido saber, que acionam suas redes de relacionamento para compor o conteúdo dos cursos. Realizam-se periodicamente reuniões entre as coordenações dos cursos e delas com o grupo de produção e de tutoria.

A coordenação de curso de graduação será exercida de maneira colegiada, pelo Coordenador com suas atribuições específicas, NDE e professores-tutores.

2.6.8.2 A Tutoria dos Cursos

No projeto de EAD da FMP identifica-se a ênfase à interatividade, à colaboração e a autonomia, entre outros fios condutores do processo. Estes, especialmente, estão identificados com função de

tutoria. São os tutores os atores sociais fortemente envolvidos para incitar a relação entre os alunos, deles com os professores e coordenadores e com o conteúdo. A tutoria participa ativamente, junto com os professores, na constituição do ambiente virtual de aprendizagem, busca favorecer a inserção dos alunos nas mediações tecnológicas, humanas e sociotécnicas. Uma característica importante da forma de atuação da tutoria é a vivência, na própria equipe, de princípios de colaboração, a dinâmica do trabalho cria a necessidade de interações constantes, o que faz com que surjam interações criativas que vão corporificando uma ação tutora de qualidade crescente.

É diferencial a qualidade da tutoria disponibilizada aos estudantes dos cursos ofertados, uma vez que o quadro de tutores é formado por profissionais com formação nas áreas em que atuam, o que propicia um *feedback* mais qualificado e tempestivo, provendo um apoio diferenciado e qualificado aos estudantes.

No que tange à proposta de tutoria para o curso de graduação, os princípios serão os mesmos: formação qualificada, atuação compartilhada e o entendimento da tutoria como um espaço de aprendizagem pessoal e grupal, visando o desenvolvimento e sofisticação do atendimento.

2.6.8.3 Relacionamento com Aluno

Entendemos que lidamos com pessoas diferentes com diferentes necessidades. Por essa razão disponibilizamos vários meios de comunicação para atender essas demandas. Para além dos disponibilizados no ambiente virtual que permitem interações por áudio, vídeo e texto, disponibilizamos também atendimento via telefone, *WhatsApp*, site da instituição e e-mail institucional dos colaboradores e dos setores.

No nosso entendimento um dos principais elementos que compõem a afiliação dos alunos aos cursos é a possibilidade de serem identificados como pessoas únicas. Para alcançar essa condição, além dos vários caminhos já citados, dispomos de um setor de relacionamento que atua de forma ativa, e não apenas reativa, contatando alunos para colher dados relativos ao seu pertencimento ao curso.

2.7 POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas gerais de ensino proporcionam ações que articulam a proposição das diretrizes de ensino de graduação, estimulando inovações e melhoria do ensino, incluindo a qualificação pedagógica dos docentes, a atuação do núcleo de apoio pedagógico, os espaços de partilha de experiências, os ambientes de estudo para professores e estudantes, os recursos para projetos de ensino inovadores e a preparação de atividades de ensino.

A Instituição tem como compromisso qualificar os Projetos Pedagógicos de seus cursos visando construir atitudes de sensibilidade e compromisso social com seus egressos, ao mesmo tempo em que lhes provê sólida formação científica e profissional, capacitando-os para atuar nas mais diversas carreiras da área de conhecimento do curso.

O Projeto Pedagógico de cada curso ofertado pela FMP observa tanto o aspecto do desenvolvimento social quanto da competência científica e tecnológica, permitindo aos profissionais a atuação crítica e criativa na identificação e solução de problemas, considerando as dimensões políticas,

econômicas, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanista, em atendimento às demandas da sociedade.

Assim, em decorrência de seus objetivos e diretrizes, a FMP define as seguintes políticas de ensino a serem adotadas em seu curso de graduação:

- Construção coletiva de projetos pedagógicos centrados no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem;
- Elaboração de projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas;
- Avaliação e atualização constante do Projeto Pedagógico do Curso;
- Promoção da interdisciplinaridade e da flexibilidade curricular;
- Promoção da autonomia discente efetiva;
- Estímulo à permanência dos estudantes através de apoio pedagógico e financeiro;
- Apoio ao desenvolvimento pedagógico dos docentes.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados os seguintes mecanismos:

- Todas as disciplinas terão suas aulas previamente preparadas pelos docentes. Os professores poderão usar diferentes metodologias e recursos no processo ensino-aprendizagem.
- Em todas as disciplinas serão propostas atividades práticas de aprendizagem a serem realizadas pelos estudantes.
- As atividades de cada disciplina serão acompanhadas e avaliadas regularmente por docentes, pelo NDE e pela coordenação de curso.
- Durante os semestres letivos, ao longo do curso, com o apoio dos docentes, os alunos elaborarão atividades interdisciplinares para a integração dos conteúdos e competências desenvolvidos ao longo do curso.
- A avaliação do processo ensino/aprendizagem será realizada por meio de procedimentos de avaliação variados.
- Proposição de eventos relacionados às questões de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental da cidade e região polarizada pela FMP.

Para cumprimento destas políticas de ensino, a FMP assume as seguintes diretrizes gerais como premissas em todos os seus processos:

- Integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em torno de eixos temáticos institucionais, estabelecendo um processo educativo voltado para a participação efetiva da IES no desenvolvimento regional, através da ampliação de parcerias com diferentes agentes públicos e privados;
- Integração entre a graduação e a pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*;

- Consolidação de sua atuação na área jurídica, com foco na afirmação da excelência acadêmica e administrativa da FMP, promovendo expansões apenas incrementais em áreas estratégicas;
- Incentivo à construção de projetos inovadores que possibilitem a ampliação das fronteiras e a diversidade do conhecimento, combatendo a fragmentação entre os diferentes saberes e favorecendo a formação de profissionais dotados de conhecimento científico, capacidade crítica, visão empreendedora e autonomia intelectual;
- Aprimoramento constante da política de comunicação interna e externa;
- Promoção da autonomia discente efetiva;
- Consolidação da cultura de reflexão, planejamento e avaliação;
- Atualização constante de seus Projetos Pedagógicos, para que os cursos, efetivamente, concretizem a articulação entre Ensino, Pesquisa/iniciação científica e Extensão, e a relação entre teoria e prática nas ações pedagógicas;
- Aperfeiçoamento contínuo das ações de Atividades Complementares e de Estágio Supervisionado;
- Incentivo à Pesquisa/Iniciação Científica na Graduação, com a criação de grupos de pesquisa inter e a transdisciplinares e a consolidação dos já existentes;
- Aprimoramento constante da política de Extensão com o objetivo de integrar as ações desenvolvidas;
- Fortalecimento da Pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*;
- Estabelecimento de parcerias com outras Instituições, visando à proposição de políticas, tanto para o setor público como o privado, de interesse para a região;
- Estabelecimento de novos programas, cursos e ações que venham a atender às demandas mais emergentes;
- Investimento em programas de formação continuada para docência e gestão, tendo como referência os perfis de qualidade desejados pela FMP;
- Fortalecimento da gestão participativa, incentivando o compromisso da comunidade interna na implementação de políticas institucionais;
- Prioridade nas políticas de acesso, permanência e atendimento ao aluno, com aperfeiçoamento dos processos de seleção, acompanhamento da vida acadêmica e apoio nos aspectos acadêmicos e sociais, ampliando espaços de convivência solidária;
- Estabelecimento de relação com os egressos, para troca de ideias e experiências com os alunos em curso, assegurando o acompanhamento do egresso, bem como sua integração em atividades diversas propostas pela Instituição.
- Consolidação da cultura da utilização eficiente das novas tecnologias da comunicação e da informação - TICs;
- Implementação gradual de recursos de EaD, no curso de Graduação em Direito, na modalidade presencial, conforme possibilita a legislação vigente a fim de possibilitar ao estudante o acesso a recursos de informação baseado em novas tecnologias e metodologias de aprendizagem;

- Incentivo a projetos de oferta e promoção de ações formativas para a operacionalização da modalidade EaD nas Atividades Complementares e de Extensão;
- Aprimoramento do processo de gestão econômico-financeiro, ampliando a capacidade de desenvolvimento autossustentável e a viabilidade operacional e funcional da FMP.

2.8 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* são para a FMP, essenciais ao complemento da qualificação e construção de exitosas carreiras profissionais. A Pós-graduação especializa, atualiza, aprofunda conhecimentos, proporciona novos contatos profissionais, favorece a troca de experiências e oportuniza a geração de novos conhecimentos.

Como critério orientador, são traçados os objetivos gerais da Política de Pós-graduação *Lato Sensu* da FMP, quais sejam:

- Especializar e aperfeiçoar profissionais para melhor desempenho no mercado de trabalho;
- Atualizar profissionais sobre os mais recentes desenvolvimentos científicos e tecnológicos;
- Manter os conteúdos pedagógicos e as metodologias de ensino dos cursos atualizados e em sintonia com as principais demandas do mercado;
- Estimular a geração de trabalhos de pesquisas aplicadas e relevantes, que contribuam para o desenvolvimento da comunidade regional;
- Estimular práticas acadêmicas que proporcionem maior intercâmbio de conhecimentos dos cursos de pós-graduação com as empresas, outras organizações e a comunidade regional;
- Manter e aperfeiçoar as atividades de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação;
- Aperfeiçoar os conteúdos e as metodologias dos cursos existentes e planejar novos cursos de especialização e Formação Continuada.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* da FMP buscam oportunizar a discussão dos temas jurídicos de interesse social, além de qualificar profissionais para atuação nos quadros da administração pública, melhorando a efetividade das ações administrativas, o que redundará em uma melhor aplicação dos recursos públicos. São exemplos:

- **Gestão Pública:** Oportuniza uma visão focada em saberes jurídico e de gestão para quem exerce função pública ou atua na iniciativa privada, mas se relaciona ou pretende se relacionar com a área pública, em uma perspectiva transdisciplinar.
- **Urbano e Ambiental:** Analisa os princípios e instrumentos do Direito Urbanístico e do Direito Ambiental aplicáveis à gestão pública, de modo a permitir a compreensão da competência e da responsabilidade do Município pela implantação de políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento sustentável no meio ambiente urbano.
- **Direito Público:** Capacita os operadores do Direito em conhecimentos técnicos, legal, jurisprudencial e doutrinário de matérias relevantes ao desenvolvimento das atividades públicas.

- **Direitos da Criança e do Adolescente:** Estimula a pesquisa científica na área da infância e da juventude e auxilia na aproximação e na integração pessoal e operacional dos profissionais com atuação na área da infância e da juventude. Esse curso, desde o seu início, é desenvolvido em aproximação com os órgãos da rede de atendimento à Infância e Juventude, tais como Conselhos de Defesa de Direitos da Infância e Juventude. O Curso tem se colocado como uma natural opção para as pessoas que trabalham na área como perspectiva de ampliação de competências específicas. É preciso salientar que a área da Infância é sensível e necessita, sobretudo, de uma mudança cultural que anteceda a mudança social e o Curso de Especialização foi concebido com essa finalidade.
- **Advocacia Corporativa:** Qualifica recursos humanos para o exercício profissional na advocacia, envolvendo as diversas matérias que dizem respeito ao cotidiano de uma grande empresa, oferecendo o aprofundamento técnico-jurídico em relação às matérias envolvidas.
- **Direito dos Seguros:** Promove o aprofundamento do estudo de temas centrais do Direito dos Seguros no tocante a sua ênfase da proteção da pessoa humana, assim como a regulação jurídica das relações de mercado e criação de riqueza. Realiza exame crítico da jurisprudência dos tribunais nacionais em tema de direito privado e sua repercussão no contexto do mercado e da empresa, de modo a traçar a estratégia de atuação jurídica dos profissionais do direito nos diferentes campos de atuação.
- **Direito Civil e Processual Civil:** O curso justifica-se pela necessidade de uma continuada formação jurídica – técnica e reflexiva – que propicie ao profissional do Direito acompanhar a evolução dos institutos de Direito Civil e os mecanismos previstos na processualística moderna para a sua efetivação, capacitando-o ao enfrentamento dos desafios nos campos da teoria e prática, priorizando-se o contato com a experiência comparada e a via do debate ideologicamente aberto, desde que tolerado pelo paradigma do Estado Democrático e Constitucional de Direito.
- **Direito Administrativo e Gestão Pública:** Aprimora os conhecimentos na área de Gestão Pública, vinculados ao Direito Administrativo, a partir de uma didática multidisciplinar, não limitado às carreiras jurídicas, buscando combinar estratégia no que se refere ao conjunto de normas jurídicas de natureza pública, as funções e organizações de poderes do Estado e dos seus servidores.
- **Direito de Família e Sucessões:** Propicia ao profissional do Direito, Serviço Social e Psicologia acompanhar a evolução dos mecanismos previstos na processualística moderna e as teorias que os explicam, capacitando-o ao enfrentamento dos desafios nos campos da teoria e prática, priorizando-se o contato com a experiência comparada e a via do debate interdisciplinar.

A FMP tem em seu portfólio de ofertas cursos de Pós-graduação *lato sensu* na modalidade de Ensino a Distância. Os processos de ensino e aprendizagem dos cursos em EaD serão todos concebidos, coordenados e acompanhados pelo professor de cada disciplina, observando e cumprindo o modelo didático-pedagógico institucional definido pela Coordenação de Educação a Distância e Núcleo Multidisciplinar - NEAD. Estas ações ocorrerão por meio dos conteúdos, através dos materiais didáticos, meios tecnológicos, videoaulas, acompanhamento docente e de tutoria, através da proposição de atividades previstas.

A construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-graduação *lato sensu* atenderá a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018 e às seguintes orientações:

- Os projetos pedagógicos serão produzidos nos colegiados de curso ou por proposta da Coordenadoria de Pós-graduação *Lato Sensu*;
- Os projetos serão avaliados pelo Colegiado Superior devendo ser instruídos entre outros com os seguintes itens:
- Nome do Curso e Área do Conhecimento;
- Justificativa e possibilidades de Inserção no Mercado;
- Objetivos gerais e específicos;
- Concepção do Programa;
- Coordenação;
- Conteúdo Programático e matriz curricular;
- Corpo Docente;
- Metodologia do processo de ensino e de aprendizagem;
- Sistemas de avaliação;
- Trabalho de Conclusão de Curso (como oferta opcional ao aluno);
- Público Alvo;
- Regime de funcionamento;
- Número de vagas ofertadas;
- Carga horária;
- Critérios de seleção;
- Infraestrutura física;
- Planejamento Orçamentário;
- Controle de Frequência (em caso de modalidade presencial);
- Certificação.

2.9 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

A Pós-graduação *stricto sensu* exerce um papel muito importante na consecução da Missão da FMP. O programa de mestrado compõe, junto com os cursos de pós-graduação *lato sensu*, um portfólio de formação de profissionais que atende, conforme menciona a missão, à tarefa de “Promover, por meio da educação, o desenvolvimento humano e profissional de quem vai melhorar o mundo”.

O PPGD da FMP apresenta indicadores inequívocos de integração com o Curso de Graduação em Direito. Os membros do corpo docente do PPGD, na sua integralidade, desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, orientação e extensão no Curso de Graduação da FMP, observadas as disposições da

Portaria CAPES nº 174/2014, notadamente, segundo a qual “os docentes permanentes do programa devem distribuir a sua carga-horária de modo a possibilitar, com predominância atividades de pesquisa no PPGD, com 28h/a semanais e outras 12 h/a semanais para o magistério em nível de graduação, visando, com tal iniciativa priorizar suas ações para a qualificação das pesquisas e constituição de centros de excelência, promovendo a verticalização das atividades do mestrado com a graduação”. Assim, o corpo docente do PPGD/FMP tem inserção nas atividades relacionadas à melhoria e contribuição do desenvolvimento do ensino e da pesquisa na Faculdade de Direito da FMP, revelando a perfeita integração com o conteúdo da Área de Concentração e das Linhas de Pesquisa da FMP.

Entre os objetivos do curso de pós-graduação *stricto sensu* destacam-se:

- Desenvolver ensino de excelência, visando promover a formação e o aprimoramento de alto nível para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em instituições públicas e privadas e apoiar e construir conhecimento científico em sintonia com a cultura e com as necessidades da comunidade local, regional e mundial.
- Formar pesquisadores, docentes e operadores do sistema de justiça brasileiro para que atuem no âmbito da tutela dos Direitos Indisponíveis, Públicos e Transindividuais, a partir dos recortes temáticos que a área de concentração e as linhas de pesquisas formatam.
- Buscar a máxima interação entre as áreas de atuação (graduação/*lato/stricto*), tanto no que se refere ao corpo docente como ao corpo discente;

A política do PPGD, voltada para a formação de pesquisadores, além de priorizar as atividades desenvolvidas nos Grupos de Pesquisa, registrados junto ao CNPq, envolvendo todos os docentes e discentes do programa e os graduandos é composta pelos seguintes fundamentos:

- Atendimento à legislação e documentos oficiais – A FMP tem compromisso com a legislação vigente relativa ao programa de pós-graduação *stricto sensu*, assim como com os aspectos implícitos nos documentos oficiais de avaliação relacionados à qualidade do ensino;
- Indissociabilidade das dimensões do ensino, pesquisa e extensão – Promoverá articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação, aproveitando as sinergias entre as três dimensões, visando o desenvolvimento dos seus acadêmicos, incentivando a participação do corpo discente em atividades de pesquisa em conjunto com seu corpo docente, assim como de extensão;
- Interação entre corpo discente e docente – Garantir a oportunidade de interação entre aluno e professor, tanto dentro da sala de aula em virtude dos métodos de ensino utilizados, como fora da sala de aula, por meio de recursos tecnológicos ou horários de atendimento, além da orientação das dissertações;
- Utilizar tecnologias de aprendizagem interativa como apoio ao processo de aprendizagem, com simulações e elementos do ambiente virtual aprendizagem, de forma a valorizar o tempo dedicado à interação entre acadêmicos e docentes em sala de aula;
- Favorecer a cooperação e a inserção dos Pesquisadores da FMP no âmbito nacional e internacional, bem como sua participação em redes de Pesquisa;
- Elaborar e desenvolver projetos de pesquisa integrados, envolvendo docentes e discentes das linhas de Pesquisa do PPGD, preferencialmente solicitando fomento de agências externas (CNPq, CAPES, FAPERGS, etc.).
- Monitorar a produção científica e tecnológica dos discentes e docentes dos PPGs semestralmente, considerando as exigências estabelecidas pelos documentos de área da CAPES;

- Fomentar a publicação da produção acadêmica do PPGD em periódicos nacionais e internacionais qualificados e livros, de acordo com as orientações do documento de área.

2.10 POLÍTICAS GERAIS DE EAD

A FMP entende a Educação à Distância como um instrumento de democratização do acesso ao conhecimento de qualidade, tanto no que diz respeito à capilaridade, naquilo que amplifica sua abrangência, quanto à própria flexibilidade e autonomia dos estudantes. A proposta educativa da FMP para EAD possui características singulares que promovem a construção de comunidades de aprendizagem que se nutrem pela ética como um valor, em consonância com os valores institucionais.

Tal proposta enfatiza problematizações da realidade, promovendo aprendizagens significativas, voltadas para a justiça social. Não entendemos a distância como um conceito espacial e sim como um conceito temporal, onde todos os esforços estão voltados à identificação do aluno como um sujeito capaz de afetar e ser afetado, cabendo à nós a invenção dos caminhos, pontes para a construção do vínculo dele com o que buscamos ofertar.

Para operacionalizar a proposta, a FMP conta com uma equipe multidisciplinar constituída por um conjunto de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que vivencia um clima organizacional democrático, elemento essencial para o compartilhamento do conhecimento e ação interdisciplinar eficiente e eficaz. A aprendizagem contínua, a troca de conhecimentos e de experiências, a valorização das capacidades socioafetivas, a criatividade, entre outros, são elementos essenciais para produzir o espaço de aprendizagem da equipe que deverá ser espelhada nos ambientes dos diferentes cursos. Essa equipe é responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos diferentes níveis de ensino, que compreendem:

- Implementação gradativa de até 20% de disciplinas na modalidade EAD no curso presencial de bacharelado em Direito;
- Revisão e ampliação de portfólio de oferta de cursos Pós-graduação *lato sensu* na modalidade EAD;
- Oferta de cursos de extensão e aperfeiçoamento na modalidade EAD;
- Desenvolvimento de projeto de modelagem de curso de graduação em Direito em EAD;
- Desenvolvimento de projeto de modelagem de curso de Mestrado em EAD, após ciclo avaliativo.

Para tanto, há a previsão de ampliação de equipes de professores e tutores com pleno conhecimento dos PPCs, das competências comunicacionais e das tecnologias digitais, de forma a estarem aptos a fazer a mediação pedagógica junto aos discentes.

A manutenção de processos de capacitação do corpo docente e administrativo são estratégias essenciais para dar condições aos atores sociais de exercerem seus papéis.

A velocidade do avanço tecnológico exige que se possa:

- Implantar e atualizar permanentemente Ambientes Virtuais de Aprendizagem de modo que assegurem a execução dos projetos pedagógicos dos cursos levando em conta as características dos diferentes públicos atendidos.
- Avaliar, periodicamente, as condições de transporte de informações multiplicando meios para assegurar a recepção por parte dos estudantes.

2.11 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A extensão acadêmica é um processo educativo, cultural e científico que se articula ao ensino e à pesquisa buscando fortalecer o vínculo entre a instituição e a sociedade em geral. As políticas de extensão consideram o ensino, a inclusão, o desenvolvimento social, econômico e de sustentabilidade ambiental.

A IES interage diretamente com a comunidade acadêmica, por meio de práticas responsáveis, priorizando ações que percebam o contexto social em que estamos inseridos, proponham soluções para os principais desafios da sociedade, considerando a possibilidade de impactar em políticas públicas, com geração de impacto social positivo.

A FMP desenvolve seu programa de extensão através de projetos de extensão, cursos, práticas de extensão, eventos e prestação de serviços. A extensão está pautada em alguns pontos em destaque, que permeiam as disciplinas do curso de Direito, as linhas de pesquisa da instituição e é transversal as demais atividades acadêmicas ofertadas pela IES.

Dentro desses pontos, destaca-se o desenvolvimento de ações, como inclusão social e acesso à justiça, contribuem ativamente no processo de melhoria da realidade de comunidades. Estas práticas são desenvolvidas por estudantes, sob a orientação de professores, com finalidade de criar um espaço em que os mesmos, através da participação em projetos extensionistas sociais, ampliem sua consciência sobre o valor da cidadania e da importância de um papel cada vez mais atuante na sociedade em que estão inseridos, além de estar em concordância com a missão da FMP: Educar quem vai melhorar o mundo.

Da mesma forma, **transversalmente**, a FMP cumpre com a RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 de Dezembro de 2018 no que tange à oferta de 10% de Carga Horária de seu curso de graduação, devidamente disposto no PPC do curso.

As políticas de extensão da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, por meio do programa de extensão, envolvem a comunidade acadêmica, considerando a formação continuada, o perfil do egresso e práticas inovadoras. Considerados e inseridos nas propostas do programa de extensão, estão também fornecedores, outras instituições, seus profissionais, docentes e estudante de todos os níveis escolares, comunidades carentes. A extensão da FMP é organizada por uma coordenação de apoio, acompanhada pela coordenação do curso e em sinergia com demais coordenações apoiadoras da Faculdade, como da Responsabilidade Social, Pesquisa e Acompanhamento de Egressos. Tem a função de construir o planejamento anual, vinculado às propostas acadêmicas institucionais e norteadores do planejamento estratégico.

A Extensão articula-se com as linhas de pesquisa e com o ensino para, através de eventos, cursos e atividades, contribuir com a inclusão social, a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio, de forma ética, cidadã e inovadora.

Para atender à Política de Extensão a Faculdade dispõe dentro do projeto pedagógico do curso as diretrizes a articulação entre ensino, pesquisa, levando em consideração as características do curso e as necessidades de compreensão dos fenômenos sociais. Ainda incentiva a participação dos alunos em diferentes ações de extensão contemplando-as nas Atividades Complementares e considera de forma objetiva atividades de extensão como relevante para o curso através de eventos organizados para a difusão, para a comunidade, de trabalhos científicos desenvolvidos na FMP;

A avaliação dos resultados de Extensão, à luz das diretrizes desta política, é realizada anualmente, na Avaliação Institucional realizada, semestralmente, pela CPA – Comissão Própria de Avaliação. A partir dessas informações, são observados os impactos práticos na comunidade, sua relevância e coerência com as demais políticas institucionais, norteadores estratégicos e missão da FMP.

2.11.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social incorporada às instituições de ensino superior traz consigo uma importante contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, colaborativa e igualitária. Considera-se que um dos principais papéis da FMP seja o de servir como exemplo para a construção de uma cultura educacional capaz de formar cidadãos cada vez mais responsáveis e preocupados para atuar na transformação do mundo em que vivem.

A responsabilidade social universitária também inclui um conjunto de deveres, obrigações e de incumbências inerentes à natureza institucional das instituições de ensino superior. Especialmente, ao inserir a transparência e a ética nas suas relações, o respeito à diversidade, as boas condições de trabalho, o respeito às normas democraticamente estabelecidas em suas intenções.

Isto significa dizer que a FMP continua adotando uma atitude ética em todas as suas ações e com todos os agentes com os quais interage, tanto interna como externamente, para além de “obrigações morais” que a sociedade atribui aos cidadãos e às organizações sociais. E assim, constitui um conjunto de atitudes e práticas que, evidenciadas no seu contexto interno, especialmente no próprio “fazer pedagógico”, redundarão em maior credibilidade, respeito, aceitação mais positiva e voltada para uma sociedade colaborativa, sustentável e solidária.

Disso se extrai que o grande diferencial da FMP não está focado simplesmente nos projetos de extensão universitária, nos resultados das suas pesquisas acadêmicas, nos programas assistenciais que desenvolve, mas apoiada no conceito de educação, nas premissas adotadas na concepção dos valores empregados em seus cursos e nos pressupostos éticos.

A FMP vem buscando a formação de alunos que tenham uma visão de mundo que propicie a superação das desigualdades, que promovam a preservação e proteção do meio ambiente, a proteção do direito à cidade e a cidadania, seja no que tange às questões da preservação ambiental, seja no que tange às relações entre os homens e povos em equilíbrio com o seu ecossistema. Além disso, fomenta a constante busca pela democracia pautada nos direitos humanos e na pacificação social, por meio da assessoria jurídica ofertada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas. Propõe-se, por meio de diversas atividades, a transformar os alunos e colaboradores de forma integrada e cooperativa para serem

protagonistas de suas histórias e construtores de soluções para o seu tempo, a partir do engajamento social, atitudes conscientes, vigilância e crítica social.

A FMP no quesito Responsabilidade Social busca promover:

- Ações que estimulem o Desenvolvimento Econômico e Social sustentável;
- A Defesa do Meio Ambiente, especialmente no âmbito interinstitucional;
- O compromisso com as ações de inclusão social.
- A promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade;
- O respeito aos Direitos Humanos e à diversidade;
- A preservação e defesa de políticas étnico-raciais;
- A defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural; e,
- A garantia de acessibilidade no sentido amplo.

Considerando a **Missão**, a **Visão** e os **Valores Institucionais**, definem-se as seguintes políticas:

- Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
- Comprometer toda a comunidade acadêmica com a promoção da ética, do desenvolvimento sustentável, da inclusão social, defesa dos direitos humanos e promoção da diversidade;
- Considerar a defesa do meio ambiente, da memória cultural e o patrimônio cultural como temas transversais a perpassar a construção do perfil do egresso da instituição e evidenciá-los na construção e operacionalização das atividades educacionais previstas para os cursos;
- Implementar ações que garantam acessibilidade no sentido amplo.

A responsabilidade social da FMP é estruturada em dois principais pilares que envolvem a atuação consciente, integrada e proativa de acadêmicos, professores e colaboradores para o atendimento das demandas da comunidade interna e externa. Destaca-se no primeiro deles a atuação do Núcleo de Práticas Jurídicas e do Escritório Modelo, que organiza o seu atendimento para o apoio direto ao cidadão na assistência jurídica, bem como por meio de parcerias com os órgãos públicos e com a sociedade civil organizada, com vistas à Promoção de Direitos Humanos e o Acesso à Assistência Jurídica Integral.

No segundo pilar estruturante centram-se os projetos sociais da FMP voltados para ações de Promoção de Valorização à Vida e Diversidade, que conjuga um conjunto de ações inovadoras e interdisciplinares, principalmente aplicadas às demandas da sociedade civil e com foco na redução de desigualdades e na promoção de políticas afirmativas e de inclusão dentro e fora dos espaços institucionais. Dentre os projetos institucionais criados destaca-se a parceria com a área de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que promove acesso a profissionalização para jovens adolescentes do acolhimento institucional da cidade de Porto Alegre. Ainda, são desenvolvidos o Programa Doe Sangue e Hemoderivados e as ações sociais em parcerias com instituições, escolas e associações de bairros. A política de concessão de bolsas e convênios vem atendendo as necessidades específicas de acordo com critérios socioeconômicos e levando em consideração outras especificidades como as questões relacionadas à diversidade étnico-racial.

As ações de responsabilidade social da FMP estão interconectadas e alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização Mundial da Saúde. Nas mais diversas áreas, a IES busca apoiar práticas inovadoras e colaborativas que visem soluções em parceria e direcionadas, prioritariamente, para a redução das desigualdades, à promoção da saúde e bem-estar de sua comunidade interna e externa e ao estímulo de uma cultura educacional equitativa voltada para uma sociedade e cultura de Paz.

2.11.2 POLÍTIICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A construção histórica do Brasil pressupõe a existência de desigualdades sociais e étnicas em um processo de desenvolvimento que não prioriza a sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos. Portanto, a fim de contribuir para a mudança dessa realidade foram instituídas legislações nacionais no tocante às seguintes temáticas: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 01/ 2004; Direitos Humanos - Resolução CNE/CP nº 01/2012; Educação Ambiental – Lei nº 9.795/1999 e Resolução CNE nº 02/2012; Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012; Condição de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000, Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003; e Disciplina de Libras – Decreto nº 5.626/2005.

A FMP, em atendimento às referidas legislações, princípios e diretrizes estabelecidos, propõe que todos os seus Projetos Pedagógicos dos Cursos garantam que as referidas temáticas sejam contempladas de forma transversal ao longo da integralização do currículo. Estas ações visam promover o amplo debate sobre temas vitais quando se pretende a formação de um profissional comprometido com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental. Esse amplo debate é promovido com a implementação de variadas práticas de ensino, extensão, pesquisa/iniciação científica e da própria gestão ao promover uma orientação da gestão institucional pelos princípios da sustentabilidade.

A instituição valoriza a diversidade em seus valores, no seu Código de Ética e Conduta e no regime disciplinar previsto no Regimento da Faculdade e na atuação da Ouvidoria.

Além disto, a FMP, aloca recursos – notadamente as bolsas de estudos descritas no item 7.2 deste PDI - em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica. Com isso, a escola contribui com o combate de discriminações sociais e aumenta a participação de minorias no acesso à educação.

2.11.3 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No âmbito organizacional, uma organização sustentável é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao gerar, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais para seus *stakeholders*².

A FMP não está ausente das discussões relativas à sustentabilidade socioambiental e procura nortear suas ações acadêmicas e administrativas de acordo com o tríplice enfoque do desenvolvimento

² partes que afetam e são afetadas, direta ou indiretamente, pelas atividades das organizações

sustentável: o ambiente, a sociedade e a economia, permeando a orientação e condução de todas as suas práticas educativas.

As dimensões da sustentabilidade socioambiental e preservação ambiental são trabalhadas na FMP de forma transversal, nos conteúdos dos cursos regulares obrigatórios e não obrigatórios, nas Atividades Complementares bem como nos Eventos, nas práticas de Extensão e na Prestação de Serviços.

2.12 POLÍTICAS DE PESQUISA E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público desenvolve pesquisa como função indissociável do ensino e da extensão visando ao desenvolvimento da Ciência e à construção de um mundo com cultura cidadã, mais humano e justo. Com uma proposta que reflete as dimensões da abordagem multidisciplinar e crítica, comprometida com os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais, a pesquisa volta-se para a área das tutelas à efetivação de direitos indisponíveis por meio de linhas transversais aos cursos ofertados em todos os níveis na IES.

A missão, os objetivos e os valores da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público constituem o fio condutor de suas políticas de pesquisa, pelas quais são norteadas ações concretas, de âmbito interno e externo, da Instituição de Ensino Superior, sempre em constante e inexorável diálogo com as políticas de ensino e de extensão. Assentadas no artigo 1º do Regulamento da Iniciação à Pesquisa Científica e da Pesquisa Institucional da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público como princípios fundamentais, as políticas da iniciação à pesquisa científica e da pesquisa institucional são as seguintes:

I – a liberdade nas escolhas dos objetos de estudos, prevendo-se mecanismos de incentivo aos interesses que contribuam para o fortalecimento das áreas temáticas que a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público privilegia a partir da afinidade com as linhas de pesquisa institucionais;

II – a liberdade nas escolhas dos métodos que sejam capazes de ordenar e propiciar o desenvolvimento das pesquisas científicas como decorrência da multidiversidade de abordagens epistemológicas, condição para um ambiente acadêmico fértil e criativo;

III – a utilização de conhecimentos oriundos de diferentes áreas do saber, em abordagem multidisciplinar;

IV – a integração das atividades de pesquisa com as de extensão e de ensino;

V – a integração das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e discentes dos cursos de graduação e de pós-graduação, lato sensu e stricto sensu;

VI – a promoção de espaços institucionais próprios para a comunidade acadêmica apresentar, debater e publicar suas pesquisas;

VII – a realização de parcerias com outras Instituições de Ensino Superior, objetivando a implementação de atividades de pesquisas interinstitucionais;

VIII – a aplicação dos resultados das pesquisas em programas que beneficiem à comunidade acadêmica e não acadêmica.

2.12.1 OBJETIVOS

Estatuídos no artigo 2º do Regulamento da Iniciação à Pesquisa Científica e da Pesquisa Institucional da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, os objetivos da iniciação à pesquisa científica e da pesquisa institucional da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público são:

I – a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, assim como do pensamento reflexivo;

II – o desenvolvimento de competências próprias inerentes à atividade de investigação, construção e difusão de conhecimento;

III – o estudo de problemas relacionados com o progresso da região geográfica de atuação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, do Estado e do País;

IV – a retroalimentação das linhas de pesquisas da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público;

V – a difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da pesquisa científica mediante publicação e atividades de extensão abertas à participação da comunidade de abrangência da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público;

VI – a integração com a comunidade acadêmica e com a comunidade profissional;

VII – a aplicação do conhecimento existente e desenvolvido pelo corpo docente e discente em práticas de consultoria e assessoria a instituições públicas ou privadas, ONG ou outras reputadas significativas;

VIII – a construção, a organização e a difusão de conhecimentos inerentes às áreas de atuação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, de sorte a lhe permitir uma evolução institucional, pelo incremento de atividades de mobilidade acadêmica, de oferta de outros cursos afins e de curso de Doutorado em Direito.

2.12.2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

De acordo com o artigo 3º do Regulamento da Iniciação à Pesquisa Científica e da Pesquisa Institucional da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, a iniciação à pesquisa científica e a pesquisa institucional têm como área de concentração as tutelas à efetivação de direitos indisponíveis, organizando-se a partir de duas linhas de pesquisa, a saber, *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* (Linha 1) e *Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais* (Linha 2).

Para a máxima integração das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e discentes tanto dos cursos de graduação como de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, adota-se área de concentração e linhas de pesquisa comuns em todos os níveis educacionais. Isso significa que os discentes do curso de Mestrado em Direito seguem as mesmas linhas de pesquisa dos discentes do curso de Graduação em Direito, quer para a iniciação à pesquisa científica, quer para a pesquisa institucional.

2.12.3 GESTÃO DA PESQUISA

As atividades de pesquisa da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público são coordenadas por um professor com a titulação de Doutor em Direito integrante do corpo docente permanente do seu Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. O Coordenador da Pesquisa é nomeado pelo Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, ouvidos os Coordenadores dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*.

2.12.4 GRUPOS PESQUISA

Vinculados às linhas de pesquisa e sob a coordenação de pesquisadores líderes, os grupos de pesquisa da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público compreendem atividades da pesquisa institucional e iniciação à pesquisa científica, podendo ser integrados por professores e estudantes dos cursos de graduação, de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, assim como por egressos, técnicos e colaboradores estrangeiros. Nomeados pelo Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, ouvidos os Coordenadores dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*, os pesquisadores líderes devem ser professores com a titulação de Doutor em Direito.

Cada grupo de pesquisa institucional deve manter ao menos um grupo de estudos, com a finalidade precípua de promover o diálogo formativo em torno das investigações em desenvolvimento, possibilitando a construção coletiva do conhecimento pelos seus participantes. Os integrantes dos grupos de pesquisa devem publicar os resultados mediante produção bibliográfica ou apresentação em eventos científicos. Atualmente, quinze grupos de pesquisa encontram-se em atividade e cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os grupos de pesquisa mantêm constante diálogo entre si, promovendo não atividades conjuntas, tais como palestras, aulas e pesquisas desenvolvidas em co-autoria entre integrantes de diferentes grupos. Justamente para fomentar a interação de seus grupos de pesquisa, bem como com grupos de pesquisa com Instituições de Ensino Superior parceiras, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público promove anualmente um encontro interinstitucional de grupos de pesquisa (EGRUPE), permitindo a apresentação e publicação de pesquisas dos integrantes dos grupos, ou seja, de discentes da graduação, da pós-graduação *lato sensu* e do mestrado, bem como de professores, egressos e técnicos participantes dos grupos.

2.12.5 INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA

Os estudantes da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público podem realizar atividades de iniciação à pesquisa científica no âmbito das disciplinas do curso de graduação, em grupos de estudos vinculados a projetos de pesquisa institucionais e sob a orientação docente específica no Laboratório de Iniciação Científica. A iniciação à pesquisa científica tem como área de concentração as tutelas à efetivação de direitos indisponíveis, organizando-se a partir de duas linhas

de pesquisa: *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* (Linha de Pesquisa 1) e *Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais* (Linha de Pesquisa 2).

A Linha de Pesquisa 1 abrange as seguintes sublinhas:

- I – Multiculturalismo, Constituição e Direito Penal;
- II – Direito fundamental à segurança e o direito de liberdade;
- III – Patologias corruptivas e interesses públicos indisponíveis;
- IV – Relações tensionais entre mercado, Estado e sociedade;
- V – Garantias processuais dos bens públicos indisponíveis;
- VI – Tributação e intervenção sobre o domínio econômico;
- VII – Direito ao meio ambiente e sustentabilidade;
- VIII – Corte Interamericana de Direitos Humanos e acesso à justiça;
- IX – Sistema de garantias e a responsabilidade penal juvenil;
- X - Epistemologia e pesquisa em Direito.

A Linha de Pesquisa 2 abrange as seguintes sublinhas:

- I – Direitos fundamentais e jurisdição;
- II – Proteção do consumidor como garantia fundamental constitucional;
- III – Transparência, direito fundamental de acesso à informação e participação na gestão pública;
- IV – Sustentabilidade urbana: institutos e mecanismos de efetivação;
- V – Garantias processuais dos bens transindividuais;
- VI – Direitos sociais no contexto dos direitos humanos;
- VII – Desafios do direito internacional e globalidade;
- VIII – Defesa de interesses metaindividuais das pessoas com deficiência;
- IX – Colisão de direitos e argumentação jurídica;
- X – Teoria do direito.

O Laboratório de Iniciação Científica tem a finalidade de promover e incentivar a cultura de investigação científica dos estudantes de graduação por intermédio da realização de atividades de pesquisa basilares orientadas por professores integrantes do corpo docente da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Os discentes do primeiro ao décimo semestre da matriz curricular podem requerer a realização do Laboratório de Iniciação Científica a qualquer momento durante os períodos letivos, bastando formular requerimento via Portal do Aluno.

Conforme o artigo 4º do Regulamento do Laboratório de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, são consideradas atividades de iniciação científica:

I – pesquisa(s) bibliográfica(s) e/ou jurisprudencial (is) relativa(s) a um objeto determinado de investigação, com o propósito de buscar a comprovação ou a refutação de hipótese(s) previamente definida(s);

II – exame(s) e interpretação(ões) de texto(s) técnico-jurídico(s) previamente definido(s);

III – audiência(s) de defesa(s) de monografia(s) de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, dissertação(ões) de mestrado e tese(s) de doutorado na área do Direito ou em área com perspectiva transdisciplinar da Ciência Jurídica relacionadas a uma das sublinhas que compõem as linhas de pesquisa citadas no artigo precedente, com o(s) respectivo(s) comentário(s);

IV – aprendizagem e desenvolvimento de metodologia(s) de pesquisa em Direito;

V – outras atividades de pesquisa mediante prévio reconhecimento pelo Coordenador de Pesquisa da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Os resultados das atividades de iniciação à pesquisa científica podem ser apresentados, nas modalidades resumo, pôster e comunicação oral, no Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, evento promovido anualmente pela FMP com o objetivo de instigar a investigação científico-jurídica e proporcionar à comunidade acadêmica espaço para a apresentação e publicação de pesquisas sobre tutelas à efetivação de direitos indisponíveis. Os resumos e os pôsteres dos melhores trabalhos apresentados em cada eixo temático são publicados em anais eletrônicos (ISSN 2595-5497), disponíveis em <https://www.fmp.edu.br/anais-do-sic/> para a mais ampla transmissão dos resultados para a comunidade.

2.12.6 PESQUISA INSTITUCIONAL

A pesquisa institucional tem como área de concentração as tutelas à efetivação de direitos indisponíveis, organizando-se a partir de duas linhas de pesquisa: *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* (Linha 1) e *Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais* (Linha 2). São consideradas pesquisa institucional as seguintes atividades:

I – as pesquisas desenvolvidas por professores dos cursos de graduação e pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*;

II – as pesquisas desenvolvidas por estudantes no âmbito das disciplinas dos cursos de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*;

III – as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos grupos de estudo vinculados a projetos de pesquisa institucionais por estudantes dos cursos de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, bem como por egressos, técnicos graduados e colaboradores estrangeiros;

IV – os trabalhos de conclusão de curso da graduação e de pós-graduação *lato sensu*;

V – as dissertações elaboradas no curso de Mestrado em Direito.

2.12.7 BOLSAS E OUTROS INCENTIVOS À PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Para estimular a participação de seus discentes, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público concede, para cada grupo de pesquisa, ao menos uma bolsa parcial na forma de desconto nas mensalidades escolares. Além disso, a Instituição de Ensino Superior busca bolsas de agências de fomento, como a do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica e Inovação – PROBIC/PROBITI da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. Desde 2019, as propostas da FMP foram selecionadas, obtendo-se duas bolsas anuais para a iniciação científica para seus alunos.

Para estimular a pesquisa, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público ainda oferece carga horária específica para dedicação à pesquisa aos professores; carga horária aos professores para orientação dos discentes em pesquisas institucionais e de iniciação científica; apoio para os docentes e discentes participarem de eventos de pesquisas institucionais e iniciação científica; apoio para docentes e discentes publicarem pesquisas institucionais e iniciação científica; apoio para a realização de eventos e publicações de pesquisas institucionais e iniciação científica; e espaços e recursos tecnológicos adequados para as atividades de pesquisa.

2.12.8 EVENTOS E INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO

Com o escopo de cumprir as políticas de integração das atividades de pesquisa com as de extensão e de ensino; a integração das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e discentes dos cursos de graduação e de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*; a promoção de espaços institucionais próprios para a comunidade acadêmica apresentar, debater e publicar suas pesquisas; a realização de parcerias com outras Instituições de Ensino Superior, objetivando a implementação de pesquisas interinstitucionais; a aplicação dos resultados das pesquisas em programas que beneficiem à comunidade acadêmica e não acadêmica, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público promove, de per si ou em parceria com outras Instituições de Ensino Superior, para os discentes (da graduação e da pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*) e a comunidade em geral, palestras, aulas abertas, congressos, seminários, simpósios, oficinas, workshops, encontros etc.

Três eventos são permanentes e realizados de forma anual, sendo um deles exclusivo para a iniciação científica.

Em sua décima edição em 2020, o Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público tem o objetivo de instigar a investigação científico-jurídica e proporcionar à comunidade acadêmica espaço para a apresentação e publicação de pesquisas sobre tutelas à efetivação de direitos indisponíveis. O evento organizar-se-á a partir de dois eixos temáticos que constituem dois Grupos de Trabalho (GTs), a saber, *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* (GT 1) e *Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais* (GT 2).

O Grupo de Trabalho I abrange as seguintes temáticas:

- I – Multiculturalismo, Constituição e Direito Penal;
- II – Direito fundamental à segurança e o direito de liberdade;

- III – Patologias corruptivas e interesses públicos indisponíveis;
- IV – Relações tensionais entre mercado, Estado e sociedade;
- V – Garantias processuais dos bens públicos indisponíveis;
- VI – Tributação e intervenção sobre o domínio econômico;
- VII – Direito ao meio ambiente e sustentabilidade;
- VIII – Corte Interamericana de Direitos Humanos e acesso à justiça;
- IX – Sistema de garantias e a responsabilidade penal juvenil;
- X - Epistemologia e pesquisa em Direito.

O Grupo de Trabalho II abrange as seguintes temáticas:

- I – Direitos fundamentais e jurisdição;
- II – Proteção do consumidor como garantia fundamental constitucional;
- III – Transparência, direito fundamental de acesso à informação e participação na gestão pública;
- IV – Sustentabilidade urbana: institutos e mecanismos de efetivação;
- V – Garantias processuais dos bens transindividuais;
- VI – Direitos sociais no contexto dos direitos humanos;
- VII – Desafios do direito internacional e globalidade;
- VIII – Defesa de interesses metaindividuais das pessoas com deficiência;
- IX – Colisão de direitos e argumentação jurídica;
- X – Teoria do direito.

Podem participar Salão de Iniciação Científica alunos(as) regularmente matriculados em curso de graduação em Direito de qualquer Instituição de Ensino Superior do Brasil credenciada no Ministério da Educação, assim como de Instituição de Ensino Superior estrangeira regularizada perante as respectivas autoridades competentes com atividade de pesquisa de iniciação científica, concluída ou em desenvolvimento, no âmbito de uma das temáticas que integram os Grupos de Trabalho. Também podem participar alunos(as) de graduação de outros cursos que desenvolvam, ou tenham desenvolvido, pesquisas de iniciação científica com perspectiva transdisciplinar da Ciência Jurídica relacionadas aos temas que compõem os Grupos de Trabalho.

As modalidades de apresentação no evento são resumo, pôster e comunicação oral. Os resumos e os pôsteres dos melhores trabalhos de cada Grupo de Trabalho são publicados anualmente nos anais do evento, em formato eletrônico, disponíveis no site da Fundação Escola Superior do Ministério Público para a mais ampla transmissão dos resultados para a comunidade (<https://www.fmp.edu.br/anais-do-sic/>). Os Anais do Salão de Iniciação Científica têm ISSN (ISSN 2595-5497) e página própria no site da FMP, com a apresentação e os anais de todas as edições que foram publicados, bem como informações sobre normas para publicação, corpo editorial, e contato.

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Acadêmico em Direito da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público também promove, anualmente, dois seminários que levam no seu nome a área de concentração da pesquisa institucional: o Seminário Nacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis e o Seminário Internacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis, realizados respectivamente no primeiro e segundo semestre letivo. Ambos têm o objetivo de instigar a investigação científico-jurídica e proporcionar à comunidade acadêmica um espaço para a apresentação e publicação de pesquisas sobre tutelas à efetivação de direitos indisponíveis, diferenciando-se o segundo pelo enfoque na internacionalização pela apresentação de pesquisas de investigadores estrangeiros.

Os Seminários, Nacional e Internacional, organizam-se a partir de dois eixos temáticos: *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* e *Tutelas à efetivação de direitos transindividuais*, para os quais há chamada de artigos. Podem enviar artigos pesquisadores com a titulação de mestre e/ou doutor; doutorandos, mestrados, assim como especialistas, graduados e graduandos integrantes de grupos de pesquisa. Especialistas, graduados e graduandos não integrantes de grupos de pesquisa ainda podem submeter artigos em coautoria com pesquisadores com a titulação de mestre e/ou doutor.

O eixo temático *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* abrange as seguintes temáticas:

- I – Multiculturalismo, Constituição e Direito Penal;
- II – Direito fundamental à segurança e o direito de liberdade;
- III – Patologias corruptivas e interesses públicos indisponíveis;
- IV – Relações tensionais entre mercado, Estado e sociedade;
- V – Garantias processuais dos bens públicos indisponíveis.

O eixo temático *Tutelas à efetivação de direitos transindividuais* abrange as seguintes temáticas:

- I – Direitos fundamentais e jurisdição;
- II – Proteção do consumidor como garantia fundamental constitucional;
- III – Transparência e participação na gestão pública;
- IV – Sustentabilidade urbana: institutos e mecanismos de efetivação;
- V – Garantias processuais dos bens transindividuais.

Para cada eixo temático há um painel e um grupo de trabalho.

Nos painéis há apresentação, aberta à comunidade, de pesquisas juristas convidados na qualidade de painelistas sob a moderação de um professor do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

As atividades dos grupos de trabalho são presididas por dois coordenadores e abertas à comunidade. Neles são apresentadas e debatidas as pesquisas cujos artigos foram selecionados pelo sistema de revisão dupla cega (*double blind peer review*).

Os artigos dos painelistas e os artigos apresentados nos grupos de trabalho são publicados em uma obra em formato e-book, disponibilizada no site da Fundação Escola Superior do Ministério Público

para a mais ampla transmissão dos resultados para a comunidade (<https://www.fmp.edu.br/publicacoes/>).

2.12.9 PUBLICAÇÕES E INCENTIVO

Além dos Anais do EGRUPE (encontro interinstitucional dos grupos de pesquisa), dos Anais do Salão de Iniciação Científica e dos e-books dos Seminários (Seminário Nacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis e o Seminário Internacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis), a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público mantém, em periodicidade semestral, a publicação da Revista da Faculdade de Direito da FMP (RFDF), a qual também adota, como linhas de pesquisa, *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* e *Tutelas à efetivação de direitos transindividuais*. A Revista da Faculdade de Direito da FMP (RFDF) se propõe a divulgar pesquisas nacionais e internacionais com acesso livre acesso de seu conteúdo para a comunidade (<https://www.fmp.edu.br/revista-fmp/>).

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público adota como política em suas publicações o acesso aberto, justamente para disponibilizar de forma gratuita o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização do acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, livros resultados de pesquisas são frequentemente publicados pela IES em formato e-book e oferecido livre acesso do seu conteúdo ao público (<https://www.fmp.edu.br/publicacoes/>).

Ainda nessa linha, a partir da pandemia da COVID-19, quando os eventos passaram a acontecer de forma virtual, foi criado um Canal da FMP no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCBEFTH-7doGwye5cbXWIOwA>) para fins de transmissão ao vivo e disponibilização de conteúdo de forma aberta para a comunidade.

2.12.10 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público mantém, em seu web site, uma página própria para a pesquisa (<https://www.fmp.edu.br/pesquisa/>), prestando informações sobre sua coordenação, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, iniciação à pesquisa científica, pesquisa institucional, os eventos permanentes, bem como publicando documentos institucionais relevantes, tais como o Regulamento da Iniciação à Pesquisa Científica e da Pesquisa Institucional, o Regulamento do Laboratório de Iniciação Científica, o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação e o Regulamento das Dissertações de Mestrado.

Existe ainda as páginas específicas dos Anais do Salão de Iniciação Científica (<https://www.fmp.edu.br/anais-do-sic/>), da Revista da Faculdade de Direito da FMP (<https://www.fmp.edu.br/revista-fmp/>) e uma para publicações em geral (<https://www.fmp.edu.br/publicacoes/>).

Para facilitar a comunicação interna e externa, há ainda um e-mail próprio para a Coordenação da Pesquisa coordenacao.pesquisa@fmp.com.br e o web site da Faculdade de Direito da Fundação

Escola Superior do Ministério Público, que é atualizado constantemente sobre informações relacionadas à pesquisa (eventos, bancas, chamada de artigos etc.), além do uso de redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), pelas quais se divulgam amplamente informações relacionadas à pesquisa.

2.13 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

2.13.1 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO EXTERNA

A Assessoria de Comunicação atua nas áreas de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda. Produz conteúdo para os diferentes veículos de comunicação da FMP, tais como: *Site*, *Blog*, *Jornal*, página no *Facebook* e perfil no *Twitter*. Atua, também, na busca de espaços de mídia espontânea na imprensa (mídias impressa, digital, rádio e TV).

A área de Jornalismo da FMP atua diretamente no Projeto FMP na Imprensa, distribuindo material dirigido a jornalistas com a intenção de auxiliá-los na elaboração das reportagens. Trata-se do Guia de Fontes Jurídicas no qual relacionamos professores da FMP entre as variadas áreas do Direito. A iniciativa, muito bem avaliada pela imprensa gaúcha, demanda publicações e entrevistas como fonte de informações, cada vez mais. Dentro do Projeto FMP na Imprensa, também é realizado anualmente, workshop dirigido a jornalistas e estudantes de jornalismo com o intuito de qualificá-los para um melhor entendimento sobre o sistema judicial.

2.13.2 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA

Fruto dos processos avaliativos, previstos no PDI, a FMP construiu e passou a contar com estratégias e meios atualizados de comunicação interna, com a seguinte descrição:

Setor de Endomarketing: Fonte formal de informação Institucional. Atua com o objetivo de garantir o conhecimento de todos os colaboradores com relação ao que acontece internamente, sejam eventos, celebrações, integrações, mudanças, conquistas, novidades e etc. O setor também tem a missão de motivar e engajar os colaboradores, nas ações e campanhas propostas, além de reforçar os norteadores estratégicos e disseminar a cultura organizacional com a finalidade de fortalecer a parceria entre Instituição e colaborador.

As ferramentas de uso do Endomarketing são:

- **E-mail Institucional** – dho@fmp.com.br (setor de Desenvolvimento Humano e Organizacional): Utilizado para a comunicação formal dos acontecimentos internos. É o meio que atinge a maioria do nosso público interno (Administrativo e Docente), com exceção da equipe de Infraestrutura. Para compensar esse déficit, recorre-se aos outros recursos para diálogo com eles, como por exemplo, aplicativo instantâneo de bate-papo – WhatsApp; cartazes e reuniões com a equipe.
- **Fique Ligado e/ou Agenda:** Informativo digital, enviado por e-mail, semanalmente, e que contém os principais acontecimentos que já ocorreram ou que estão por vir.
- **WhatsApp Institucional FMP:** Grupo para todos os colaboradores no aplicativo instantâneo de bate-papo. Participar do grupo é opcional e a ferramenta é utilizada como complemento dos

anúncios e comunicados enviados por e-mail, além de ser um recurso para diálogos momentâneos.

- **Microsoft Teams:** Ferramenta corporativa de mensagens instantâneas, implantada recentemente.
- **Você Pediu, FMP Atendeu:** Campanha específica para dar retorno quanto as solicitações ou sugestões feitas pelos colaboradores, através das pesquisas de satisfação ou do Canal Aberto da CPA. O material é enviado por e-mail e WhatsApp.
- **Murais:** Espaço físico para reforçar os anúncios, comunicados, ações e campanhas.

Reuniões de Área e Setoriais: Reuniões periódicas entre líder e equipe, para atualizações sobre a Instituição, definições e acompanhamentos específicos da Área/Setor.

Avaliação de Desempenho: Reunião, anual, entre líder e liderado para feedback de desempenho, além de um espaço aberto para ouvir e falar, fazer avaliação e verificação sobre as expectativas da Instituição e Líder sobre o profissional, assim como do colaborador com relação a sua liderança e sobre a FMP.

Anúncios nas Confraternizações Mensais e na Festa de Final de Ano: Utiliza-se um espaço nestes eventos para anúncios advindos da Alta Gestão (Presidência e Diretoria) e/ou Gestão de Pessoas. Os temas são variados, de acordo com a necessidade do momento, porém costuma ser um bom recurso de contato com os colaboradores, de maneira mais calorosa e descontraída.

Reuniões “surpresa” para anúncios: Acontecem esporadicamente, com assuntos diversos e comunicação espontânea. Utilizado pela Alta Gestão (Presidência e Diretoria) e/ou Gestão de Pessoas, de acordo com a necessidade.

Café com o Presidente: Um evento em formato de café da manhã, em que o Presidente compartilha as informações da sua gestão como, por exemplo, as metas corporativas, valorizando missão, visão e valores da Instituição.

Vídeo de prestação de contas da Gestão: Ocorre, geralmente, no início do ano, onde o Presidente reúne os colaboradores e apresenta a prestação de contas da gestão, informado os resultados financeiros e os principais itens de evolução da Gestão.

Feed Coffee: Uma iniciativa que está sendo testada há alguns meses, pela Área de Gestão de Pessoas para, futuramente, ser um novo formato de acompanhamento e *feedback*. Consiste em pequenas reuniões mensais, líder e liderado se encontram para tomar um café e trocar *feedback*, fazer alinhamentos e acompanhamentos.

Ressaltamos que estes canais de comunicação são usados igualmente como recursos para expor más notícias. Como exemplo, citamos: informações sobre desconto de contribuições do sindicato; anúncio sobre falecimento de familiares dos colaboradores; anúncio de rescisões; anúncios sobre obras/reformas na copa ou banheiro, impossibilitando o uso; etc.

Estimulamos a comunicação transparente e próxima, tanto Instituição para colaborador, quanto colaborador para Instituição. São vários os canais disponíveis para que isso aconteça, também considerando as vias formais e as informais. Elencamos, principalmente, os recursos a seguir:

- **Canal Aberto FMP:** Ferramenta Institucional, online, para que qualquer colaborador possa dar sugestões de melhorias, ideias inovadoras ou elogios à FMP. O recurso possibilita que as

demandas reportadas sejam anônimas ou identificadas, para que se tenha um retorno direto. É possível acessá-la na Instituição, através dos *totens*, de casa ou em qualquer lugar que possua internet. Através do Canal Aberto recebemos solicitações diversas, que podem ser atendidas ou não. Todas são avaliadas pela Gestão de Pessoas, que encaminha para o Setor envolvido para providências, quando necessário.

- **Pesquisa de Satisfação:** Após os eventos realizados para colaboradores, na FMP, disponibilizamos uma pesquisa de satisfação, para que os colaboradores possam opinar sobre a qualidade do evento e fazer sugestões de melhoria. Os resultados são encaminhados para a Alta Gestão e Lideranças das Áreas envolvidas.
- **Reuniões de Área e Setoriais:** Estas reuniões funcionam como um momento de fala e escuta entre líder e equipe, um espaço aberto para dar voz aos colaboradores. Além disto, nesta ocasião também são colhidas questões para o evento Café com Presidente.
- **Avaliação de Desempenho:** Espaço aberto para ouvir e falar entre colaborador e liderança.
- **Café com o Presidente:** evento de aproximação entre Presidência e colaboradores, para perguntas e respostas.
- **Gestão de desenvolvimento Humano e Organizacional:** Os colaboradores sentem-se à vontade para recorrer à Área para dar ideias, fazer solicitações e sugestões. Acreditamos que o contato próximo estimula o vínculo forte e um bom clima interno. Muito dos itens que foram expostos nesses encontros já foram atendidos, como: Plano de Saúde estendido aos familiares, Convênio Farmácia, Dia da Fruta (estimulando uma alimentação mais saudável), Programa de Incentivo Educacional Ensino Fundamental e Médio, bem como melhoria dos eventos de confraternizações.
- **Líderes:** Os Gestores, Supervisores e Coordenadores também tem a missão de ser um canal para ouvir os colaboradores. Acreditamos que o vínculo entre os profissionais com sua liderança é essencial para a comunicação transparente e para o bom clima interno, exercendo essa função de forma natural, humana e direta, propiciando que seja visto com esse papel.

2.13.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um órgão de apoio estratégico e especializado, além de eficaz mediadora na busca de soluções de conflitos e eficiente agente promotor de mudanças. Atenta aos princípios constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, a Ouvidoria é um canal de comunicação, imparcial e independente, consolidada como instrumento de democracia participativa.

A Ouvidoria da Fundação Escola Superior do Ministério Público, vinculada à Direção da Faculdade de Direito, resguardada sua independência funcional no âmbito de suas atribuições, é um órgão que tem como finalidade a interlocução das questões que envolvem a gestão e a Direção da instituição, comunidade universitária e a comunidade externa, garantindo o acesso, a promoção, a defesa dos direitos individuais e coletivos em suas relações com a Fundação Escola Superior do Ministério Público, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas.

Distinta dos demais canais de comunicação da instituição, a Ouvidoria avalia e dá encaminhamento às demandas, observando as determinações legais, no que se refere ao sigilo de dados pessoais. Cabe à Ouvidoria a mediação de conflitos que possam causar transtornos, danos,

inconveniência ou impasse à organização ou ao seu público interno e externo, garantindo o direito de resposta às manifestações no menor prazo possível e de forma objetiva. Sua principal função é de caráter colaborativo com a administração superior e demais instâncias institucionais acadêmicas.

O ouvidor defende os direitos e os interesses do cidadão dentro da instituição. Recebe, avalia e encaminha as demandas, buscando soluções, observando rigorosamente as determinações legais relativas ao sigilo dos usuários. Garante, ainda, o direito de resposta às demandas de forma imparcial e transparente. A independência e a autonomia são os pilares centrais da Ouvidoria, que garantem maior mobilidade e rapidez na busca de soluções.

A Ouvidoria da Fundação Escola Superior do Ministério Público tem como principais objetivos:

- Instituir canais oficiais de recebimento de reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios, visando assegurar uma gestão articulada e compartilhada com as comunidades interna e externa da Instituição; promover o acesso aos direitos da comunidade universitária, incluindo estudantes, técnicos administrativos, professores e demais trabalhadores, bem como os da comunidade externa;
- Promover, junto às instâncias acadêmicas e administrativas, medidas que favoreçam a participação da comunidade interna e externa na garantia dos direitos cidadãos e na promoção da melhoria das atividades desenvolvidas pela Instituição;
- Encaminhar às devidas autoridades de gestão acadêmica e administrativa as demandas acolhidas relativas ao funcionamento administrativo e acadêmico da Faculdade de Direito, a fim de contribuir para uma gestão institucional mais eficiente, de excelência no ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para o monitoramento das regras e procedimentos acadêmicos, administrativos e institucionais através da coleta, sistematização e divulgação de informações, inclusive através de relatórios anuais sobre as demandas requeridas e seus respectivos encaminhamentos.

Cabe ainda à Ouvidoria da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP/RS exercer suas funções com ética, zelo, transparência, integridade, dignidade e respeito, características compatíveis com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição da República Federativa do Brasil, Regimento Interno e ao Projeto Político Pedagógico da Instituição.

Para além de tais objetivos, a Ouvidoria da FMP deve elaborar um plano de trabalho anual com ações de promoção, a conciliação e mediação de conflitos que possam ocorrer no âmbito acadêmico; o processamento de informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de subsidiar a avaliação dos serviços prestados, em especial no que se refere ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Fundação Escola Superior do Ministério Público; o desenvolvimento de mecanismos de acesso à Ouvidoria e de encaminhamento das manifestações acolhidas; o monitoramento e o acompanhamento da tramitação das respostas; a notificação das providências tomadas ao demandante; e, finalmente, a orientação à comunidade universitária interna e externa sobre os procedimentos para o encaminhamento de suas demandas.

A Ouvidoria poderá, a pedido do demandante, manter sob sigilo seu nome, salvo nos casos em que sua identificação, junto aos órgãos da Faculdade, seja indispensável para a solução do problema ou para responsabilização em caso de denúncia totalmente infundada.

É importante ressaltar que a Ouvidoria não será responsável pela apuração de denúncias ou por qualquer providência relacionada ao processo administrativo que venha a ser instaurado a partir de ações desenvolvidas pela mesma.

No cumprimento de suas atribuições, a Ouvidoria poderá contar com a colaboração de estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos em educação, devendo ser feita solicitação fundamentada aos respectivos órgãos de gestão e administração da Fundação Escola Superior do Ministério Público-RS.

2.14 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A presente quadra da história demonstra claramente que a progressiva internacionalização do ensino superior não é mais uma opção, mas uma necessidade para o pleno desenvolvimento dos objetivos das Instituições de Ensino Superior. A revolução digital acelerou a dinâmica de interconexão econômica, cultural, social e educacional em escala global, aprofundando o processo de mundialização das estruturas de troca de bens, serviços e informações. Com isso, muitos dos desafios anteriormente pensados em nível local ou regional passam a ter um alcance global: sustentabilidade, cidades, saúde, direitos humanos, entre outros, e, com isso, passam cada vez mais a exigir a existência de dinâmicas formativas e educacionais voltadas à compreensão e solução destas questões.

Nessa linha, com o objetivo de qualificar a tríade formada por ensino, pesquisa e extensão, a FMP busca na internacionalização ativa uma estratégia para a ampliação da troca de experiências e conhecimentos, possibilitando aos estudantes, pesquisadores e docentes uma renovação constante de competências e habilidades. As inovações trazidas pelas novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tornam possível um intercâmbio mais rápido, imediato e efetivo com o ambiente de pesquisa e docência de universidades estrangeiras, de forma a fomentar a reflexão e a prática dos valores do pluriculturalismo, da inclusão e da inovação, cada vez mais necessários em uma realidade global regida pela integração tecnológica e cultural, além de consolidar valores como a cooperação e a solidariedade na cultura institucional.

Estratégias e objetivos:

- A. Promover e manter intensa integração e cooperação com outros Programas e/ou com outras Instituições de Pesquisa, com programas Internacionais, que possibilitem em todos os níveis da graduação à Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*:
 - mobilidade docente e/ou estudantil em projetos aprovados em programas internacionais de reconhecida qualidade,
 - projetos de cooperação com outros programas de docência e pesquisa, especialmente financiados por organismos oficiais;

- projetos desenvolvidos em parceria com instituições públicas ou com organismos privados;
- realização de eventos em conjunto (simpósios, congressos, oficinas, etc.);
- publicações conjuntas;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos;
- realização de cursos em parceria;
- co-orientação de teses e dissertações;
- realização de mestrado ou doutorado interinstitucional.

Aumentar as publicações em periódicos estrangeiros ou de publicações no idioma inglês;

- B. Incentivo à inserção de periódicos nacionais em bases indexadoras internacionais;
- C. Celebração de convênios de cooperação acadêmica com centros de excelência no exterior, transformando iniciativas pontuais em intercâmbios de docentes e discentes para publicação de trabalhos conjuntos ou em veículos estrangeiros;
- D. Formação de redes internacionais de pesquisa, com a entrega de produtos específicos, resultantes de pesquisas de longa duração;
- E. Incentivo à concorrência por linhas de financiamento de pesquisa no Brasil e no exterior;
- F. Publicações conjuntas de pesquisadores nacionais e estrangeiros em periódicos indexados, bem como a recepção de docentes e discentes em PPGDs, com reciprocidade de contatos, para atividades acadêmicas as mais diversas.

2.15 POLÍTICA DE RELAÇÕES CORPORATIVAS

A FMP desenvolve uma política ampla de formação de parcerias institucionais e estratégicas, com o propósito de (a) colaborar na difusão do conhecimento, ofertando cursos e atividades formativas em cooperação com as instituições conveniadas; (b) possibilitar o acesso à educação de qualidade por segmentos específicos, organizados em associações ou instituições dos mais diversos setores de atuação; (c) cumprir o papel social de toda Instituição de Ensino Superior, agindo para a promoção da qualidade na educação e para a qualificação cultural de todos os interessados.

Para o desempenho dessa missão, a FMP possui atualmente parcerias institucionais e estratégicas, mediante convênios ou termos de cooperação, com mais de 80 instituições ou associações. As parcerias contemplam a concessão de bolsas no curso de graduação, em cursos de pós-graduação e em cursos preparatórios para concursos, suprimindo as necessidades formativas específicas dos diversos públicos. Há também a possibilidade de estruturação de cursos *in company*, para atendimento a demandas particularizadas de formação e resposta às necessidades do público interessado.

Entre as parcerias institucionais e estratégicas, é interessante destacar algumas, pelo extenso número de associados que integram as instituições parceiras, evidenciando o imenso potencial de

alcance dos cursos ofertados. Assim, de forma exemplificativa, entre as dezenas de entidades, podem ser lembradas as seguintes parcerias: AASP – Associação dos Advogados de São Paulo; ESA – Escola Superior da Advocacia – OAB/RS; FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – SINPRO/RS

Além das parcerias indicadas, existem convênios e termos de cooperação com todas as principais associações e instituições ligadas às carreiras jurídicas e às Instituições de Estado (Advocacia Pública, Magistratura, Ministério Público, Registradores Públicos, Polícia Federal, etc.), demonstrando o relacionamento intenso e produtivo nas atividades de formação e qualificação culturais dos integrantes das mencionadas categorias profissionais. Em seu todo, a estratégia de integração tem por objetivo o crescimento sustentado e conjunto de todos os participantes, ampliando a rede de difusão do saber.

3 PLANO DE OFERTA DE CURSOS

3.1 GRADUAÇÃO PRESENCIAL

Não previsto abertura de novos cursos de graduação presencial durante a vigência deste PDI.

3.2 PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL LATO SENSU

Quadro 02 - Novos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Ano Pretendido	Curso	CH	Grau	Nº de Vagas
2024	Governança e Direito Empresarial	360	Especialização	50
2024	Combate à Corrupção e à Macrocriminalidade	360	Especialização	50
2024	Investigação Criminal	360	Especialização	50

Fonte: Planejamento Estratégico FMP, 2023

3.3 PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL STRICTO SENSU

Quadro 03 - Novos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Ano Pretendido	Curso	CH	Grau	Períodos	Nº de Vagas	Turnos
2024	Direito	430	Mestrado Profissional	4	30	noturno
2025	Direito	720	Doutorado Acadêmico	8	30	noturno

Fonte: Planejamento Estratégico FMP, 2023

3.4 GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Quadro 04 - Novo curso de Graduação EaD

Ano Pretendido	Curso	CH	Grau	Períodos	Periodicidade Integralização	Nº de Vagas	Turno
2025	Direito	3735	Bacharelado	10	Semestral	600 vagas anuais	EaD

Fonte: Planejamento Estratégico FMP, 2020

3.5 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Quadro 05 - Novos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu EaD*

Ano Pretendido	Curso	CH	Grau	Nº de Vagas
2024	Combate à Corrupção e à Macrocriminalidade	360	Especialização	1000
2024	Investigação Criminal	360	Especialização	1000
2024	Direito Fundacional	360	Especialização	1000
2024	Advocacia Trabalhista e Previdenciária	360	Especialização	10.000
2024	Direito Marítimo, Portuário e Negócios Internacionais	360	Especialização	1000
2024	Gestão, Governança e Compliance	360	Especialização	1000

Fonte: Planejamento Estratégico FMP, 2022

3.6 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD

Quadro 06 - Novos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu EaD*

Ano Pretendido	Curso	CH	Grau	Períodos	Periodicidade Integralização	Nº de Vagas	Turnos
2025	Direito	450	Mestrado Profissional ou Acadêmico	4	Semestral	50	EAD

Fonte: Planejamento Estratégico FMP, 2022

4 GESTÃO DO CORPO DOCENTE

4.1 O CORPO DOCENTE DA FMP

O corpo docente da Faculdade é constituído por professores portadores de título de pós-graduação. Independente desse contexto há a preocupação com a Formação Continuada Docente, ou seja, a atualização e a qualificação dos professores para todas as suas funções na Faculdade.

Além da titulação, a Faculdade contempla a experiência do magistério superior em conjunto com a experiência profissional de atuação diversa na área do Direito, na qual os professores exercem ou exerceram atividades como promotores de justiça, juízes, procuradores, advogados. Assim, com sua expertise de atuação profissional, contextualizam e enriquecem a formação oferecida no curso de graduação e nos de pós-graduação, bem como nos programas de pesquisa e na extensão.

A seleção de pessoal docente da Faculdade de Direito da FMP é realizada por processo criterioso e devidamente divulgado. O processo avalia os candidatos a partir da efetiva capacidade didática e técnica, bem como em função da titulação, nos termos do respectivo Edital aprovado pela Direção Superior da Faculdade de Direito da FMP, atendido o Plano de Carreira Docente. A forma de contratação e os critérios de avaliação de desempenho são regulamentados pela Instituição também no Plano de Carreira Docente.

A Faculdade tem expressivo percentual de docentes em tempo integral e parcial que se dedicam ao atendimento das atividades que demandam as finalidades institucionais, como:

- aulas na graduação, na pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e EAD, no programa de pós-graduação *stricto sensu*, além dos cursos preparatórios para a carreira do MP, também nas modalidades presencial e EAD;
- orientação de trabalhos de conclusão de curso e atividades e eventos de extensão;
- desenvolvimento de pesquisa e de grupos de estudo e pesquisa, para inserção do aluno na iniciação científica e para fomentar a pós-graduação *stricto sensu*;
- participação no Núcleo Docente Estruturante, Colegiado Superior e no Colegiado de Curso, espaços institucionais que realizam discussões riquíssimas para a construção e a atualização dos temas que são foco de estudo na Faculdade.

Situação Atual

a. Titulação

Quadro 07 – Titulação do Corpo Docente

Titulação	Quantidade	Percentual
Doutor	25	56,82%
Mestre	18	40,91%
Especialista	1	2,27%
TOTAL	44	100%

Fonte: Assessoria Direção e Coordenação de Curso – 2023

b. Regime de Trabalho

Para o desenvolvimento das atividades docentes, a Faculdade de Direito da FMP adota os seguintes Regimes de Trabalho, de acordo com as normas do Ministério da Educação:

- a) Regime de Tempo Parcial - Docentes contratados para prestação de doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas reservado, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) do tempo para estudos, gestão, extensão, pesquisa, planejamento, avaliação e orientação de alunos;
- b) Regime de Tempo Integral - Docentes contratados para prestação de quarenta (40) horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas reservado o tempo de, pelo menos, vinte (20) horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação;
- c) Horistas – Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem em outro regime de trabalho, nelas reservado, pelo menos, dez (10%) do tempo para atividades extraclasse.

As horas de trabalho não utilizadas como carga didática do docente serão cumpridas de acordo com o Plano de Ensino, observadas as seguintes atividades extraclasse:

- Preparo de aulas;
- Trabalhos acadêmicos e complementares à docência;
- Desenvolvimento de estudos, pesquisa e atividades de extensão;
- Atendimento e orientação ao aluno;
- Preparação e correção de provas e exames;
- Participação em bancas de TCC;
- Administração acadêmica.

Quadro 08 – Regime de Trabalho do Corpo Docente

Regime de Trabalho		
Integral	19	43,19%
Parcial	20	45,45%
Horista	5	11,36%
Total:	44	100%

Fonte: Assessoria Direção e Coordenação de Curso – 2023

4.2 COMPOSIÇÃO E EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Não existe, no âmbito deste PDI, previsão de novos cursos de graduação presenciais e os cursos de pós-graduação a serem instituídos, utilizarão os mesmos contratados.

4.3 GESTÃO DO CORPO DOCENTE

4.3.1 *POLÍTICAS DE CONTRATAÇÃO DOCENTE*

A contratação de docentes para a FMP é feita observando-se os seguintes aspectos:

- Postura ética;
- Formação Acadêmica adequada aos objetivos definidos no PPCs dos cursos;
- Experiência Profissional compatível que, aliada à formação acadêmica, possa contribuir para a formação do egresso com o perfil específico definido no PPCs, nas DCNs de Direito e no Projeto Pedagógico Institucional.

Entende-se como adequação do docente ao Projeto Pedagógico do Curso a sua capacidade em contribuir, de forma efetiva, para a orientação dos alunos na construção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Isso significa, em termos gerais, a contribuição para a formação de profissionais aptos a tomar decisões, fundamentadas em princípios científicos, com atitudes profissionais dentro dos preceitos da ética e da responsabilidade social.

Em princípio, coloca-se o Mestrado como titulação mínima exigida para o ingresso do docente na FMP. A dificuldade encontrada em algumas áreas, de pessoal titulado com experiência profissional sólida no mercado, permite, excepcionalmente, a alteração desse critério.

4.3.2 *PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE*

O Plano de Carreira Docente é o instrumento que regulamenta os procedimentos operacionais da política de pessoal docente da FMP.

As finalidades deste plano são:

- Regulamentar o ingresso, os direitos, vantagens, deveres e responsabilidades do corpo docente;
- Estimular o professor para o exercício eficaz e eficiente das funções que lhe cabem desempenhar;
- Determinar os regimes de trabalho docente e estabelecer a estrutura salarial da Instituição.

4.3.3 *PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO / QUALIFICAÇÃO DOCENTE*

4.3.3.1 *Qualificação docente*

Apoio da FMP à qualificação de Docentes

- Em programa de Mestrado e Doutorado:

A FMP possui o Programa de Mobilidade Acadêmica que inclui em seus convênios a possibilidade de realização de mestrado, doutorado e principalmente pós-doutorado, aos docentes da Faculdade. A FMP é conveniada com a Facoltà de Giurisprudenza della Università Degli Studi - Roma TRE, na cidade de Roma, Itália e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal.

- Na participação de eventos acadêmicos como encontros, conferências e congressos:

Compõe o orçamento, rubrica especial para apoio à participação de docentes, com trabalhos aprovados em encontros, conferências e congressos da área jurídica, de âmbito nacional ou internacional.

4.3.3.2. *Capacitação pedagógica*

O corpo docente conta com a intervenção do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para a formação continuada e acompanhamento da prática docente, nas seguintes propostas:

- **Acolhimento:** acolhimento, orientação e auxílio aos docentes admitidos para o bom desempenho das suas funções, apresentando a estrutura organizacional, técnica e pedagógica.
- **Capacitação:** considerando a necessidade de valorização e aprimoramento dos professores, bem como a atenção às constantes mudanças do cenário educacional, o NAP elaborou um projeto contínuo de capacitação docente. As atividades são dispostas no calendário letivo, as quais abrangem temas norteadores a considerar as demandas institucionais, de mercado e de estratégias pedagógicas.

A capacitação envolve convidados, palestrantes e a equipe do Núcleo, desenvolvendo cada proposta de intervenção, e também, considera assuntos convenientes e sugeridos pelo grupo de professores. A partir da avaliação das atividades, e em planejamento com a equipe diretiva da faculdade, o projeto é potencializado e adequado para novas edições.

- **Atendimento:** contribuição e orientação aos professores, por solicitação, na organização do planejamento de ensino, na metodologia adotada, na definição dos critérios de avaliação, na escolha dos instrumentos avaliativos e de ensino de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e o calendário acadêmico.

Estas atividades e ações estendem-se também aos professores estrangeiros que realizam atividades na Faculdade em todos os níveis e modalidades de ensino.

Com a finalidade de harmonizar as atividades docentes com as necessidades dos Projetos Pedagógicos de Curso, e, considerando as diversas origens formativas dos docentes, a Instituição orienta seus professores, a cada semestre, nos seguintes aspectos:

Quanto à FMP:

- Missão, Visão, Valores e Diretrizes;
- Objetivos institucionais e o contexto regional; e,
- Políticas institucionais, constantes no PDI e suas aplicações no curso.

Quanto ao Curso:

- Objetivos do curso;

- Perfil do egresso: habilidades e competências gerais e específicas do egresso;
- Contribuição do seu trabalho para o perfil do egresso e os objetivos do curso;
- Plano de Ensino Aprendizagem, Plano da Disciplina e Plano de Curso;
- Metodologia de Ensino associada aos objetivos da disciplina ministrada;
- Metodologia de Avaliação associada aos objetivos de aprendizagem e tratamento dos resultados;
- Atuação do NDE e do Colegiado de Curso.

4.3.3.3. Avaliação docente

Os docentes são avaliados semestralmente, através de formulário específico, disponibilizado no ambiente virtual, seguindo a definição dos padrões de qualidade.

São observados os seguintes atributos:

- receptividade e prontidão;
- retorno aos questionamentos discentes;
- a dinamicidade e a qualidade das aulas;
- as informações sobre os critérios das atividades de avaliação;
- apresentação de exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional;
- atualização com relação à interação conteúdo e prática;
- promoção da compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- análise das competências previstas no PPC, considerando o conteúdo abordado e a profissão;
- promoção de ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- exposição de conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- apresentação de exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- elaboração de atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações com funções diagnóstica, formativa e somativa, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

4.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOCENTE

A FMP tem previsão no Plano de Carreira da contratação por prazo determinado de professores temporários para eventuais substituições. Os docentes contratados em caráter eventual deverão atender aos mesmos aspectos observados para a contratação dos demais docentes do quadro.

5 GESTÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E TUTORES EM EAD

5.1 O CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo é constituído pelos colaboradores que atuam nos diversos setores da Instituição, dando sustentação às atividades demandadas pela Faculdade.

O corpo de tutores da FMP faz parte do corpo técnico administrativo.

5.2 COMPOSIÇÃO E EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 09 – Composição Corpo Técnico Administrativo

CARGOS	QUANTIDADE
ADVOGADO	1
AUX. SERVIÇOS GERAIS I	3
AUX. SERVIÇOS GERAIS II	6
AUX. DE SER. GER. E MANUTENÇÃO	1
AUX. SERVIÇOS GERAIS - COPA	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	7
AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	9
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	7
ASSISTENTE SOCIAL	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	6
TÉCNICO ADMINISTRATIVO II	2
TÉCNICO ADMINISTRATIVO III	11
ENCARREGADO	8
ASSESSOR	12
COORDENADOR	8
SUPERVISOR	8
GESTOR	3
TOTAL	95

FONTE: Departamento Pessoal - 11/2022.

Não existe previsão de expansão de corpo técnico-administrativo no âmbito deste PDI.

5.3 GESTÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.3.1 POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO

A contratação de pessoal técnico-administrativo está vinculada às necessidades explicitadas e aprovadas pela Mantenedora relacionadas ao apoio e à gestão das atividades acadêmicas e administrativas e de acordo com o Plano de Carreira Técnico-administrativo em vigor.

O contrato de trabalho vinculado à CLT terá as vagas disponíveis preenchidas mediante avaliação da formação e das competências e habilidades definidas para o cargo, bem como avaliação psicotécnica coerente com as atividades a serem desenvolvidas.

5.3.1.1 Política de Contratação de Tutores em EaD

A contratação de tutores estará vinculada à capacidade do futuro tutor em contribuir para a formação do egresso com o perfil definido no projeto pedagógico da pós-graduação *lato sensu*.

Para compor seus quadros, a Instituição buscará, preferencialmente, tutores especialistas, mestres e doutores com formação adequada aos Projetos Pedagógicos dos cursos e experiência profissional na modalidade de educação a distância.

Entende-se como adequação do tutor ao Projeto Pedagógico do curso a sua capacidade em contribuir, de forma efetiva, para a orientação dos alunos na construção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Isto significa, em termos gerais, a contribuição para a formação de profissionais aptos a tomar decisões, fundamentadas em princípios científicos, com atitudes profissionais dentro dos preceitos da ética e da responsabilidade social.

A forma de contratação e os critérios de avaliação de desempenho serão regulamentados, em item específico, pela Instituição, no Plano de Carreira correspondente.

Os tutores serão classificados quanto à atuação em Tutor a Distância e Tutor Presencial:

- **Tutor a Distância**

Definição: o tutor a distância, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional graduado na área do curso, devidamente capacitado para uso das Tecnologia de Informação e Comunicação - TICs, que atua a partir da instituição e por meio do ambiente virtual de aprendizagem, medeia o processo pedagógico entre estudantes geograficamente distantes.

Atribuições:

- a) **esclarecer** dúvidas pelos fóruns de discussão na internet, pelo telefone, pela participação em videoconferências;
- b) **promover** espaços de construção coletiva de conhecimento;
- c) **selecionar** material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos;
- d) **assistir ou auxiliar** o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

- **Tutor Presencial**

Definição: o tutor presencial, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional graduado na área do curso, devidamente capacitado para uso das TICs, que atende aos alunos nos polos, em horários preestabelecidos.

Atribuições:

- auxiliar** os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao âmbito de sua atividade, bem como ao uso das tecnologias disponíveis;
- participar** de momentos presenciais obrigatórios;
- auxiliar ou assistir** o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

5.3.1.2 Critérios de Seleção e Requisitos de titulação para contratação de tutores

Serão selecionados, dentre os candidatos inscritos, os *currículos* que apresentarem titulação compatível, experiência na área profissional correlata ou na atividade de tutoria e possibilidade de participação em programas específicos de treinamento da FMP.

Após a seleção de *curriculum* o candidato à tutoria submeter-se-á à entrevista técnica com o gestor do Núcleo de Educação a Distância, entrevista comportamental com o RH da Instituição, bem como testes de avaliações psicotécnicas para contribuir na realização do parecer final das entrevistas.

A contratação é de responsabilidade da Entidade Mantenedora com critérios adequados à legislação trabalhista.

O Corpo de tutores da FMP será constituído de profissionais, preferencialmente, com no mínimo a titulação de especialista.

Quadro 10 – Tutores x Titulação

DEMONSTRATIVO DE TITULAÇÃO		
TÍTULO	N. TIT.	%
Doutor	0	0
Mestre	5	100%
Especialista	0	0
TOTAL	5	100%

Fonte: NEAD - 2023

5.3.2 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

O processo de recrutamento e seleção da FMP dá-se mediante a identificação/mapeamento das solicitações de aumento e/ou reposição do quadro de pessoal, assim como da definição da necessidade de contratar novos colaboradores e da decisão de quantos e quais cargos serão providos na Instituição.

O Plano de Carreira do corpo técnico-administrativo é destinado a estabelecer critérios para o preenchimento de vagas e a organizar os cargos, tendo por base a gestão de talentos, assegurando a continuidade das ações administrativas e financeiras e a excelência dos serviços prestados pela Instituição. Este documento estabelece as possibilidades de promoção, horizontal e vertical e, o regime de trabalho que está de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, pela qual são regidos todos os contratos. O Plano de Carreira contempla, ainda, as possibilidades e critérios para as promoções e as metodologias que serão utilizadas para a avaliação de desempenho.

5.3.3 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

A fim de auxiliar os colaboradores a descobrir e desenvolver seus talentos, gerenciar sua carreira, crescer profissionalmente e se desenvolver como pessoa, a Instituição tem como políticas e práticas de qualificação os processos descritos abaixo:

- **Avaliação de Desempenho:** o processo de Avaliação de Desempenho visa promover o desenvolvimento dos colaboradores da FMP, através da cultura de feedback, subsidiando o levantamento das necessidades de treinamento, para posterior utilização no Programa de Treinamento e Desenvolvimento de Colaboradores, potencializando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.
- **Plano de Carreira:** a FMP possui o Plano de Carreira Administrativo e Plano de Carreira Docentes, aos quais permitem a possibilidade do colaborador trilhar sua carreira na Instituição. Dessa forma é possível o colaborador se desenvolver e crescer profissionalmente, considerando sua performance, entregas de qualidade e produtividade. Para ocorrer promoção horizontal é necessário que haja vaga no quadro de lotação. Ambos os planos estão disponíveis para nossos colaboradores.
- **PIE - Programa de Incentivo Educacional:** Programa que visa subsidiar até 50% (de acordo com teto mensal estipulado) do valor das mensalidades de cursos superiores e de pós-graduação, com pertinência a as atividades desenvolvidas na FMP. Também disponibilizamos descontos nos cursos de Graduação em Direito da FMP conforme o desconto previsto em Convenção Coletiva da categoria, sendo extensivo aos seus dependentes.

Nos cursos de Mestrado e Doutorado o reembolso é de 60% (conforme teto específico para Mestrado e para Doutorado) nas mensalidades.

Disponibilizamos também o Programa de Incentivo Educacional para Ensinos Fundamental e Médio com o percentual de 100% de reembolso das mensalidades.

- **PIE IDIOMAS - Programa de Incentivo Educacional – Idiomas:** programa que visa subsidiar até 80% (conforme teto mensal estipulado) do valor das mensalidades de cursos de

idiomas que o colaborador optar. O colaborador pode permanecer até um ano no programa, para cada módulo.

- **Programas de Treinamentos:** Após o levantamento de necessidades de treinamento, desenvolvido pela área de Desenvolvimento Humano e Organizacional em conjunto com as lideranças de cada setor, seja por meio de situações diárias ou na avaliação de desempenho, é construído o planejamento dos treinamentos que serão desenvolvidos e executados ao longo do ano. As capacitações visam desenvolver as competências comportamentais e técnicas do colaborador conforme as necessidades específicas de cada área da Instituição. Todas as equipes são incluídas nos treinamentos, conforme a demanda, priorizando as necessidades mais urgentes.
- **Acervo de Colaboradores:** o Programa de Incentivo a Leitura visa proporcionar ao colaborador, por meio da leitura, a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora.

Para isso, o programa oferece um acervo de livros e DVD's, para empréstimo exclusivo aos colaboradores, bem como oficinas, saraus, narração de histórias, recitais de poesia, além de encontro com autores e ilustradores e leituras orientadas.

5.3.4 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CORPO DE TUTORES

A Política de Capacitação e Qualificação de Tutores da FMP tem por objetivo desenvolver e manter a qualidade do corpo de Tutores que atuam na IES e está estruturada em: apoio à qualificação e titulação de tutores; incentivo à participação em eventos científicos, em Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão e cursos de aperfeiçoamento e capacitação.

Para ingressar na política de qualificação, o tutor deve apresentar justificativa ao gestor do Núcleo de Educação a Distância e o plano de estudos. O tutor deverá apresentar relatório após o término das atividades.

A política de capacitação/aperfeiçoamento do corpo de tutores da FMP visa agregar o domínio do conhecimento científico específico de sua área e as competências pedagógicas necessárias ao exercício da tutoria. Para tanto, existe a constante preocupação no sentido de implementação de programas de capacitação, com vistas ao melhor desempenho pedagógico na tutoria a distância. Esse programa prevê a capacitação nos seguintes temas:

- operacionalização do projeto pedagógico de curso;
- validação de conteúdos de aprendizagem;
- aplicação de estratégias de aprendizagem e de mediação pedagógica;
- acompanhamento pedagógico das atividades dos estudantes durante o processo formativo;
- utilização de recursos tecnológicos no processo de mediação de aprendizagem;
- domínio das competências comunicacionais;
- domínio das tecnologias digitais empregadas no curso.

5.3.4.1 Procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos tutores

A Avaliação da atuação dos tutores ficará a critério do Gestor do NEAD e da CPA. Os Instrumentos de avaliação da CPA serão aplicados para cada uma das disciplinas mediadas pelo tutor.

5.3.5 POLÍTICAS DE BENEFÍCIOS DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Como forma de proporcionar as melhores condições, o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, além do bem-estar dos colaboradores, a FMP preocupa-se constantemente em oferecer benefícios diferenciados, conforme descrito abaixo:

- **Vale-Refeição:** cartão Alelo Refeição com o valor estipulado por dia útil, trabalhado no mês, creditados no 1º dia útil de cada mês.

- **Vale-Alimentação** (benefício concedido após 90 dias de contratação): cartão Alelo Alimentação, com o valor estipulado mensal, creditados no 1º dia de cada mês.

- **Assistência Médica Familiar** (benefício concedido após 90 dias de contratação): O colaborador poderá optar entre as opções de plano: **Unimed Unipart Global ou Unipart Ambulatorial**, ambos são extensivos aos seus dependentes.

- **Unipart Global** (com internação): Nessa opção são cobradas coparticipações nas consultas e exames.

- **Unipart Ambulatorial** (sem internação): Nessa opção não são cobradas coparticipações nas consultas e exames, exceto em determinadas especialidades de consultas.

O colaborador contribui com apenas com 5% do total das mensalidades, esse desconto é realizado em folha de pagamento. A FMP paga 95% do total das mensalidades dos seus colaboradores. O valor das mensalidades é conforme faixa etária do colaborador e de seus dependentes e o reajuste anual das mensalidades ocorrem conforme cláusula contratual Unimed.

- **Assistência Odontológica** (benefício concedido após 90 dias de contratação): Plano Odontológico Uniodonto destinado aos colaboradores e extensivo aos dependentes.

Não possui carências e nem custo nos procedimentos.

- **Plano de Previdência Privada Icatu** (benefício concedido após 1 ano de casa): Pensando no futuro dos nossos colaboradores realizamos para fundo de renda complementar para aposentadoria o recolhimento mensal, de forma progressiva proporcional ao tempo de casa, de 1 a 5% do salário do colaborador. A contribuição por parte do colaborador é opcional e ele pode definir o percentual que deseja recolher para o plano de previdência privada.

- **Seguro Morte e Invalidez Icatu** (benefício concedido após 1 ano de casa): este benefício tem por objetivo garantir aos beneficiários uma indenização pelo falecimento do segurado por causa acidental ou no caso de invalidez total ou parcial causada por acidente com renda vitalícia.

- **Adicional por Tempo de Serviço:** Conforme estabelecido na Convenção Coletiva, há um adicional na forma de quadriênio (a cada 4 anos trabalhados) equivalente a 3% (três por cento) sobre o salário base, tendo como teto máximo o limite de 20%.
- **Cartão de Crédito Good Card** (benefício concedido após 90 dias de contratação): se for de interesse do colaborador, ele pode optar pelo cartão de crédito Good Card, que permite parcelamento de compras em até 3 vezes (conforme disponibilidade de cada estabelecimento) com desconto em folha de pagamento. O limite para compras é de 10% do salário base.
- **Empréstimo Consignado Itaú** (benefício concedido após 90 dias de contratação): Se for de interesse/necessidade do colaborador, há a opção de realizar um empréstimo consignado no banco Itaú com o limite de até 30% do seu salário base por parcela. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho, serão descontados 30% do valor líquido da rescisão para quitação do saldo devedor do empréstimo, conforme legislação do Consignado contratado. O saldo devedor restante se tornará um empréstimo pessoal, devendo ser negociado diretamente com o banco.
- **Estacionamento e Bicletário:** destinado para os colaboradores que utilizam carro ou bicicleta para o seu deslocamento à FMP. Há reembolso ao colaborador referente ao pagamento de estacionamento ou bicicletário com um teto estipulado previamente. O reembolso é efetuado em folha de pagamento, mediante comprovante (nota fiscal ou recibo de pagamento com CNPJ e carimbo do estabelecimento).
- **Auxílio-creche** (benefício concedido desde a admissão): auxílio no valor estipulado previamente por criança destinado para o pagamento de creche dos filhos de até 6 anos. O reembolso é feito através da folha de pagamento mediante apresentação de nota fiscal ou recibo, com carimbo e CNPJ da Creche.
- **Desconto no Curso de Graduação da FMP:** benefício educação de até 90% de desconto nas mensalidades do Curso de Bacharelado em Direito da FMP. Disponibilizamos conforme o desconto previsto em Convenção Coletiva da categoria, sendo extensivo aos dependentes dos colaboradores.
- **PIE - Programa de Incentivo Educacional:** Programa que subsidia até 50% (com o teto mensal estipulado) do valor das mensalidades de cursos superiores e de pós-graduação, com pertinência as atividades desenvolvidas na FMP.

Nos cursos de Mestrado e Doutorado o reembolso é de até 60% (de acordo com teto específico para Mestrado e Doutorado) nas mensalidades. Disponibilizamos, também, o Programa de Incentivo Educacional para Ensinos Fundamental e Médio com o reembolso de 100% das mensalidades.

- **PIE Idiomas - Programa de Incentivo Educacional – Idiomas:** Programa que subsidia até 80% (com teto mensal) do valor das mensalidades de cursos de idiomas que o colaborador optar. O colaborador pode permanecer até um ano no programa, para cada módulo.

Benefícios Especiais:

- **Folga ou Presente de Aniversário de Vida:** concedida a dispensa de 01 (um) dia útil, no mês do aniversário de vida (não cumulativa a outras folgas e a utilização será conforme negociação com sua liderança imediata) ou um vale presente no valor estipulado previamente.
- **Presente pelo Aniversário de FMP:** reconhecimento ao colaborador pelo seu empenho e dedicação, ao completar 5, 10 e 15 anos de FMP. O colaborador receberá, em folha de pagamento, o valor equivalente ao tempo de casa conforme tabela vigente.

- **Serviço de Assessoria Jurídica:** assessoria jurídica gratuita aos colaboradores e seus familiares (cônjuges e filhos), que comprovarem renda familiar de até 3 salários mínimos.

A assessoria está relacionada às seguintes especialidades: direito de família, direito empresarial, direito do consumidor, acidentes de trânsito, locações, direito previdenciário, assistência social e demais demandas judiciais que estejam em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Criminal.

- **Convênios: (que garantem descontos e vantagens):**

- ACM (Associação Cristã de Moços): possibilita desconto para a prática de esportes.

- Escolas de Idiomas: possibilita descontos para colaboradores da FMP.

- Cartão Convênio Pannel: compras são descontadas em folha de pagamento e possibilita descontos em determinados medicamentos.

- Cartão SESC: mediante comprovação, através da carteira de trabalho, o colaborador da FMP pode fazer o cartão na modalidade “comerciário” e usufruir de todos os benefícios destinados a esse público.

- Psicoterapia: descontos diferenciados para colaboradores da FMP que buscam psicoterapia. Convênio com duas Instituições Instituto Cyro Martins e Clínica Horizontes e com o Psicólogo Michel Coelho Carrard.

5.3.6 ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA OS COLABORADORES

- Copa/Cozinha – disponíveis nos 6º; 9º e 10º andares: com geladeira e micro-ondas.

- Bistrô – 11º andar: para lanches e almoço.

- Sala de Descanso – 6º andar: possui sofá e televisão.

- Farmacinha/KIT Primeiros Socorros – 9º andar.

- Equipe SOS/Área Protegida: temos cobertura da “Área Protegida Unimed” para os casos de necessidades de atendimento de urgência e emergência.

- Biblioteca - Recanto Literário – 6º andar: acervo literário exclusivo para colaboradores.

- FMP GOLD: disponibilidade para os colaboradores para o acesso ilimitado aos conteúdos (cursos e palestras) do FMP GOLD, por meio do ambiente FMP Virtual.

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

6.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A administração da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul será exercida pelos seguintes órgãos (**Art. 3º do Regimento Geral**):

- I. Órgãos Colegiados
 - a) Colegiado Superior;
 - b) Colegiado de Curso de Graduação;
 - c) Colegiado de Pós-graduação “*Stricto Sensu*”

- II. Órgão Deliberativo e Executivo
 - c. Direção Geral.

- III. Órgãos Executivos
 - a) Direção Executiva
 1. Área Administrativa
 2. Área Comercial
 3. Área de Gestão de Pessoas
 4. Área de Logística
 5. Área de Marketing
 6. Área de TI
 - b) Coordenação da Graduação;
 - c) Coordenação Geral de Pós-graduação “*Lato Sensu*”
 1. Coordenação de curso de Pós-graduação “*Lato Sensu*”
 2. Coordenação dos cursos de Pós-Graduação “*Lato Sensu*” Projetos Especiais
 - d) Coordenação de Pós-graduação “*Stricto Sensu*”
 - e) Coordenação de Mobilidade Acadêmica
 - f) Coordenação de Pesquisa
 - g) Coordenação de Extensão
 - h) Coordenação de Responsabilidade Social e Projetos
 - i) Núcleo Acadêmico - NAC
 - j) Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP

k) Núcleo de Educação à Distância - NEAD

IV. Órgãos Avaliativos e Propositivos:

a) Comissão Própria de Avaliação (CPA);

b) Núcleo Docente Estruturante (NDE);

V. Órgãos Suplementares:

a) Biblioteca

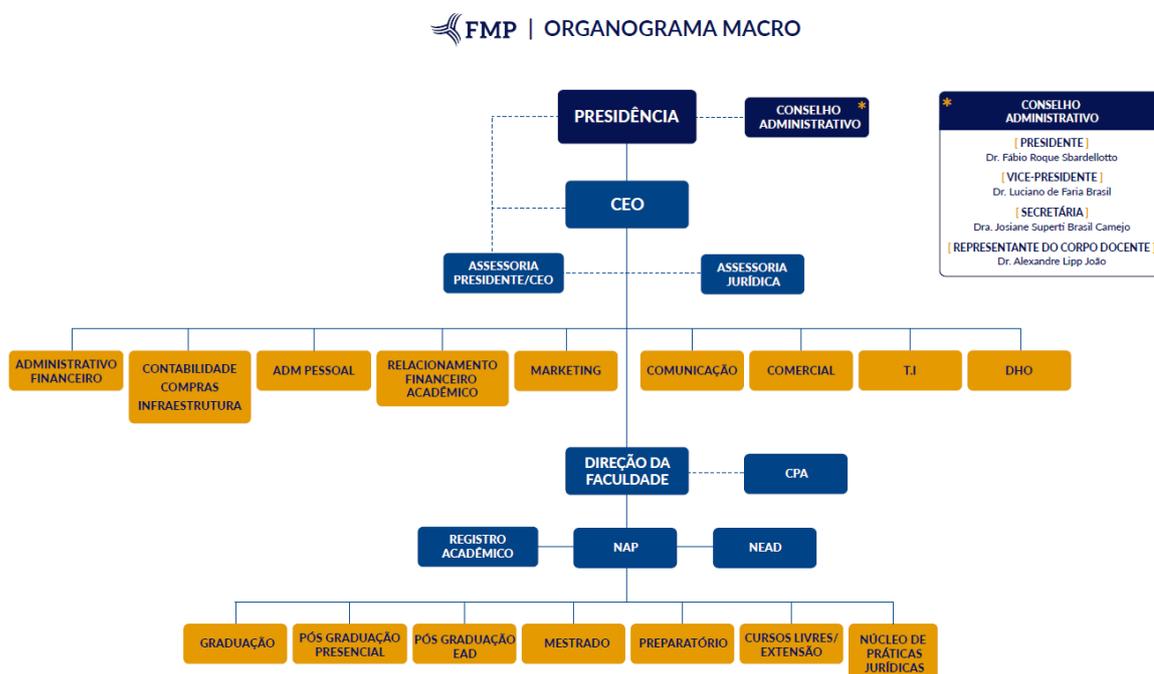
b) Escrituração e Registro Acadêmico;

c) Assessoria Acadêmica;

d) Ouvidoria

6.2 ORGANOGRAMA FMP

Figura 15 – Organograma FMP



ÚLTIMA REVISÃO 11/2022

Fonte: Gestão Executiva FMP, 2022

6.3 RELAÇÕES DE PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

A instituição tem, atualmente, parcerias e convênios com diversas Instituições públicas e privadas, empresas e escolas. Em anexo a este documento, a relação atualizada das instituições e organizações conveniadas junto a FMP.

6.4 REGISTRO ACADÊMICO, ACERVO VIRTUAL E LGPD

6.4.1 REGISTRO ACADÊMICO E ACERVO DIGITAL

A Secretaria Acadêmica Digital - SeAD é desenvolvida em passos distintos. A digitalização do acervo acadêmico será o primeiro deles a ser trabalhado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP. O setor de Escrituração e Registro Acadêmico será o responsável pela manutenção e guarda do acervo. O objetivo será não deixar o papel entrar na Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP. Esta será a primeira preocupação no projeto de virtualização do acervo. Não recebendo mais o documento físico, será feita a digitalização do arquivo ativo e inativo que hoje está sob a guarda do próprio setor.

A pasta do aluno será o primeiro ponto a ser trabalhado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, no projeto SeAD.

- Os documentos serão indexados pelo NOME, CPF e MATRÍCULA do aluno;
- Os documentos irão respeitar os grupos criados, conforme apresentação desenvolvida para o projeto;
- Para a pasta do aluno da graduação, será utilizado o código SIGA 125.43 em conformidade com a Portaria nº 315 de 04 de abril de 2018 e Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017;
- Para os alunos da pós-graduação lato sensu, será utilizado o código SIGA 144.43 em conformidade com a Portaria nº 315 de 04 de abril de 2018 e Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e
- Para os alunos da pós-graduação stricto sensu, será utilizado o código SIGA 134.43 em conformidade com a Portaria nº 315 de 04 de abril de 2018 e Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Os arquivos gerados e armazenados terão a estrutura PDF/A com aplicação da certificação digital. No balcão de atendimento, os documentos que chegarem fisicamente poderão ser de imediato digitalizados, devendo seguir somente em meio digital, sendo os documentos físicos devolvidos aos alunos.

Figura 16 – Fluxo dos Registros Acadêmicos



Fonte: Secretaria de Registros Acadêmicos FMP

Digitalizar os documentos na presença dos alunos dará a Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP a condição de padronizar o seu acervo da melhor forma possível. Na digitalização do arquivo formado em meio físico, ao identificar um documento original que foi entregue pelo aluno, o mesmo deverá ser digitalizado e separado para devolução ao seu titular. Os documentos virtualizados estarão guardados de forma perpétua de maneira a superar todos os prazos de guarda estabelecidos pela Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011.

Todos os documentos recolhidos em cópia deverão ser inutilizados após a digitalização, podendo doado para o reaproveitamento. Antes do descarte, é aconselhável que a Instituição use os sistemas envolvidos durante certo tempo até que uma base sólida seja criada, estando quaisquer erros de sistemas ou processos solucionados. Um período de maturação se faz necessário a todos os envolvidos.

No projeto da Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP, serão utilizados como norteadores o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos aprovados pela Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011. Todos os documentos digitais da Instituição levarão a certificação digital do responsável pela virtualização e/ou conferência, dos mesmos. Para isso, cada pessoa envolvida deverá ter e fazer uso de um certificado digital. A plataforma implementada é capaz de gerar e gerir certificados digitais à comunidade envolvida.

Será implantada uma Autoridade de Registro para que a Instituição, possa de forma simples, rápida e segura gerar e gerir certificados digitais à sua comunidade conforme §2º do art. 10 da MP 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Será instituído um Comitê Gestor para acompanhamento do projeto de Acervo Acadêmico Digital. O Comitê terá, no mínimo, um representante da Mantenedora, um representante da Mantida, um representante do Setor de Escrituração e Registro Acadêmico e um representante do TI.

O MEIO ELETRÔNICO COMO PLATAFORMA DE GUARDA, ACESSO E MANUTENÇÃO

Os documentos que compõem o acervo acadêmico da Instituição serão tratados de maneira a superar todos os prazos de guarda estabelecidos pelos documentos colocados pela Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018 e pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Para isto, será utilizado o meio eletrônico como base ao uso, manutenção e guarda de todo o acervo acadêmico.

Para arquivamento dos documentos da Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP a plataforma implementada realizará cópias de segurança, respeitando os requisitos de DURABILIDADE, DISPONIBILIDADE e SEGURANÇA. Os documentos devem ser armazenados com redundâncias em locais diversos de maneira que desastres naturais, falhas mecânicas e erros humanos não resultem em perda. Estarão no padrão PDF-A, ficando disponíveis ao acesso, sempre que necessário, a diferentes sistemas operacionais sendo totalmente interoperáveis. Os documentos permanecerão criptografados, tanto os armazenados quanto os em trânsito, sendo utilizada sempre a Certificação Digital.

O acervo acadêmico digital terá sete cópias de segurança sendo realizado um backup diário, todos os dias da semana, alocadas em locais diversos. Uma cópia de segurança estará alocada em servidor localizado no endereço de credenciamento da Instituição. Outras cópias deverão estar alocadas em locais diversos.

O ACERVO ACADÊMICO

O acervo acadêmico tem uma especificidade que poucos se atentam, que é o fato de ser formado por dois grandes grupos de documentos: documentos recolhidos em cópia e documentos próprios, gerados pela própria Instituição. Se pegarmos a pasta de um aluno, veremos que, a mesma, é constituída por cópia de documentos (recolhidos na matrícula) e documentos gerados pela própria Instituição durante a vida acadêmica, do mesmo. Isso faz com que sua totalidade possa ser trabalhada exclusivamente em meio digital, sem a manutenção de um acervo físico.

Quando temos a guarda de um documento em cópia, não faz diferença se estamos lidando com o mesmo em meio físico ou eletrônico, pois uma cópia será sempre uma cópia.

Quando temos a guarda de um documento gerado pela própria Instituição, a mesma, poderá através da aplicação de um certificado digital, fazer da sua cópia digitalizada (ou gerada novamente já em meio digital) um documento com o mesmo valor legal do original, uma vez que receberá a assinatura de seu responsável, a Instituição. Toda essa operação estará coberta pelo art. 10 da MP 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 e art. 219 do Código Civil Brasileiro.

Dentro das IES a pasta do aluno normalmente está fragmentada em diversos grupos e departamentos. Com o projeto a Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP terá todos eles convergindo para um único ponto o que facilitará a gestão e manutenção desse grupo de documentos que compõem o acervo acadêmico.

ACESSO AO ACERVO ACADÊMICO

As portarias vigentes caminham em sentido comum quando o assunto é o acesso ao acervo acadêmico. A ideia sempre é de restrição, pois trata-se de documentos pessoais de alunos, acadêmicos e devem ser trabalhados de maneira criteriosa. Hoje começamos a trabalhar estes documentos também de forma estratégica para a tomada de decisão dentro da Instituição.

A princípio a restrição se dá pelo fato de que existem informações pessoais e sigilosas sendo trabalhadas dentro dos arquivos acadêmicos. Terão acesso ao acervo acadêmico: Gestora Acadêmica da Instituição, Diretor da Instituição, pessoal técnico administrativo vinculado ao Núcleo Acadêmico e representantes da CPA e do Poder Público. A sugestão é para que a visita/acesso de terceiros ao acervo acadêmico seja sempre acompanhada por um responsável da Instituição. O acervo acadêmico físico não

ficará em local de fácil acesso e com trânsito de muitas pessoas. Não ficará exposto e mal acondicionado antes da sua transposição para o meio digital.

A Instituição apresenta um acervo ativo físico bem organizado, composto de forma correta e armazenado de maneira a garantir a temporalidade imposta pelas normas vigentes. A boa gestão documental apresentada facilitará a virtualização dos documentos. É preciso lembrar que a Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP passou por diversas normas que regulamentam o acervo acadêmico, mas garantiu sempre o atendimento, das mesmas, nos períodos de vigências.

Em meio eletrônico o acesso está organizado por “grupos de usuários” e “permissões”. A organização em pastas e subpastas, principalmente no que se refere a documentação do corpo discente dá a condição da Instituição concentrar todos os documentos do aluno em um único ponto, o que resulta na maior condição de controlar e conduzir qualquer procedimento ou processo acadêmico, diminuindo a chance de extravio e perda documental.

Uma cópia de segurança será mantida no endereço de credenciamento da Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP, com objetivo de evitar a perda documental por problemas de terceiros envolvidos. Essa é uma exigência legal, imposta pela Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018.

Outras informações complementares pertinentes ao tema podem ser encontradas junto à Resolução FMP nº 7/2019 acerca da Política de Guarda e Manutenção do Acervo da Faculdade de Direito de Fundação Escola Superior do Ministério Público.

6.4.2 LGPD e a FMP

Em virtude da intensidade da virtualização das relações da FMP para com a sociedade, a instituição estabelecerá progressivo cronograma de digitalização dos seus registros acadêmicos e gerenciais. Não obstante, com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) a Instituição passa a integrar o sistema de proteção à privacidade e dados pessoais quanto ao tratamento das informações que incidem no art. 5, I da referida norma.

Diante disso, através de política de privacidade e termos de uso próprio a FMP realizará o mapeamento do ciclo de vida dos dados pessoais de seus discentes, docentes, colaboradores e público externo. A Instituição compreende que a LGPD está estruturada em dois pilares: i) a proteção dos dados pessoais e da privacidade; ii) o tratamento lícito de dados pessoais. Nesse contexto, seja pelos cenários de anormalidade ou em virtude do crescente mercado digital, é indispensável o implemento de composições gerenciais, acadêmicas e jurídicas que dialoguem para atender aos preceitos da Instituição.

Para atingir as finalidades, a FMP nomeou colaboradora para atuar como encarregada (DPO) das operações de tratamento, justamente para atuar como canal de comunicação institucional entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Não obstante, a instituição promove aulas abertas e frequentes sobre privacidade e proteção de dados através das experiências obtidas na Especialização de Direito Digital. Com isso, a tutela da privacidade ultrapassa o dever de atendimento ao sistema de regulação, pois representa a oportunidade de reflexão e construção do conhecimento de um dos principais direitos da vida contemporânea.

7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

7.1 PROGRAMA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

A FMP dispõe de ações que tornam seu espaço institucional capaz de dar respostas às demandas dos seus discentes contribuindo para que seu itinerário formativo seja um momento de crescimento pessoal, além do crescimento para o exercício profissional. O atendimento ao aluno se consolida a partir de uma política de respeito, acolhimento e integração, estendendo-se aos egressos e aos alunos estrangeiros.

Para que esta política produza efeitos, o discente tem no Núcleo de Apoio Psicopedagógico o acolhimento para suas demandas acadêmicas sob forma de orientação e aconselhamento de matrícula, gestão de carreira, acompanhamento psicopedagógico e psicossocial, ações de prevenção e promoção de saúde e bem estar.

Atendimento Individualizado

Atendimento, intermediação, apoio e orientação aos discentes que necessitam de atendimento psicopedagógico ou psicossocial.

- Aconselhamento de matrícula, quebras de pré-requisito, estudo de currículo para previsão de formatura, regime especial de matrícula;
- Orientação à carreira, apresentação das carreiras jurídicas e preparação para o mercado de trabalho;
- Atendimento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- Acompanhamento de desempenho e evasão;
- Acompanhamento e/ou encaminhamento psicossocial.

Atendimento em Grupo:

- Promove encontros semestrais com intervenções nas turmas desde o primeiro ao último semestre, conforme Calendário Acadêmico, para fins de refletir sobre a prática pedagógica, o uso de ferramentas de estudo e para a integração do corpo discente.
- Oferece oficinas para discentes em fase de formação.
- Orienta o estudante no processo de ensino-aprendizagem.
- Orienta nos relacionamentos interpessoais nas relações professor e aluno, aluno e professor e entre os estudantes.

Atendimento através de projetos:

- Projeto Abraço: Acolhimento
- Projetos de nivelamento
- Projeto de Monitoria

7.2 PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

A FMP considera como critérios para a concessão de bolsas:

- Premiação.
- Apoio aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Atendimento diferenciado aos diplomados na instituição.

As bolsas-premiação demonstram apreço pelos resultados de desempenho e podem ser através de apoio parcial ou integral, como, por exemplo:

- Os 1.º, 2.º e 3.º colocados do processo seletivo recebem desconto de 100%, 75% e 50%, respectivamente, nas mensalidades durante todo o curso.
- O melhor acadêmico concluinte do ensino médio, indicado pelos colégios conveniados com a FMP recebe desconto de 50% nas mensalidades do primeiro semestre do curso de Graduação.

A concessão da Bolsa de Estudo Socioeconômica ocorre a partir da publicação de edital e de seleção específica, sendo oferecida tanto para os alunos ingressantes no Curso de Direito, como para os alunos já matriculados na Instituição.

As bolsas socioeconômicas são concedidas aos acadêmicos com vulnerabilidade financeira através da concessão de descontos de 10 a 30% do valor nas mensalidades, que contribui para a permanência no meio acadêmico e a formação desejada. Os valores destinados à concessão de bolsa de estudo para estudantes representam em torno de 6% do percentual de faturamento.

A bolsa de atendimento diferenciado aos diplomados na instituição é concedida aos acadêmicos concluinte da graduação na forma de desconto de 10% a 50% nas mensalidades de curso Pós-Graduação, Preparatório para a Carreira do Ministério Público e desconto de 20% para o Mestrado. Possuímos também Bolsa de estudo parcial de 20% de desconto sobre as mensalidades destinadas aos educandos que tenham solicitado transferência de curso de outra instituição de ensino para a graduação da Faculdade de Direito da FMP.

Além destas, existem bolsas através de convênios com diversas instituições públicas e associações com a concessão de 5% a 10% de desconto na Graduação em Direito, Pós-Graduação e Mestrado aos membros, servidores e dependentes destas organizações.

O Programa de Benefícios da FMP conta também com um crédito educativo para aqueles alunos que não estejam enquadrados no grupo familiar com renda per capita bruta de até três salários mínimos, mas ainda assim não tenham condições financeiras plenas de arcar com a intergralidade das mensalidades do curso. O Crédito FMP é um crédito estudantil próprio e pode variar entre 10% a 30% de postergação dos valores das mensalidades. O pagamento inicia-se somente após a conclusão do curso e não há a incidência de juros.

A Instituição disponibiliza em torno de 15% do percentual de faturamento anual em Bolsas, Convênios e Crédito Educacional.

7.3 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

A FMP criou o Laboratório de Ensino, que é um espaço de estudo para estudantes e professores. Para auxiliar os discentes, há, neste Laboratório, monitores que estão em constante interação com os professores para apoiar no processo de aprendizagem dos alunos que apresentam necessidade de acompanhamento para que se apropriem dos conteúdos e possam ter melhor aproveitamento no seu percurso acadêmico.

Além de contribuir com a recuperação e aprofundamento dos conteúdos ministrados em aula, o Laboratório de Ensino qualifica os professores para o uso da tecnologia da comunicação em disciplinas específicas para enriquecimento da metodologia de ensino e coloca material instrucional à disposição do aluno, que contribui para o melhor aproveitamento das aulas.

A partir da avaliação institucional, onde são constatadas as disciplinas que demandam bons conhecimentos do nível de ensino anterior (ensino médio ou equivalente), a Faculdade oferece Oficinas de Português, Línguas e Informática para que os alunos possam suprir suas lacunas de aprendizagem. Além disso, é oferecido apoio nas disciplinas do curso sempre que necessário, tanto de forma individual, como em grupo. Há, através da qualificação docente, a conscientização sobre a importância do professor estar atento aos alunos para que possa indicar, quando necessário, recursos de recuperação para aqueles que não estão conseguindo acompanhar a disciplina.

A FMP criou, em 2011, o Programa de Inovação Tecnológica, em razão da demanda de avanços tecnológicos do mundo globalizado. A adoção das novas tecnologias tem se caracterizado por vários fatores, tais como: facilidade de acesso às informações, flexibilidade de como apresentá-las, suporte teórico armazenado e à disposição, entre outras.

O uso das novas tecnologias se tornou uma realidade em sala de aula permitindo ser apoio à realização de um projeto educacional onde a Instituição lança desafios, propõe objetivos para qualificar a estrutura curricular e enriquecer a formação do seu acadêmico. O primeiro projeto desse programa foi a entrega de materiais especializados em um *tablet* (computador portátil).

Foram desenvolvidos pela Instituição os Programas:

- *FMP DOBLE*: destinados aos acadêmicos do 1º e 2º semestre, que proporciona a visualização, via EaD, de um conjunto de aulas, que são gravadas ao longo do semestre. As aulas consideradas fundamentais ficam disponíveis aos acadêmicos;
- *FMP GOLD*: destinado a todos os alunos da instituição, que proporciona a visualização, via EaD, das atividades de extensão ocorridas, tais como: Palestras, Cursos, Simpósios etc;
- *FMP PLUS*: destinado aos acadêmicos do 3º ao 10º semestre, que proporciona aos alunos a visualização de 42 aulas, a sua escolha, via EAD, dos Cursos Preparatórios as Carreiras Jurídicas oferecidos pela FMP.

O objetivo principal desse programa é permitir que o acadêmico crie seu espaço de aprendizagem, podendo realizar trabalhos, pesquisa, interações, individualmente, em grupo, com a turma e com o professor, na sala de aula, no espaço de convivência ou em qualquer outro lugar.

7.4 PROGRAMA DE MONITORIA

A FMP tem regulamentado o Programa de Monitoria, com os seguintes objetivos:

- Despertar o interesse dos acadêmicos pelo aprimoramento teórico-prático, mediante o desempenho das atividades de apoio ao ensino jurídico, passíveis de serem contabilizadas como Atividades Complementares, na modalidade de ensino;
- possibilitar a formação diferenciada dos acadêmicos do Curso de Graduação em Direito, por meio da participação em diversas atividades de organização e apoio ao desenvolvimento de disciplinas do curso;
- oportunizar a participação do acadêmico em atividades de apoio à ação docente ou ao processo de ensino e aprendizagem;
- auxiliar o docente na elaboração do material didático-pedagógico;
- disponibilizar um espaço fixo - Laboratório de Ensino - material de apoio para os acadêmicos e acadêmicos-monitores;
- apoiar a ação educativa docente através do Acadêmico-Monitor que receberá orientações dos professores orientadores;
- os Acadêmicos–Monitores farão atendimento individual ou em grupo aos estudantes que tenham interesse no aprimoramento de seus conhecimentos.

Os Monitores são selecionados, em processo específico, para atuarem no Laboratório de Ensino, auxiliando os docentes e recebendo destes elementos para apoio aos alunos com dificuldades pedagógicas. Em contrapartida, os Monitores recebem bolsa de caráter socioeducativo.

Os monitores são acompanhados diretamente pelo NAP nas suas ações.

7.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O atendimento aos egressos é parte fundamental do processo acadêmico e o intuito da FMP é manter relacionamento próximo de seus alunos, para que possa construir seu perfil e, especialmente, apoiá-lo nas novas etapas da vida profissional.

O Programa de Acompanhamento ao Egresso é realizado por um Coordenador específico, indicado pelo Diretor da Faculdade para monitorar a caminhada profissional dos egressos e verificar as principais dificuldades encontradas. A partir daí, implementar ações e programas, notadamente por meio da manutenção de cadastro profissional atualizado, que contribuem para a sua inserção no mercado de trabalho.

A FMP integra os egressos de sua graduação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para:

- Acompanhamento da caminhada profissional dos egressos com o objetivo de contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

- Utilização do Escritório Jurídico (espaço profissional, com infraestrutura completa e apropriada para que o jovem advogado, que já possui a carteira da OAB, mas ainda não tem escritório próprio, possa atender seus clientes).
- Concessão de descontos diferenciados para os cursos presenciais e à distância (Especialização, Preparatório, Aperfeiçoamento e Mestrado).
- Integração dos egressos nas oficinas de estudo para preparação ao Exame de Ordem.
- Participação nos Projetos de Simulados do Exame de Ordem – 1ª e 2ª fases.
- Atendimento individual aos egressos que solicitam assessoria e orientações sobre a carreira jurídica.
- Organização e planejamento do encontro de encerramento e Avaliação Institucional do Curso.
- Levantamento e tabulação de dados e pesquisa institucional com egressos e disponibilização dos resultados para atuação da Faculdade.
- Atendimento a egressos em estado de fragilidade no processo de ensino-aprendizagem ou questões relacionadas à saúde psíquica, social ou familiar.
- Participação no Programa de Mobilidade Acadêmica.

Os egressos do Curso de graduação têm acesso às aulas do Curso Preparatório, Projeto FMP Plus, e todos os cursos e atividades gravadas de extensão, objeto do Projeto FMP Gold, que, por meio do *Moodle*, disponibiliza videoaulas. O modelo de ensino-aprendizagem baseia-se em tecnologia avançada, sendo os conteúdos disponibilizados nessa plataforma. O ambiente virtual de estudos é personalizado e disponível 24 horas.

A FMP integra os egressos de sua pós-graduação (Mestrado), como forma do PPDG da FMP se manter permanentemente atualizado quanto ao desempenho de seus egressos, no mercado de trabalho, mantendo contato permanente, por meio de correspondência eletrônica, acompanhando as publicações que são feitas após a titulação no curso, participações em eventos e vinculações a instituições de ensino para o exercício do magistério ou obtenção de demais títulos acadêmicos.

Pensando na integral formação dos alunos e na inserção dos mestres no mercado de trabalho, o PPDG oferece o projeto “Estágio de docência”. Com isso, pretende contribuir para o destaque dos egressos no mercado, considerando que, além da formação acadêmica de excelência obtida durante o curso, os alunos sairão também preparados pedagogicamente para o desenvolvimento de atividades de docência em quaisquer níveis acadêmicos aos quais se vinculem.

Após a titulação, os mestres formados pela FMP são convidados a continuar desenvolvendo as suas pesquisas junto aos projetos de pesquisa da faculdade, estes coordenados por seus orientadores, bem como a participar dos eventos realizados pelo Programa no Brasil e no exterior.

A FMP realiza, anualmente, uma pesquisa de acompanhamento dos seus egressos. Os resultados são considerados no fomento da reflexão para o curso de graduação e pós-graduação.

A pesquisa com os egressos tem como objetivo:

- traçar o perfil do estudante recém formado na Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público;

- obter indicadores acerca do mercado de trabalho;
- subsidiar a Faculdade de informações que possibilitem promover melhorias em seus cursos, através de atualizações e ou adequações, quando necessárias, das estruturas curriculares dos cursos; e
- oferecer possibilidades de aperfeiçoamento acadêmico de acordo com as necessidades da educação contínua dos egressos.

A Coordenação de Egressos da FMP mantém uma página no *Facebook* (www.facebook.com/egressos.fmp.1) para publicações diversas, divulgações de cursos para os Egressos e demais atividades.

7.6 CURSO PREPARATÓRIO PARA O EXAME DE ORDEM

Preparação de oficinas de estudo e outras atividades que estimulem o estudante ao estudo para o exame da OAB, para o ENADE, mas principalmente para a vida num compromisso social. Além disso, há o acompanhamento e a análise dos resultados dos alunos para a qualificação do curso.

7.7 APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A participação em eventos institucionais é estimulada através da gratuidade dos eventos e do oferecimento de eventos de grande interesse do corpo discente, tais como: Programa Carreiras Jurídicas, Fronteiras Jurídicas, Jornadas Interdisciplinares, Cinema e Direito e Literatura e Direito, que são desenvolvidos em todos os semestres.

Os Salões de Iniciação Científica têm a participação docente e discente, com apresentação de artigos, livros, palestras, etc. mostras de divulgação dos trabalhos desenvolvidos nos Grupos de Pesquisa da Faculdade.

Há apoio financeiro para participação em eventos em outras instituições de ensino ou organizações públicas e privadas que estejam relacionadas com as áreas de conhecimento do curso, com as pesquisas e ou com a extensões institucionais.

Nos Relatórios de Autoavaliação uma das potencialidades constadas é o incentivo e estudantes na participação de concursos e seminários nacionais e internacionais.

7.8 MOBILIDADE ACADÊMICA

O Programa de Mobilidade Acadêmica tem por finalidade o estabelecimento de parcerias com instituições de educação superior ou centros de pesquisa, nacionais ou estrangeiros, objetivando o intercâmbio de estudantes da graduação e da pós-graduação para a realização de estudos ou de produção científica.

Os objetivos do Programa são:

- Oportunizar a troca de experiências acadêmicas, que contribuam para a melhoria qualitativa dos resultados previstos nas diretrizes norteadoras do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.
- Propiciar a aquisição e o fortalecimento de competências técnicas e de formação humanista.

- Estimular a vivência de atividades de caráter complementar à formação jurídica.
- Proporcionar a conquista de novas competências pessoais e profissionais, por meio da interação com outras culturas, contextos, cenários e conhecimentos técnicos e científicos.

A Faculdade tem convênio com a Facultà de Giurisprudenza della Università Degli Studi - Roma TRE, na cidade de Roma, Itália, com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal, e Universidad Catolica de Buenos Aires, da Argentina, possibilitando aos seus alunos da graduação e da pós-graduação realizar estudos que são aproveitados em sua formação acadêmica.

Além dos alunos de graduação e da pós-graduação, podem realizar os intercâmbios os egressos que estejam inseridos no Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE.

7.9 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os alunos têm espaço para participação e convivência estudantil no Centro Acadêmico Sophia Sturm (CASS) com amplas instalações, favorecendo o desenvolvimento de suas atividades.

O Centro Acadêmico é parceiro institucional em atividades de responsabilidade social, como, por exemplo, a Semana Acadêmica, que é uma atividade que mobiliza os estudantes para a apresentação de eventos da graduação.

7.10 ATENDIMENTO E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCD)

O Plano de Garantia de Acessibilidade da FMP prevê:

- **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. São ações de caráter prioritário;
- **Acessibilidade Arquitetônica** - barreiras ambientais físicas eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras.
- **Acessibilidade Metodológica** - metodologias e técnicas de aprendizagem inclusivas são priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.
- **Acessibilidade Programática** - sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes.
- **Acessibilidade Instrumental** - ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena.
- **Acessibilidade nas Comunicações** - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes.
- **Acessibilidade Digital** - utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

A instituição tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A auto avaliação é considerada um processo contínuo e inerente ao desenvolvimento institucional. Na FMP, os processos avaliativos promovem a construção permanente do conhecimento sobre a realidade dos processos e significados do conjunto de suas atividades para a melhoria da qualidade Educacional. Na busca de maior relevância no seu contexto social, a política de avaliação tem como objetivo a implementação de ações e análises de seus resultados para a tomada de decisões, com a finalidade de:

- analisar e (re)planejar por meio de evidências sobre as ações e conhecimentos produzidos para melhor compreender a FMP, considerando seus objetivos e metas, e, a partir deles, tomar decisões;
- avaliar a FMP de forma integrada com a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente desenvolvidas;
- formar um panorama dos processos pedagógicos, acadêmicos científicos e sociais da FMP, identificando as possíveis causas de problemas e deficiências, assim como as suas potencialidades;
- fortalecer a participação e as relações de cooperação entre os atores da comunidade acadêmica (gestores, professores, estudantes, pessoal técnico-administrativo) e membros da comunidade externa;
- promover a formação discente pautada na ética profissional e em valores humanísticos para uma intervenção consciente e responsável na sociedade;
- instituir um sistema continuado de discussão do processo de autoavaliação, incluindo os princípios norteadores, as estratégias e os instrumentos utilizados;
- potencializar a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, com vistas a garantir a qualidade das atividades e produtos oferecidos;
- avaliar a relevância científica e social das atividades e produtos da FMP, vinculados à sua missão;
- prestar contas à sociedade das ações desenvolvidas dentro do processo de avaliação institucional, divulgando e dando publicidade aos resultados e aos planos de medidas corretivas e de potencialização.

As ações autoavaliativas desenvolvidas ao lado seus respectivos processos e resultados constituem referenciais constantes no âmbito do planejamento e da gestão da FMP, posto que identificam suas potencialidades e fragilidades. Assegurar a qualidade de seus processos e de suas atividades na formação acadêmica tem sido uma das mais importantes preocupações da FMP. Além disso, há uma procura constante por inter-relacionar os resultados das avaliações internas e externas com as estratégias de ações expressas em seu PDI, buscando a melhoria da qualidade de seus processos. O planejamento global é apresentado anualmente e expressa as diversas atividades acadêmicas e gerenciais de incorporação gradual dos resultados da autoavaliação e da avaliação externa no planejamento e na gestão.

Busca-se, assim, consolidar a necessária articulação avaliação-planejamento, envolvendo os cursos, as unidades de ensino e as demais unidades de gestão, com objetivo de estruturar um processo global, integrado e unificado de gestão.

No que tange à sua operacionalização, a avaliação está prevista em vários órgãos institucionais, podendo ser assim dimensionada:

- avaliação, via Comissão Própria de Avaliação - CPA, do cumprimento das metas e ações contidas no PDI;
- avaliação da execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, pelos órgãos colegiados, Núcleo Docente Estruturante, comissões externas de avaliação, discentes e egressos;
- avaliação das atividades institucionais sob a ótica dos discentes em reuniões semestrais com os representantes de turmas, eleitos pelos alunos das respectivas turmas;
- avaliação das atividades institucionais por meio dos docentes em reuniões do Colegiado;
- avaliação das atividades institucionais, por meio dos projetos de Extensão e intervenção social, sob o olhar dos parceiros e das comunidades envolvidas;
- avaliação do desempenho institucional, pelos órgãos empregadores e entidades conveniadas;
- avaliação de desempenho dos discentes, por meio do ENADE e Exame de Ordem;
- avaliação dos projetos de Pesquisa/Iniciação Científica, pelos aceites para divulgação em encontros, conferências, congressos e publicações de artigos e resumos.

8.1 SINAES E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituído pela lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Por se tratar de uma lei federal, o SINAES representa uma política de Estado para a avaliação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, a orientar as políticas de governo para tal fim.

Os princípios fundamentais do SINAES são:

- responsabilidade social com a qualidade da Educação Superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das Instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a Instituição deve ser avaliada, a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

O SINAES integra modalidades de instrumentos de avaliação, a serem aplicados em diferentes momentos. Uma destas modalidades é a Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies),

centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolvem em duas etapas principais:

- autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de setembro de 2004;
- avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

A finalidade central do processo avaliativo na FMP é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social.

A autoavaliação é um processo global, no qual é analisado internamente o posicionamento atual da instituição, com vistas ao que se propõe a fazer, as metas de realização, e ainda, no que tange sua organização, administração e atitudes. Esse processo avaliativo busca sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro.

Para realizar este trabalho, a FMP conta com a Comissão Própria de Avaliação, que dispõe de regulamento próprio e é formada por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, que tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo MEC. É composta por 3 representantes docentes, 3 representantes discentes, 3 representantes do Corpo Técnico-Administrativo e 3 representantes da sociedade civil organizada.

A CPA busca tornar significativo o processo de autoavaliação institucional na Faculdade e aborda as principais questões relativas a cada uma das dimensões a avaliar, a fim de medir as políticas institucionais além da apropriação da comunidade em relação aos resultados alcançados, em constante processo de adaptações e melhorias das suas ações. São atribuídas à CPA três grandes funções: diagnóstica, formativo-reflexiva e crítica e transformadora.

Concluído o diagnóstico, o processo avaliativo, por implicar julgamento de valor dos fatos e dados diagnosticados, vem garantindo a participação da comunidade e a socialização das informações, assumindo funções: formativa e reflexiva.

A partir do diagnóstico e acompanhamento das atividades, verifica-se o (re)planejamento de ações que são democratizadas e os rumos traçados pelo PDI consolidados, tendo em vista os seguintes compromissos:

- construir e consolidar um padrão de relatório anual de desenvolvimento das atividades estratégicas de gestão da Faculdade;
- acompanhar e avaliar o desenvolvimento das proposições do PDI e definir ajustes devidos;
- zelar pela busca contínua da excelência dos cursos, da pesquisa, da extensão e dos processos acadêmicos e administrativos institucionais;
- incrementar políticas de aperfeiçoamento e atendimento das dimensões propostas pelo MEC, tendo como horizonte a consolidação da qualidade educacional da IES e de todos os processos institucionais.

8.2 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

A FMP compromete-se com o permanente estímulo e criação de espaços de interação com a comunidade acadêmica para a garantia da escuta de suas contribuições com a melhoria contínua da instituição.

A metodologia adotada pela CPA no processo de autoavaliação segue as orientações gerais do SINAES, que prevê para avaliação interna, baseadas em etapas a serem desenvolvidas, a saber: preparação, sensibilização, desenvolvimento, consolidação da avaliação, devolutivas dos resultados e acompanhamento das melhorias propostas:

- **preparação:** reuniões bimestrais com todos os representantes da CPA, que tem por objetivo o processo de elaboração e revisão contínua do processo de avaliação institucional;
- **desenvolvimento:** análise e revisão dos instrumentos e ações de coletas de dados por meio de levantamentos das evidências, questionários, análise documental de relatórios, demandas e redirecionamento das demandas do Totem e da Ouvidoria, avaliação de grupos focais, entre outros;
- **sensibilização:** envolvimento da comunidade acadêmica e dos integrantes envolvidos no processo avaliativo com a intervenção em sala de aula, palestras, grupos com representantes de turma para a exposição do processo avaliativo, além da ampla divulgação à comunidade acadêmica por meio do portal do aluno, plataformas digitais (*instagram*, e-mail marketing, agenda, site da FMP);
- **consolidação da avaliação:** etapa de sistematização das análises, consolidação de resultados e síntese avaliativa das fragilidades e potencialidades apontadas pela comunidade acadêmica;
- **devolutivas dos resultados e acompanhamento das melhorias propostas:** é realizada ampla divulgação dos resultados no site da FMP, ambiente virtual, infográficos destacando as melhorias propostas pela CPA e das ações executadas, além da divulgação dos resultados por meio de grupo focal com os representantes de turma, acadêmicos concluintes e egressos, bem como outros meios. A CPA realiza ações para a aproximação das áreas administrativas e acadêmicas a fim de indicar as potências e as fragilidades em decorrência dos processos avaliativos. Faz o acompanhamento da elaboração e o monitoramento dos planos de ação e metas pelas áreas envolvidas.

As questões contidas na autoavaliação são propostas em conformidade com a Lei 10.861/2004 que definiu as dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, contempladas no Roteiro de Autoavaliação Institucional, publicação da CONAES/INEP. A avaliação da FMP é realizada por meio de avaliação continuada via Totem (acesso permanente da comunidade acadêmica à CPA pelo portal do aluno ou por meio de Totem físico dispostos nos andares da FMP) e questionário *online* semestral de acordo com o cronograma e planejamento da CPA. Como procedimento metodológico contempla a abordagem quali-quantitativa da avaliação, a partir da avaliação documental e das reuniões presenciais com a realização de grupos focais com representantes de turma, acadêmicos em situação de conclusão de curso e por meio de pesquisa de acompanhamento de egressos.

A autoavaliação na FMP obedece à seguinte sistemática:

- planejamento das atividades, sensibilização da comunidade para reflexão sobre o processo de autoavaliação pela CPA – Comissão Própria de Avaliação e equipe;
- envolvimento dos funcionários de todos os setores para a construção das dimensões a serem avaliadas;
- participação ativa dos dirigentes da FMP em relação ao apoio institucional necessário à seriedade do processo;
- processamento dos dados coletados por equipe especializada em assegurar a validade da informação;
- utilização dos resultados na implementação de melhorias sinalizadas, sendo estas melhorias transformadas em ações a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;
- divulgação dos resultados por meio de ações da Comissão Própria de Avaliação.

Considerando os diversos atores da Instituição, o processo de Autoavaliação envolve:

A. Avaliação da Instituição pelos Discentes – Quesitos:

- desempenho docente;
- desempenho do Tutor;
- atuação da Coordenação do Curso;
- atuação das Coordenações de Área;
- atuação dos gestores da FMP;
- serviços de Secretaria;
- ferramentas de TI no processo de ensino – aprendizagem presencial e na modalidade EaD;
- atividades complementares oferecidas pela instituição;
- infraestrutura de laboratório;
- infraestrutura, acervo e serviços da Biblioteca;
- serviços gerais, limpeza, segurança.

B. Avaliação do Desempenho dos Alunos nas Atividades de Ensino e de Aprendizagem **Quesitos**

- disciplinas;
- estágio;
- atividades Complementares;

- TCC;
- participação em eventos;
- participação em projetos de Pesquisa/Iniciação Científica, e
- participação em projetos e atividades de Extensão.

C. Avaliação Docente sobre a Instituição e sobre o Corpo Docente – Quesitos:

- atuação da Coordenação de Curso;
- atuação das Coordenações das Áreas Acadêmicas;
- serviços de Assessoria Acadêmica e Registro Acadêmico;
- laboratórios de aprendizagem - laboratório de informática; laboratório de prática jurídica (tribunal didático, salas de prática jurídica, escritório modelo e sala de atendimento jurídico)- salas de orientação acadêmica;
- biblioteca (inclusive acervo);
- orientação pedagógica realizada pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- Núcleo de Educação a Distância;
- participação dos acadêmicos na disciplina e nas diversas atividades referentes ao Curso e à Instituição;
- infraestrutura.

D. Avaliação Institucional sob a Ótica do Egresso

Para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto geral e ética, é realizada uma pesquisa no momento da conclusão do curso, quando estão aptos a fornecer informações sobre a satisfação das necessidades, expectativas e desejos em relação à promessa realizada pela Instituição sobre a prestação de serviços contratados. A pesquisa é realizada por questionários *online*, com abordagem quali-quantitativa.

A análise das informações fornecidas pelos egressos na conclusão da formação e de forma sistemática por meio de pesquisas de acompanhamento e de pesquisa com a comunidade externa é considerada para a revisão dos planos e programas da Instituição, com vistas à atualização dos cursos, bem como a antecipação de tendências das carreiras profissionais.

E. Avaliação dos Sistemas e Processos Administrativos

A avaliação dos sistemas e processos administrativos visa à melhoria da gestão do atendimento acadêmico, pedagógico e administrativo da Instituição, com estratégias para seu planejamento, operacionalização e viabilização.

No instrumento, tanto dos discentes quanto dos docentes, aferem-se os processos administrativos diretamente envolvidos com estes segmentos do corpo social da FMP.

Aprovado, o PDI passa a ser o documento de referência para a gestão da FMP. Periodicamente, os responsáveis designados para as diversas ações programadas, seguindo o princípio da gestão por resultados, comparecerão frente à CPA, ao Diretor e aos demais órgãos gestores para a avaliação dos resultados alcançados e definição de novas ações.

8.3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Conforme já expresso no presente documento, trata-se de um processo contínuo, democrático e de caráter participativo, a Avaliação Institucional envolve todos os segmentos da Comunidade Acadêmica (docente, discente, técnico-administrativo) e representantes de segmentos da comunidade externa. Todos são responsáveis pela condução do processo, ora participando das discussões, estudos, construção de materiais e instrumentos, ora avaliando e sendo avaliados.

8.4 RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Nesta etapa de consolidação de resultados busca-se a construção de uma síntese avaliativa das fragilidades e potencialidades apontadas pela comunidade acadêmica.

8.4.1 APURAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após serem obtidos os dados das dimensões avaliadas, a CPA efetua uma primeira análise e emite relatório analítico sobre a etapa cumprida. Com base nesse relatório, é desenvolvido um fórum de discussão com as partes envolvidas, no aprofundamento da análise, identificando causas, efeitos e propostas de melhorias (quando for o caso), gerando um relatório final da etapa a ser encaminhado à Diretoria, com sugestões de atividades e ajustes a serem implementados.

8.4.2 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Os relatórios que contêm os resultados e diagnósticos apresentados nas avaliações servem de referência para a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, a definição de programas e projetos que embasarão novos procedimentos de gestão administrativa e de ensino-aprendizagem. Também são utilizados na orientação dos Planos de Ensino-aprendizagem e de cursos e discutidos com

os parceiros institucionais, objetivando atualizá-los a partir da troca de informações e experiências vivenciadas no mundo do trabalho.

Todos os procedimentos envolvidos no processo de Autoavaliação Institucional são imparciais e tratados com critérios éticos.

8.4.3 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os relatórios de CPA, bem como as ações sugeridas e as ações desenvolvidas, são divulgados à comunidade acadêmica e no da FMP.

O relatório da autoavaliação é informado anualmente ao MEC, na data determinada, e aos gestores acadêmicos por meio de reuniões para esta finalidade, além da publicação do relatório de avaliação no *site* institucional, onde alunos e professores podem acessar os relatórios dos últimos. Também são importantes os momentos de exposição sobre os resultados por meio de reuniões com os representantes de turma, palestras, cartazes com seus resultados, infográficos, a exemplo da campanha “Você pediu a CPA atendeu” e de outros meios que vêm se consolidando na Instituição demonstrando a assunção da avaliação institucional como espaço de reflexão sobre o cumprimento das finalidades institucionais, à luz de sua Missão.

Diversas melhorias foram realizadas na FMP a partir das avaliações externas e internas, destacando-se a modernização e readequação das salas de aula, laboratórios de aprendizagem e da infraestrutura física e de tecnologia da informação da IES, assessoria aos acadêmicos e melhoria nos processos administrativos nas variadas áreas institucionais.

8.5 ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

As deliberações do processo de autoavaliação são de gerência autônoma da CPA.

8.5.1 PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO COLETIVA

O objetivo dessa etapa é planejar a Autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo. Esta etapa prevê as seguintes ações:

- Reuniões bimestrais da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com a função de coordenar e articular o processo de autoavaliação;
- Planejamento da autoavaliação, com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma;
- Sensibilização da Comunidade Acadêmica, buscando o envolvimento com o processo.

8.5.2 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PROPOSTO

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de autoavaliação. Esta etapa prevê as seguintes ações:

- Aplicação dos instrumentos de avaliação;
- Definição da metodologia de análise e interpretação de dados;
- Elaboração dos relatórios de avaliação.

8.5.3 CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO E PROGRAMAÇÃO DE REDIRECIONAMENTO

O objetivo desta etapa é o de incorporar os resultados encontrados na avaliação e buscar, por meio destes, a melhoria da qualidade na FMP. As ações previstas nesta etapa são:

- Organização das discussões dos resultados obtidos nos processos avaliativos (inclui ENADE e Exame de Ordem);
- Divulgação para a comunidade dos resultados obtidos;
- Planejamento da aplicação dos resultados, visando ao saneamento das deficiências encontradas.

8.6 MONITORAMENTO E REVISÃO DO PDI

A revisão do PDI é realizada anualmente. De posse das análises relativas ao andamento das atividades previstas no Plano de Metas e Ações e subsidiados ainda por sugestões da comunidade (Ouvidoria e CPA), discutem-se a respeito de possíveis revisões ao PDI. Nesse aspecto, as seguintes decisões poderão ser tomadas:

- Modificações no ritmo (cronograma), no grau de expectativas (resultados), no orçamento ou na equipe de desenvolvimento;
- Suspensão de projetos tornados inviáveis, inaplicáveis ou desnecessários;
- Ingresso de ações emergentes ou potencializadas, por meio da formulação de projetos adicionais.

A revisão proposta é submetida à aprovação do Colegiado Superior, para ser divulgada à comunidade.

9 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público está situada no Centro Histórico de Porto Alegre, em edifício comercial, ocupando 7 andares. A parte administrativa está dividida entre o 5º, 7º, 9º e 10º andares. Nesses e nos demais andares também se encontram as salas de aula, sala dos professores, salas dos professores de tempo integral, auditório, laboratório de informática, tribunal didático, núcleo de prática jurídica, escritório modelo, mestrado, sala de ouvidoria, sala para CPA e NDE, atendimento, salas de estudos em grupo e individuais, biblioteca, bistrô, área de convivência, CASS e estúdio de gravação do NEAD.

A FMP conta ainda com um setor de Logística, que a partir do ano de 2020 passou-se a chamar de Infraestrutura.

Atualmente a gestão da Infraestrutura na FMP é composta por três grandes subsistemas: Limpeza e Higienização, Serviço de Copa e Manutenção, cuja finalidade do setor é atender os processos focados em limpeza, higienização, atendimento em reuniões/eventos e conservação da Faculdade, com foco em proporcionar bem-estar a todos, atendendo as necessidades dos alunos e colaboradores da instituição.

9.1 INFRAESTRUTURA FMP

A infraestrutura física atual da FMP, para atendimento de suas atividades, está assim distribuída:

Quadro 11 - Instalações Administrativas

Descrição	Quantidade
Sala da Presidência da Mantenedora	01
Sala Direção da Faculdade	01
Sala do CEO da Mantenedora	01
Biblioteca	01
Ouvidoria	01
Sala da Assessoria Acadêmica	01
Sala do Registro Acadêmico	01
Sala do Arquivo do acervo acadêmico	01
Salas de estudos em grupo	08
Sala de estudos individuais com 25 gabinetes	01
Sala Núcleo Jurídico	01
Sala Controladoria	01
Sala Recursos Humanos	01
Sala de reuniões	02
Sala dos Setores Técnicos Administrativos – 5 ilhas com capacidade para 20 colaboradores	01
Sala de Tecnologia da Informação	01
Depósitos de Materias	04

Salas para arquivo para documentos administrativos	02
Refeitório para corpo técnico-administrativo	03
Copas para técnico-administrativos	04
Sala de descanso para técnico-administrativos	01
Sala de descanso da Infraestrutura	01

Salas de aula

Quadro 12 - Salas de aula

7º andar – 8 Salas	Características Especiais
1 – 42 lugares	Ar-condicionado, rede wireless em todas as salas, telas interativas touch screen, sonorização, computadores para os professores. Todas as salas possuem acessibilidade e segurança compatíveis
2 – 42 lugares	
4 – 50 lugares	
5 – 50 lugares	
6 – 42 lugares	
7 – 42 lugares	
8 – 42 lugares	
10º andar Mestrado – 4 Salas	
1012– 32 lugares	Ar-condicionado, rede wireless ,telas interativas touch screen, sonorização, computadores para os professores. Todas as salas possuem acessibilidade. 2 salas possuem mesa oval com 16 cadeiras cada.
1014 – 30 lugares	
1016 – 16 lugares (Pesquisa)	
1018 - 16 lugares (Pesquisa)	
10º andar NPJ – 5 Salas	Características Especiais
Núcleo de Prática Jurídica	o escritório jurídico, onde os profissionais formados pela FMP têm à sua disposição um espaço com infraestrutura completa (mesa, cadeiras, acesso à internet, computador e telefone) para desenvolver suas atividades profissionais, promovendo a inserção no mercado de trabalho com a oportunidade de exercer sua profissão; Tribunal Didático, com audiências reais, além de mediações e audiências simuladas em disciplinas práticas; Salas de aula para prática jurídica, amplas, que prezam pelo conforto e contribuem no processo de aprendizagem do estudante, com tecnologia a partir de tela interativa <i>touch screen</i> , mesas redondas para interação em grupo, com computadores e impressora.
Escritório Jurídico	
Sala 1 de prática 1 – 32 lugares	
Sala 1 de prática 2 – 32 lugares	
Tribunal Didático – 45 lugares	
Sala de mediação – 4 lugares	
Laboratório de Informática	
12º andar – 8 Salas	Características Especiais
12 – 42 lugares	Ar-condicionado, rede <i>wireless</i> em todas as salas, telas

13 – 42 lugares	interativas <i>touch screen</i> , sonorização, computadores para os professores. Todas as salas possuem acessibilidade e segurança compatíveis.
14 – 42 lugares	
15 – 50 lugares	
16 – 42 lugares	
17 – 42 lugares	
18 – 42 lugares	
19 – 50 lugares	

Auditório

Quadro 13 - Auditório

Descrição	Local
1(um) auditório com projeto adaptado para garantir a acessibilidade da edificação e mobiliário com 150 lugares, sendo 3 lugares para cadeirantes e 2 poltronas para pessoas obesas. Possui cabine central de comando completa para controle de todos os sistemas de iluminação, de áudio e vídeo. Palco com 24m ² de área útil. Iluminação de Palco – 8 Canhões de LED com controle DMX, mesa controladora DMX, 2 trilhos com Spots de luz LED 5000K, iluminação de plateia com controle dimerizado independente. Equipamento de som – Mesa controladora de áudio Soundcraft (Ui16) Wireless, Amplificador Potencia Db Series, alto falantes arandela JBL na plateia, 2 subwoofers JBL no palco. 4 Microfones Csr Gooseneck Sem Fio Csr840, 2 microfones de mão AKG sem fio, 2 Microfones de mão Sem Fio Uhf Vokal Vwr-25mm. Equipamentos de Vídeo – 2 câmeras 4k com controle PTZ IP, mesa controladora PTZ Mod. IPKB100, computador com mesa de transmissão e gravação Virtual 4K (Vmix), suporte para transmissão 4K em diversas plataformas online. 2(duas) TVs LED 4K de 75 Polegadas de retorno para plateia. 1(uma) Tela interativa 70 polegadas 4K no palco. 1(uma) TV 32 polegadas de retorno para o palco.	6º andar
1 (um) Foyer para recepções/eventos , com área de 63 m ² para recepção de alunos/palestrantes/convidados	6º andar
1 (um) Camarim com bancada, cadeiras, espelho iluminado e frigobar para palestrantes e/ou convidados.	6º andar

Salas de professores

Quadro 14 - Sala de Professores

Descrição	Local
1 Sala de professores: possui dois computadores, mesa de reuniões com seis cadeiras, ar condicionado central, escaninhos, quadro de avisos, frigobar, máquina de café, sofá para descanso e televisão conectada à canais de TV por assinatura.	9º andar

Sua dimensão e conservação, limpeza, iluminação, acústica, acessibilidade estão adequadas ao fluxo de docentes da IES..	
---	--

Espaços de trabalho de professor TI

Quadro 15 - Espaços para trabalho do Professor TI

Descrição	Local
6 Salas para docentes em Tempo Integral: possui 2 mesas, 4 cadeiras e 2 computadores, por sala, para os docentes realizarem suas pesquisas e atendimento aos acadêmicos	10º andar

Espaços para atendimento aos alunos

Quadro 16 - Espaço para atendimento aos alunos

Descrição	Local
Atendimento Acadêmico	7º andar
Atendimento Financeiro Acadêmico	7º andar
Sala do Núcleo de Apoio Psicopedagógico	9º andar
Sala para Coordenadores da Graduação e Especialização	9º andar
Sala para o Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu	10º andar

Infraestrutura para a CPA e NDE

Quadro 17 - Infraestrutura para CPA e NDE

Descrição	Quantidade
Sala com mesa de reuniões para 10 pessoas, com cadeiras, computador, rede wireless, Tela interativa <i>touch screen</i> e armários para arquivo, compartilhada com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o Núcleo docente Estruturante (NDE)	01

Espaços para o Núcleo de Educação à Distância

Quadro 18 - Espaço para Núcleo de Educação à Distância

Descrição	Quantidade
Sala do Núcleo de Educação à Distância	01
Sala da secretária do preparatório	01
Sala equipe técnica (som, imagem, iluminação e gravação)	03
Estúdio de Gravação, corte e edição de vídeos	01

Salas de gravação de videoaulas	02
---------------------------------	----

Instalações sanitárias

Quadro 19 - Instalações sanitárias

Descrição	Quantidade
sanitários masculinos, coletivos, distribuídos do quinto ao décimo segundo andar	05
sanitários femininos, coletivos, distribuídos do quinto ao décimo segundo andar	06
sanitário masculino individual, com vaso sanitário e pia, para portadores de necessidades especiais, no sexto andar.	01
sanitários femininos individuais, com vaso sanitário e pia, para portadores de necessidades especiais, localizados no sexto, sétimo e décimo Segundo andares.	03
sanitário unissex individuais, com vaso sanitário e pia, para portadores de necessidades especiais, localizado no décimo primeiro andar	01
vestiário unissex para técnicos administrativos, localizado no 5º piso.	01
1 sanitário familiar, coletivo, com fraldário, localizado no 5º andar.	01

Segurança

Quadro 20 - Instalações de segurança pessoal

Equipamento	Quantidade	Localização
Catracas com biometria e cartão de proximidade	04	recepção térreo
Agentes de segurança	003	recepção térreo

Espaços de Convivência e de Alimentação

Quadro 21 - Espaços de convivência e de alimentação

Descrição	Local
Cantina	11º andar
Ambiente de convivência	11º andar
Central de Estágios	11º andar
Centro Acadêmico	11º andar

9.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público foi fundada em agosto de 2002 pela Mantenedora, que a cedeu para a Faculdade por ocasião do seu credenciamento.

A Biblioteca é importante órgão de apoio acadêmico aos docentes, acadêmicos, visitantes, colaboradores da instituição, bem como aos membros da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A Biblioteca foi ampliada recentemente e conta com um espaço aconchegante, com mesas para leituras no próprio acervo, acomodando dois leitores em cada mesa. Ao todo são 08 mesas com acesso à cadeirantes, inclusive.

Possui uma ampla sala para estudo individual com 25 estações de estudos, equipadas para uso de notebooks. Esta sala é bem reservada e muito utilizada em época de provas e trabalhos, devido ao silêncio que ela proporciona. Além destes locais destinados aos leitores, também temos um espaço amplo e adequado para o acervo e o atendimento dos usuários.

A atualização do acervo acontece periodicamente, com aquisição de novos exemplares semestralmente. Salienta-se que, além da quantidade, o acervo é de expressiva qualidade.

Como a biblioteca foi um setor planejado na reforma do andar, ela está condizente com as necessidades dos usuários de um centro de informação. A iluminação foi projetada conforme a distribuição das estantes; as janelas próximas às estantes têm cortinas blecaute. A ventilação é distribuída por ar-condicional central e também com dois splits no acervo e um na sala de estudo individual. A acústica é boa na maioria da Biblioteca, exceto nas primeiras 4 mesas de leitura que fica no acervo próximo ao balcão de atendimento, uma vez que nosso acervo é de acesso aberto.

A missão da Biblioteca é promover o acesso, a disseminação e o uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a evolução e a construção do conhecimento, de forma ágil e qualificada, visando a melhor formação do profissional.

Suas finalidades fundamentais são:

1. Contribuir para a consecução dos objetivos das atividades acadêmicas e administrativas;
2. preservar as publicações institucionais da Faculdade, em especial quanto à normatização e produção impressa e audiovisual da Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa;
3. organizar as informações fornecidas aos usuários, atendendo as suas solicitações e necessidades informacionais específicas.

Compete à Biblioteca reunir, organizar, conservar, divulgar e manter atualizado o seu acervo nos diferentes campos do conhecimento, necessários para as atividades de ensino, de pesquisa, da extensão e das relações com a comunidade externa.

9.2.1 ACERVO

O acervo da Biblioteca conta com um total de 8.268 títulos distribuídos em 16.724 exemplares, entre livros, folhetos, trabalhos de conclusão de curso da graduação e pós-graduação, periódicos, DVDs, CD-ROM e Processos. Também é feita a catalogação dos artigos dos periódicos de assinatura corrente e de alguns periódicos permutados, totalizando 9.024 analíticas de periódicos e 316 analíticas de capítulos de livros.

Quanto a distribuição dos títulos e exemplares conforme a classificação do CNPq/CAPES.

Existe uma Política de Desenvolvimento de Coleções, no qual é realizado periodicamente um desbastamento do acervo. A atualização é realizada semestralmente, conforme a necessidade do público alvo e das solicitações específicas dos docentes. A Política prevê a renovação das bases de dados já disponíveis para acesso a comunidade acadêmica e o aumento da disponibilização do material em formato digital, tais como e-book's, TCC-Graduação, Pós-Graduação e Dissertações.

A Biblioteca da Faculdade apresenta excelente número de periódicos, que enriquecem e atualizam o aprendizado de seus usuários, conforme o número de acadêmicos, o que pode ser constatado na tabela a seguir:

Quadro 22 – Acervo Periódicos

	Títulos		Exemplares
	Nacionais	Estrangeiros	
Publicações da FMP	2		24
Assinaturas	17		830
Permutas	36	3	396
Doações	49		441
TOTAL	100		1.691

Fonte: biblioteca, 2022

9.2.2 ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico de 318,51 m² é distribuído harmoniosamente entre o acervo, o qual conta com 08 mesas e 02 acentos cada, uma sala de estudo individual que comporta 27 estações de estudos, além de 3 salas de estudos em grupo que permite até 6 acadêmicos por vez. O horário de atendimento da Biblioteca é amplo, pensando em melhor atender os discentes em suas necessidades de uso, abrindo de segunda à sexta-feira das 7h30min às 22h30min e aos sábados das 8h às 16h.

O mobiliário é moderno, funcional e adequado às suas finalidades.

9.2.3 POLITICAS DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO

A política de atualização e expansão do acervo bibliográfico, adotada pela instituição é baseada nas necessidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão mantidos pela faculdade,

seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente e discente com base nos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos e as recomendações dos padrões de qualidade das comissões de ensino do MEC. A aquisição do material bibliográfico se dá de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da faculdade. A Política prevê a aquisição de uma base de dados até 2016 e o aumento da disponibilização do material em formato digital (e-book's e TCC-Graduação e Pós-Graduação).

As principais diretrizes são:

- a) manter o crescimento equilibrado do acervo da Biblioteca;
- b) estabelecer critérios para seleção de materiais de informação;
- c) identificar os materiais de informação adequados às necessidades acadêmicas;
- d) traçar prioridades para aquisição de materiais de informação;
- e) estipular critérios para atualização de títulos existentes;
- f) determinar critérios para o desbastamento do acervo;
- g) assegurar a manutenção de medidas preventivas de conservação do acervo;
- h) estipular diretrizes para avaliação da coleção

9.2.4 FUNCIONAMENTO E SERVIÇOS PRESTADOS

Funcionamento:

O horário de atendimento da Biblioteca é de segunda à sexta-feira das 7h30min às 22h30min e aos sábados das 8h às 16h.

Serviços prestados:

A Biblioteca conta com pessoal qualificado, gerenciados por Bibliotecária, que presta atendimento ao público, além de manter o acervo em condições ideais para consulta.

Está informatizada, com acesso via internet para consulta e reserva, além da gestão do acervo e outros serviços necessários para atendimento de suas finalidades.

A Biblioteca presta os seguintes serviços aos seus públicos:

1. Serviço de Referência: atender aos usuários e orientar na consulta à Base de Dados Pergamum e acervo, orientar em pesquisas em bases externas de acesso livre e organização do acervo.
2. Orientações às Normas da ABNT: a cada início do semestre é ministrada duas aulas explicativas sobre as normas da ABNT, uma para a disciplina de TCC I e outra para TCC II. Também são realizados atendimentos pessoais presenciais, por e-mail e telefone.
3. Serviço de Empréstimo: realizar empréstimo, devoluções e controle de reservas dos materiais, averiguar as condições físicas dos materiais, zelando pelo patrimônio do setor.

4. Empréstimos entre Bibliotecas: realizar empréstimo de materiais com outras bibliotecas, conforme solicitação prévia.
5. Serviço de Intercâmbio (comutação, permuta e doação): intercâmbio de informações entre a Biblioteca da Faculdade e outras Instituições, cobrança dos valores operacionais deste serviço.
6. Editoração da Revista da FMP: controlar o recebimento de artigos a serem submetidos à avaliação às cegas, contatar os avaliadores da Revista, bem como com os autores e Corpo Editorial, designação dos artigos recebidos aos avaliadores e controle de suas avaliações.

9.2.5 INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca possui o software Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, que permite o acesso remoto ao catálogo online, no qual podem ser realizadas as pesquisas do material disponível no acervo, renovações e reservas de materiais, bem como o controle das datas dos empréstimos, débitos, históricos de empréstimos e áreas de interesses. O catálogo também permite uma interface de repositório digital, uma vez que, os e-books e os trabalhos de conclusão de curso são disponibilizados para downloads.

O Pergamum é bem desenvolvido e atende plenamente todas as necessidades de uma biblioteca informatizada, pois além de permitir o empréstimo, devoluções, renovações, reservas, pesquisas e catalogação de todo o acervo via sistema, ele também possui diferentes módulos de serviços, permitindo a geração de relatórios e estatísticas, o controle dos cadastros dos usuários e o registro de diferentes tipos de serviços prestados, tais como as orientações às Normas da ABNT e agendamento do uso das salas de estudos em grupo.

Pensando nas constantes mudanças das legislações e atualização constante das obras, para atender seu corpo discente tanto na modalidade EAD quanto presencial, a FMP adquiriu a plataforma digital de livros Minha Biblioteca, que possui um vasto acervo de títulos técnicos, acadêmicos e científicos sobre temas jurídicos atuais, relevantes e de renomados autores, advogados e juristas. A plataforma é prática, intuitiva e com diversas ferramentas inclusas, que pode ser acessada em qualquer dispositivo conectado à internet.

Também possui acesso à três bases de dados online, onde é possível se conectar utilizando os computadores ligados à rede da FMP e via Portal do Aluno pela internet. São elas: Revista dos Tribunais Online – Base de Dados RT Online, Heinonline e a LTR Digital – O maior acervo jurídico trabalhista do país.

9.2.6 ACESSOS

Para os usuários é concedido, na Biblioteca, terminais para pesquisa informatizada ao Catálogo Online do Pergamum.

O acervo possui assinaturas de Plataformas Digitais Especializadas de periódicos científicos e e-books. As consultas aos dados informatizados serão feitas, observando-se os seguintes critérios:

* O acesso à pesquisa especializada nas plataformas é franqueado somente aos acadêmicos, docentes, colaboradores administrativos e demais estudantes da Fundação;

* A pesquisa ao catálogo online do Pergamum é remoto e não é restrito, sendo permitido o acesso aberto a todos.

9.2.7 SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO E CONSULTA

A Biblioteca é franqueada aos usuários para consulta local e empréstimo domiciliar. Parágrafo Único – O usuário é responsável pela guarda e conservação do material emprestado, e sua responsabilidade somente cessa mediante a restituição deste à Biblioteca, nas mesmas condições de recebimento.

Os empréstimos de obras da Biblioteca dependem do prévio cadastramento automático do usuário e sua senha pessoal junto à Biblioteca. O cadastro dos usuários para o empréstimo domiciliar é atualizado diariamente por meio da importação de dados dos estudantes matriculados no software utilizado pelo gerenciamento administrativo e educacional da Faculdade.

Para efetuar qualquer movimentação (empréstimo, reserva e renovação) é obrigatório que o usuário identifique-se pelo número de matrícula ou nome, juntamente com a senha pessoal.

O empréstimo é pessoal e intransferível. O usuário é responsável pela guarda e conservação da(s) obra(s) emprestada(s) em seu nome. O serviço de empréstimo ao usuário será efetuado até 10 (dez) minutos antes do final do expediente na Biblioteca. O material do acervo disponível para empréstimo domiciliar pode ser retirado apenas por usuários da comunidade da Escola Superior do Ministério Público e pelos membros da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Não fazem parte da coleção destinada ao empréstimo domiciliar:

- I. obras raras;
- II. obras de referência, tais como dicionários, entre outros;
- III. autos findos;
- IV. materiais de consulta local, sinalizado pela tarja amarela na lombada;
- V. normas técnicas da ABNT;
- VI. material permanente, utilizado como subsídio técnico biblioteconômico e/ou administrativo.

Os prazos e as quantidades de materiais emprestados por categoria de usuário estão no regulamento, podendo ser alterada pelo Bibliotecário em conjunto com a Direção da Faculdade, e divulgados no site da Biblioteca, no portal do aluno, bem como serem afixados em local visível na própria Biblioteca.

9.3 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA FMP

A infraestrutura tecnológica para atendimento às demandas administrativas e acadêmicas da FMP conta com:

- 05 Servidores Principais, IBM 3550 modelos M3, M4, M5, Dual Processador XEON, Quadicore, 32 GB e 64 GB de Memória RAM;
- 02 Servidores HP Proliante, XEON, Quad core, 16 GB RAM;
- 01 Storage IBM com capacidade de 14 TB.
- Sistema de Gestão Acadêmica GVCollege;
- Sistema de Ensino a Distância Moodle com Sistema Operacional Linux;
- 20 Servidores Virtualizados local e na nuvem com Sistema Operacional Linux /Windows;
- 01 No-Break de 6 kVA e 01 No-Break de 3 KVA

Servidores Virtuais em Nuvem

- 01 Servidor Aplicação 8G Memória, Processador Intel xeon E5-2630 Windows Server 2016;
- 01 Servidor Banco de Dados (DB) 16G Memória, Processador Intel xeon E5-2630, Windows Server 2016;
- 01 Servidor Mobile 6G Memória, Processador Intel xeon E5-2630; Windows Server 2016;
- 01 Servidor AD 6G Memória, Processador Intel xeon E5-2630, Windows Server 2016;
- 01 Servidor Moodle 6G Memória, Processador Intel xeon E5-2630, Windows Server 2016;
- 01 Servidor Portais 8G Memória, Processador Intel xeon E5-2630, Windows Server 2016;
- 01 Servidor GVCentris 16G Memória, Processador Intel xeon E5-2630, Windows Server 2016;

Em 2019, foi reestruturada a Rede Lógica da Instituição, com a substituição do Switch principal e os principais Switchs departamentais, com velocidade GigaBit, além de um Backbone em GigaBit. A Rede Wi-Fi foi reestruturada com a substituição de 25 *Access Point* e por *Access Point Ruckus* (quantidade), maiores e com mais performance, implantação de Switch/Sistema de Gerenciamento Wi-Fi, foi implantado novo Firewall, Sistema Anti-Vírus e Anti-Spam.

Para o atendimento das novas demandas em termos de TIC, foi necessária uma ampliação dos Links de Internet, conforme descrito abaixo:

- 1 Links de 100 Mb Dedicado (FullDuplex) Rede Administrativa;
- 1 Link Via Rádio (rede Administrativa)
- 1 Link 200 Mb dedicado para rede Academica

Os referidos Links Administrativos estão configurados em *LoadBalance*, proporcionando aumento de performance e segurança da rede.

Atualmente a Faculdade conta com:

- Um total 197 microcomputadores, (Desktops, Notebooks, All in One) com sistema operacional Windows 10 e windows 7.
- 30 Impressoras;
- Sistemas operacionais dos servidores Windows Server 2012 e LINUX e VMWare para Servidores;
- Bancos de dados da Microsoft SQL Server e MYSQL (livre).
- Suíte de Trabalho Microsoft Office versão 2010.
- Na Assessoria de Comunicação Social são utilizadas a suíte adobe Master Collection e o Corel Draw, além de um conjunto de ferramentas livres.

As instalações de *softwares* seguem as normas institucionais, ou seja, somente podem ser instalados *softwares* devidamente licenciados.

9.4 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

O investimento em equipamentos e ferramentas de apoio ao processo de ensino aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e acompanhamento dos avanços tecnológicos. Em função da crescente integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos processos de comunicação e educação torna necessária a concepção de novas formas de se organizar e ofertar o ensino.

A FMP criou o Programa de Inovação Tecnológica, conjunto de projetos acadêmicos, pedagógico e tecnológico, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da instituição em termos virtuais e atender as demandas de multiplicação on-line das informações e de sua produção acadêmica. Dessa forma o avanço atende, além das exigências quantitativas de equipamentos e ferramentas, a qualificação das tecnologias para uso dos discentes e docentes.

9.5 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), está adequada ao atendimento das demandas da Instituição, destacando-se os seguintes recursos: Salas de Aula com Computador com acesso a Internet, *Telas Interativa de 70 Polegadas*, Sonorização, Climatização, conjunto de tomadas elétricas, acesso a Internet, oferecida aos acadêmicos através de rede Wi-Fi.

A instituição também oferece Salas de Atendimento, usadas pelos Monitores do Laboratório de Ensino, proporcionando espaços para a qualificação das atividades de ensino com tecnologia adequada

às demandas, além de gabinetes e salas para o desenvolvimento de pesquisas, atendimento de alunos e monitoria.

A Instituição possui cobertura de rede Wi-Fi em todas as suas dependências, que possibilita aos acadêmicos, além do acesso a Internet, o acesso ao Sistema de Gestão Acadêmica, através do Portal do Aluno. O Portal oferece serviços, tais como: consulta e alteração de dados cadastrais, 2ª via de boletos, emissão de comprovantes, matrícula e rematrícula e verificação de pré-requisitos e conflitos de horários, horário das aulas, conteúdos e programas das aulas, frequência, boletim e histórico escolar, *download* de materiais, agendas, avisos, protocolo, etc.

Hardware:

A FMP possui:

- 111 Microcomputadores na área administrativa;
- 23 Microcomputadores em salas de aula;
- 23 Telas Interativas e sistema de sonorização em salas de aula;
- 10 Máquinas no laboratório de informática;
- 15 Máquinas All in One no laboratório de prática jurídica 1;
- 15 Notebooks no laboratório de prática jurídica 2;
- 08 Servidores
- 01 storage no data center.

9.6 INFRAESTRUTURA DE REDE / LINKS DE DADOS

Para atendimento das demandas da FMP, foi estruturada uma rede lógica e WIFI, atendendo todos os andares da instituição: 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º andar. Foram instaladas switch gerenciáveis, nos referidos andares, para gerenciamento e distribuição da rede.

Para os acadêmicos, a FMP disponibiliza acesso gratuito a conteúdos relevantes para formação acadêmica. Dividido nas categorias FMP Doble, FMP Plus e FMP Gold, acadêmicos e egressos complementam seus conhecimentos através de vídeos com conteúdos de destaque. FMP DOBLE oferece a possibilidade de melhor fixação dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula; FMP Plus possibilita a visualização de um percentual de videoaulas do Curso Preparatório as Carreiras Jurídicas, aderentes aos conteúdos do curso de Bacharelado em Direito e o Programa FMP GOLD possibilita o aprofundamento e a atualização do conhecimento assim como a ampliação das competências em Direito. Beneficia os estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, egressos, professores e funcionários da FMP acesso gratuito aos vídeos de palestras, congressos e cursos livres através do acesso online e gratuito.

9.7 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Dentro do PETIC (Plano Estratégico do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação), está planejada a substituição de nossos recursos de informática a cada 3 anos. A expansão do número de equipamentos é diretamente relacionada, com as demandas internas da instituição e com a implantação de novos projetos nos setores.

Atualmente a FMP possui um total de 140 colaboradores na área administrativa e professores. Possui um parque de 197 computadores d. Temos uma média superior a um (01) computador por colaborador. Levamos em consideração, neste cálculo, os computadores existentes na área administrativa, Telas Interativas e computadores dos professores em salas de aula, nas salas de Prática Jurídica 1 e 2, no laboratório de Informática e Escritório Modelo.

Os equipamentos considerados como médios, possuem as seguintes características: processador i3, 4 GigaB de memória RAM, HD de 320 Giga, monitor de 20 polegadas. Tendo-se no parque equipamentos com processadores i5 e i7, quando o tipo de atividade exigir maior poder de processamento.

São adquiridos constantemente, novos computadores para atender as demandas de novos projetos e cursos.

9.8 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Não existe previsão de expansão das Instalações Físicas no âmbito deste PDI.

9.9 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva é possível perceber na Instituição o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Pensando, pois, na educação inclusiva e considerando seus pressupostos legais e conceituais, a instituição:

- Procura identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- Organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
- Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
- Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a Instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

A Instituição busca efetivar as ações de acessibilidade pela via da responsabilidade social expressa na Lei do SINAES e do reconhecimento da diversidade não apenas do sistema, mas também dos alunos. Tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior, resguardadas as seguintes legislações:

- Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208: Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V);
- LDB 9.394/96, cap. IV;
- Aviso Circular nº 277/96;
- Decreto nº 3.956/01;
- Lei nº 10.436/02;
- Portaria nº 2.678/02;
- Portaria nº 3.284/03;
- ABNT NBR 9.050/04; Decreto nº 5.296/04;
- Programa Acessibilidade ao Ensino Superior/2005;
- Lei 13.146 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (6 de julho de 2015);
- Plano de Desenvolvimento da Educação/2007; e
- Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

A Instituição busca oferecer infraestrutura planejada para pessoas com deficiência, com vistas a atender o que dispõe a Portaria Ministerial N° 3.284 de 7 de novembro de 2003, D.O.U. de 11 de novembro de 2003.

Uma das preocupações da FMP é oferecer aos alunos uma educação que seja inclusiva em sua essência, ou seja, busca disponibilizar a todos os seus discentes condições adequadas de exercerem o direito de acesso a uma educação de qualidade. Conscientes desses aspectos, especial atenção é dada às pessoas com deficiência, tanto no que se refere à infraestrutura adequada, quanto na preocupação em oferecer uma educação diferenciada àqueles que dela necessitam.

Desta forma, as instalações da FMP vêm sendo adaptadas para assegurar às pessoas com deficiência, na medida de suas demandas, condições de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e de instalações em seus ambientes.

A FMP tem uma preocupação em melhor atender as pessoas com deficiência e atualmente conta com os seguintes itens:

- Condição de acesso às pessoas com deficiência: O prédio onde funciona a FMP possui rampa de acesso adequada, elevador com dispositivos em braile e aviso sonoro, piso e mapa tátil e mobiliário adaptado.
- Há banheiros acessíveis, que possuem a porta larga e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeirantes, com barras de apoio nas paredes do banheiro, vasos sanitários específicos e demais dispositivos normatizados;
- Há banheiro familiar com fraldário.

Neste contexto, busca-se facilitar a relação discente-docente, proporcionando a aproximação e conhecimento de elementos específicos da comunicação entre as pessoas com deficiência e as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

No que se refere ainda a alunos portadores de deficiência visual, a IES assume o compromisso formal, caso venha a ter alunos com esse tipo de deficiência, de:

- Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto aos estudantes portadores de deficiência auditiva, a IES assume o compromisso formal, caso venha a ter alunos com esse tipo de deficiência, de:

- Propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais;

Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

- Disponibilizar, quando necessário, no atendimento ao art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5626/2005 recurso didático especializado como o DosVox.

Mantém ainda as seguintes recomendações para o trato com alunos portadores de deficiência auditiva:

- falar de forma clara, espontânea e em tom normal para o aluno surdo, pois desta forma o estudante não perderia o campo visual de fala do orador;
- atentar para alternativas diferenciadas no estabelecimento da comunicação, tais como: valorizar a expressão facial e corporal, articular corretamente as palavras, usar vocabulário compreensível (para a maioria dos alunos surdos que têm dificuldades na língua portuguesa) bem como materiais e recursos visuais variados (mapas, gráficos, tabelas, legenda, etc.), exigir intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) se assim se fizer necessário e solicitado, etc.;
- fixar em murais os recados e avisos sobre trabalhos, provas, aulas práticas, laboratoriais, mudanças de horários de atividades programadas;

- deixar à disposição material para fotocopiar ou indicar referências bibliográficas completas (livro, autor e editora);
- cuidar quanto à verificação e preferência de legendas, nas programações com vídeo;
- observar se o espaço físico apresenta dificuldades como: muita luminosidade com reflexão solar ou pouca luminosidade, excesso de barulho externo e/ou interno ao ambiente, salas e/ou auditórios muito amplos, interferindo com a inflexão do próprio som da fala do professor, distância entre a mesa/púlpito do professor e os alunos.

Observado o disposto acima, a FMP visando a identificar os estudantes com necessidades especiais – especialmente os ingressantes – e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- **No ato da inscrição para o processo seletivo** – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- **No ato da matrícula** – o atendimento presencial permite que as demandas especiais sejam explicitadas com detalhamento;
- **No decorrer do curso** – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências, temporária ou permanente ou que tenham suas demandas alteradas. Há diálogo constante.
- **No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica** - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

No que se refere a alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista, a IES assume o compromisso formal, caso venha ter um aluno com esse tipo de deficiência, de cumprir as exigências da legislação vigente, quanto ao Ensino Superior.

De forma geral, o atendimento aos estudantes que apresentam dificuldades específicas de aprendizagem se pauta na construção de ações adequadas às características dos alunos, buscando fazer com que atinjam os objetivos traçados para o ensino de graduação, nas mais diversas áreas.

Ao se identificar a necessidade de apoio, o aluno da instituição – na maioria dos casos, disléxico ou disortográfico – é encaminhado ao setor de apoio psicopedagógico, que, por meio de atendimento individual, realiza o diagnóstico e o acompanhamento do mesmo, além de orientar os docentes sobre as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas, uma vez que esses alunos, muitas vezes, apresentam dificuldades persistentes na aprendizagem que não podem ser atendidas por meio de instruções oferecidas para a maioria dos discentes.

A estratégia de acompanhamento dos alunos, nesses casos, é traçada com vistas à promoção de práticas inclusivas eficazes.

Em relação ao atendimento às pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica e da eliminação de barreiras físicas e disponibilização de equipamentos, a instituição apresenta:

- Quanto aos acessos: todos os acessos permitem fácil locomoção até a entrada principal das edificações, sem quaisquer obstáculos e devidamente sinalizados, em conformidade com a ABNT – NBR 9.050/2004;
- Quanto às circulações internas: todas as rotas internas a qualquer ponto das edificações são acessíveis, em qualquer pavimento, por meio de rampas ou elevadores. As circulações disponibilizam sinalizações quanto à localização de instalações sanitárias adaptadas, rampas, escadas, telefones, salas de aulas e saídas;
- Quanto às rampas: todas as rampas obedecem os parâmetros técnicos estabelecidos na ABNT – NBR 9050/2004. As inclinações seguem o índice estabelecido e suas larguras coincidem ou ultrapassam as previstas na norma. Todos os corrimãos foram confeccionados em material, dimensões e critérios executivos normatizados;
- Quanto às instalações sanitárias: todos os prédios dispõem de pelo menos um sanitário feminino e um masculino, por pavimento, acessíveis a pessoas com deficiência. Estão adaptadas com barras de apoio nos boxes e os lavatórios dispõem de papeleiras e saboneteiras dentro da faixa de alcance normatizada;
- Quanto ao estacionamento: oito vagas próximas às entradas das edificações, em obediência a Lei nº 10.098/2000, estão disponíveis, devidamente demarcadas com simbologia internacional, no piso e em sinalizações verticais. As vagas reservadas estão dispostas de maneira a evitar que a pessoa com deficiência tenha que circular, indevidamente, entre veículos, conforme ABNT – NBR 9050/2004;
- Quanto aos auditórios: as entradas do auditório principal e dos mini auditórios seguem os padrões técnicos. Há reserva de espaços para pessoas em cadeiras de rodas, definidos com base no item específico da Nota Técnica. No Auditório principal, o acesso interno ao palco, desde a plateia, tem solução plana, com largura adequada. As instalações sanitárias seguem os padrões de acessibilidade recomendada;
- Quanto a sinalização geral: em todas as áreas adaptadas para adequada acessibilidade, há sinalizações direcionais e indicativas, conforme a ABNT – NBR 9050/2004.

Em relação ao atendimento de alunos com deficiência visual ou auditiva, a IES está aparelhada para garantir as condições de acesso durante todo o período em que o interessado estiver matriculado na Instituição. Com relação aos deficientes auditivos e visuais, a Instituição disponibiliza, em seu quadro de pessoal, sempre que necessário, intérprete de LIBRAS e assessoria de especialista em Braille. Sobre esse ponto, desde 2006, a instituição tem sob contrato funcionários para serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, além de oferecer cursos de treinamento em LIBRAS com o objetivo de treinar seu pessoal técnico-administrativo para atendimento a pessoas com deficiência.

A Instituição proporciona atendimento especial às pessoas com deficiência, desde a sua inscrição no vestibular. No ato da inscrição, são feitos levantamento das eventuais necessidades especiais para

realização das provas, quando, então, são oferecidos os seguintes atendimentos, com suporte técnico em sala especial:

- Para pessoa com deficiência visual total: prova em braile;
- Para pessoa com deficiência visual séria, parcialmente corrigida pelo uso de lentes: prova ampliada com tamanho de letra correspondente ao corpo 24 ou, quando necessário, com oferta de auxílio de um leitor;
- Para pessoa com mobilidade reduzida: salas de fácil acesso;
- Para participante incapaz de efetuar marcação do cartão-resposta: auxílio para transcrição da parte objetiva da prova e da redação;
- Para pessoa com deficiência auditiva: auxílio de pessoa com domínio na Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- O atendimento especial, também pode ser requisitado por gestantes, lactantes, pacientes em pós-operatório ou com um eventual problema clínico, inclusive hospitalizados, que devem declarar, no ato da inscrição, o tipo de atendimento especial que necessitam para realizar a prova.

Para além da peculiaridade do vestibular, de forma permanente, o Atendimento Especial garante as condições necessárias para a melhor adaptação da pessoa com deficiência ao ambiente de estudo e trabalho, em função do nível de recursos de adaptação requerido. Há, por exemplo, casos de desenvolvimento de mobiliário diferenciado para determinados casos particulares.

10 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

10.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL E ECONÔMICA FINANCEIRA

O equilíbrio financeiro é fator decisivo para a manutenção e crescimento da FMP, em todos os aspectos, especialmente na qualificação acadêmica, no aprimoramento do corpo docente e administrativo, na modernização de ferramentas tecnológicas e na oferta de infraestrutura adequada.

Os Balanços e Demonstrativos de Resultados de Exercícios demonstram que há equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, cujas principais entradas referem-se a receitas educacionais. As principais despesas estão relacionadas a recursos humanos e custeio.

10.2 POLÍTICAS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E PLANOS DE INVESTIMENTO

Os resultados ao final da vigência do último PDI (2019/2020) demonstram para o próximo quinquênio (vigência deste novo PDI), a necessidade de continuar buscando equilíbrio econômico-financeiro e de ampliar fontes de recursos com serviços, somada às mensalidades, que constituem a maior parte da receita. Medidas são tomadas procurando-se equacionar soluções para aprimorar o necessário equilíbrio econômico e financeiro.

No plano acadêmico, continua sendo estratégico o controle da formação de turmas de graduação e de pós-graduação, assim como a consolidação dos Cursos de Pós-Graduação em EAD.

De maneira geral, serão mantidos os investimentos necessários para garantir a qualidade. Paralelamente, os estudos de readequação e modernização serão desenvolvidos em várias áreas, como, recursos humanos, gestão da operação técnico-administrativa, investimento em tecnologia e infraestrutura.

10.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI

Os investimentos estarão alocados, especialmente, nos quesitos que dão sustentação à qualificação permanente da formação acadêmica - corpo docente, biblioteca, pesquisa e extensão, atualização de ferramentas tecnológicas e implementação de novos projetos que contribuam na formação profissional e humana dos discentes.

Por outro lado, execução de eventos com renomados juristas, pesquisa em parceria com instituições brasileiras e internacionais, marcam o plano de investimentos no período 2021-2025.

Quadro 23 - PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 a 2025

Receitas	2021	2022	2023	2024	2025
(+)Anuidade/Mensalidade	R\$ 33.641.954,36	R\$ 34.314.793,45	R\$ 35.001.089,32	R\$ 35.701.111,11	R\$ 36.415.133,33
(-) Bolsas	R\$ 5.007.917,08	R\$ 5.108.075,42	R\$ 5.210.236,93	R\$ 5.314.441,67	R\$ 5.420.730,50
(+) Diversos	R\$ 230.451,72	R\$ 235.060,75	R\$ 239.761,97	R\$ 244.557,21	R\$ 249.448,35
(+) Financiamentos					
(-) Inadimplência	R\$ 1.399.679,71	R\$ 1.427.673,30	R\$ 1.456.226,77	R\$ 1.485.351,30	R\$ 1.515.058,33
(+) Serviços					
(+) Taxas					
Total Receitas	27.464.809,29	28.014.105,48	28.574.387,59	29.145.875,34	29.728.792,85
(-) Acervo Bibliográfico	R\$ 17.383,10	R\$ 17.730,76	R\$ 18.085,38	R\$ 18.447,09	R\$ 18.816,03
(-) Aluguel	R\$ 1.275.902,45	R\$ 1.301.420,50	R\$ 1.327.448,91	R\$ 1.353.997,89	R\$ 1.381.077,84
(-)Despesas Administrativa	R\$ 3.367.287,59	R\$ 3.434.633,34	R\$ 3.503.326,01	R\$ 3.573.392,53	R\$ 3.644.860,38
(-) Encargos	R\$ 3.781.471,24	R\$ 3.857.100,66	R\$ 3.934.242,68	R\$ 4.012.927,53	R\$ 4.093.186,08
(-) Equipamentos	R\$ 832.763,93	R\$ 849.419,20	R\$ 866.407,59	R\$ 883.735,74	R\$ 901.410,45
(-) Eventos	R\$ 180.890,37	R\$ 184.508,17	R\$ 188.198,34	R\$ 191.962,30	R\$ 195.801,55
(-) Investimento (compra de Imóvel)	R\$ 0,00				
(-) Manutenção	R\$ 337.000,85	R\$ 343.740,86	R\$ 350.615,68	R\$ 357.628,00	R\$ 364.780,56
(-) Mobiliário	R\$ 354.537,35	R\$ 361.628,10	R\$ 368.860,66	R\$ 376.237,87	R\$ 383.762,63
(-) Pagamento Pessoal Administrativo	R\$ 7.337.593,88	R\$ 7.484.345,75	R\$ 7.634.032,67	R\$ 7.786.713,32	R\$ 7.942.447,59
(-)Pagamento Professores	R\$ 6.629.040,69	R\$ 6.761.621,50	R\$ 6.896.853,93	R\$ 7.034.791,01	R\$ 7.175.486,83
(-) Pesquisa e Extensão	R\$ 331.172,03	R\$ 337.795,48	R\$ 344.551,39	R\$ 351.442,41	R\$ 358.471,26
(-) Treinamento	R\$ 58.520,31	R\$ 59.690,72	R\$ 60.884,53	R\$ 62.102,22	R\$ 63.344,27
Total Despesas	24.503.563,79	24.993.635,06	25.493.507,76	26.003.377,92	26.523.445,48
Total Geral	2.961.245,51	3.020.470,42	3.080.879,83	3.142.497,42	3.205.347,37

Fonte: Gestão Executiva FMP, 2020

ANEXO

Quadro 24 - Atos regulatórios

Atos regulatórios da IES	Ato	Data do Documento	Publicação DOU
Credenciamento da IES	Portaria 3640	17/10/2005	20/10/2005
Recredenciamento da IES	Portaria 130	27/02/2013	28/02/2013
Credenciamento Lato Sensu EaD	Portaria 191	03/02/2017	06/02/2017
Credenciamento EaD	Portaria 918	15/08/2017	16/08/2017
Recredenciamento da IES	Portaria 2132	11/12/2019	12/12/2019
Alteração de Denominação de IES	Portaria 738	09/06/2020	09/06/2020
Graduação em Direito			
Autorização	Portaria 846	04/04/2006	05/04/2006
Reconhecimento	Portaria 444	01/11/2011	03/11/2011
Alteração de Vagas	Res. 01/2016	02/09/2016	02/09/2016
Renovação de Reconhecimento	Portaria 542	23/09/2016	26/09/2016
Renovação de Reconhecimento	Portaria 268	03/04/2017	04/04/2017
Renovação de Reconhecimento (mais recente)	Portaria 207	25/06/2020	07/07/2020
Mestrado Acadêmico em Direito			
Recomendação CAPES	161ª Reunião do CTC-ES	Dezembro/2015	
Reconhecimento do Programa	Portaria 256	15/02/2017	16/02/2017
Resultado da Avaliação Quadrienal	Portaria 609	31/08/2012	13/09/2012
Atos regulatórios internos – Pós Graduação Lato Sensu			
Especialização em Direito Civil e Processo Civil	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	Presencial
Especialização em Direito de Família e Sucessões	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	Presencial
Especialização em Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil	Resolução nº 1/2022	21/02/2022	EAD
Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito Agrário e do Agronegócio	Resolução nº. 2/2019	12/02/2019	EAD
Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito Civil e Processo Civil	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito da Criança e do Adolescente	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito de Família e Sucessões	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito dos Seguros e da Previdência Privada	Resolução nº. 1/2022	21/02/2022	EAD
Especialização em Direito Digital, Cybersecurity e Inteligência Artificial	Resolução nº.4/2019	18/03/2019	EAD
Especialização em Direito e Processo do Trabalho: O mundo do Trabalho e suas novas relações	Resolução nº 1/2022	21/02/2022	EAD
Especialização em Direito Eleitoral	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito Médico e da Saúde	Resolução nº. 4/2020	21/12/2020	EAD
Especialização em Direito Penal e Processo Penal	Resolução nº. 4/2018	17/09/2018	EAD
Especialização em Direito Sindical	Resolução nº. 9/2019	20/12/2019	EAD
Especialização em Métodos Autocompositivos e Neurociência	Resolução nº. 4.B/2022	02/09/2022	EAD
Especialização em Proteção de Dados: LGPD & GDPR	Resolução nº.4/2020	21/12/2020	EAD
L.L.M. em Direito e Negócios Imobiliários	Resolução nº. 8/2019	13/12/2019	EAD
L.L.M. em Direito e Prática Previdenciária	Resolução nº. 8/2019	13/12/2019	EAD
L.L.M. em Direito e Processo Tributário	Resolução nº. 8/2019	13/12/2019	EAD

Fonte: Registro Acadêmico FMP, 2023